



Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional
(ProEF)

MARIA CAROLINA LOPES ESTEVES

GÊNERO E SEXUALIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
FORMAÇÃO E PERCEPÇÃO DOCENTE

JEQUIÉ - BAHIA

2024



MARIA CAROLINA LOPES ESTEVES

**GÊNERO E SEXUALIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
FORMAÇÃO E PERCEPÇÃO DOCENTE**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientadora: Profa. Dra. Joslei Viana de Souza

JEQUIÉ – BAHIA

2024



E79g Esteves, Maria Carolina Lopes.

Gênero e sexualidade nas aulas de educação física: formação e percepção docente / Maria Carolina Lopes Esteves.- Jequié, 2024. 144f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob orientação da Profa. Dra. Joslei Viana de Souza

1.Gênero 2.Sexualidade 3.Educação Física Escolar 4.Escola I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II.Título

CDD – 613.7

MARIA CAROLINA LOPES ESTEVES

**GÊNERO E SEXUALIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
FORMAÇÃO E PERCEPÇÃO DOCENTE**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Aprovada em: 14/06/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Joslei Viana de Souza (Orientadora)

 Documento assinado digitalmente
CRISTIANO DE SANT ANNA BAHIA
Data: 23/07/2024 18:38:28-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Cristiano de Santanna Bahia

 Documento assinado digitalmente
LUIZ HENRIQUE DA SILVA
Data: 24/07/2024 12:16:36-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Henrique da Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro à Deus, espíritos mentores e toda a espiritualidade que fez com que os ventos soprassem para esse caminho, e permitiram que através de diversas situações pudesse desenvolver força e coragem para construir esta pesquisa.

À minha família, que em meio as suas imperfeições, é simplesmente perfeita para mim, capaz de me regar com amor e companheirismo, apesar da distância.

À minha mãe, Dona Marly, que encarou a árdua tarefa de ser mãe, e me aceitou como filha, fazendo muita além do que as vezes a força dela pudesse alcançar. Em seus braços aprendi que a vida pode não ser fácil, mas que se houver fé, trabalho e sinceridade, sempre valerá à pena. Seu amor me move, e sua energia me conforta.

Ao meu irmão Marco Antônio, que é meu companheiro dessa e de tantas outras vidas, sei que com ele minhas memórias de infância estão seguras, e que sua voz sempre vai me guiar, mesmo quando a minha teimosia me ludibriar. Sua inteligência sempre foi solidária, e seus conhecimentos sempre foram repartidos.

As minhas avós (*In memoriam*) que se fazem presente, mesmo na ausência, e que me ensinaram desde pequena que as verdadeiras riquezas carregamos em nossos corações. Mulheres que desafiaram seu tempo, e mostraram que mulher não é sexo frágil.

Ao meu pai, que procura sempre dar o melhor de si, e que apesar de desejar que o tempo fosse mais devagar, apoia o crescimento das minhas asas, e se apresenta como porto seguro sempre que necessário.

Ao Lula, meu padrinho de coração, que esteve ao meu lado desde os primeiros passos, que vibrou com cada medalha na época de atleta, e que hoje me incentiva em cada empreitada.

Aos meus afilhados (Arthur e Sirius) e minha comadre Cecília, que em meio as férias estudando em Fortaleza me levava amor em forma de doces, livros, sorrisos e abraços

A minha tia preferida, Dona Marluce, e as minhas primas (Juliane, Emilia, Mariana e Nayana), com elas cresci, e compreendi que somos uma família matriarcal, que sabemos amar, mas também sabemos lutar e trabalhar com a mesma intensidade.

À minha querida Taí, que se mostrou nesse último ano uma companheira paciente e parceira, me fortalecendo sempre com palavras carinhosas, e de incentivo mesmo nos momentos de incompreensão. Seu amor se traduz em gestos e sintonia!

As minhas companheiras de jornada e companheiros de jornadas, aos quais chamo de amigas e amigos.

À Jú por se tornar sempre presente com um copo de café, apesar das circunstâncias e contradições que a vida tenha apresentado, sua lealdade e fé me trouxe até esse momento.

À Clara, Marcelle, Wagner, Daiane por estarem sempre comigo, dividindo as resenhas e também os perrengues que uma amizade verdadeira pode ter.

À todos os/as meus/minhas estudantes (se é que posso chamar de meu), eles/elas são real motivo e energia propulsora desse trabalho, pois com elas/es aprendo/ensino, e sinto que ser professora vai para além da obrigação financeira.

À Franzoca, por durante essa empreitada substituiu minhas aulas quando necessário, mas principalmente por ser mais que uma aluna, uma pessoa a qual eu confio, respeito e dedico minha proteção. E Alanna, pelo trabalho de tradução, de forma amiga!

À minha orientadora Joslei, por ter me escolhido mesmo quando tudo poderia apontar para outro caminho, serei carinhosamente grata por acreditar nesta pesquisa, e principalmente por confiar em mim, mesmo quando tudo parecia quase caótico. Cada uma de suas palavras foi necessária e acolhida com atenção.

À cada professor/a que passou na minha vida, pois cada um deixou um pouco de si, e contribuiu para chegasse na minha melhor versão, aquela a qual chamo de provisoriamente atual.

Aos meus colegas do curso de mestrado que em meio as suas individualidades e qualidades se mostraram parceiros importantes nesses dois anos, foi uma honra estar ao lado de Guto, Zé, Pati, Manu, Erika, Moisés, Everaldo, Arilson, Tiago, Aloísio

À equipe da Escola Parque/Salvador, que me recebeu no meu primeiro de aula, dizendo que meninas vestem azul e meninos vestem rosa.

Aos colegas de trabalho, que dividem comigo a batalha diária de ensinar da Rede Pública, e se mostram atentos e cuidadosos com a pesquisa, me confiando a missão de buscar estratégias para contribuir com o ensino público.

À toda equipe de professores/as e administrativa da UESB, que traziam em cada encontro inquietações que me tiravam da zona de conforto, e como pares mais desenvolvidos se mostravam sempre com gentileza e humildade, meu agradecimento a Jô, Pimentel, Christiane, Gondim, Cristiano, Alan, Cau, Leinad.

Ao professor Luiz (Kiki) que durante a minha qualificação me deu um empurrão necessário para que pudesse mergulhar mais fundo sobre as questões de gênero e sexualidade, e assim pudesse descobrir problemas que me motivam de forma pessoal, profissional e social.

Aos meus parceiros da Federação Baiana de Judô e Marista, por me entenderem e apoiarem nas ausências, e por incentivarem à todo instante.

E, por fim e não menos importante, agradeço Dolfo e Mel, que ao primeiro momento pode parecer exagero agradecer aos meus cachorros, mas eles são verdadeiros companheiros de madrugada em meio as pesquisas, e amor em quatro patas nessa vida.



O preconceito de gênero permeia toda a história humana, sendo o machismo inclusive considerado um dos pilares de sustentação para exploração da sociedade vigente. (Hollks, 2019)

RESUMO

Gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física: Formação e percepção docente

A escola é um local que constrói e promove debates sobre a diversidade humana, e pode contribuir para mudança de pensamentos, comportamentos, ou mesmo fortalecer a continuidade de atitudes e posicionamentos preconceituosos, portanto o ambiente escolar configura-se como um terreno fértil politicamente e socialmente, capaz de possibilitar o acesso ao conhecimento relacionado a questões de gênero e sexualidade. A Educação Física Escolar é responsável pelo ensino/aprendizado do corpo em/com o movimento, que é atravessado por questões, como identidade de gênero, orientação sexual, sexualidade, que são conteúdos que estão adquirindo força nos espaços escolares, e nas aulas de Educação Física. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi verificar como as questões de gênero e sexualidade estão sendo tratadas nas aulas de Educação Física do Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR) - Escola Parque/Salvador. A pesquisa foi de abordagem qualitativa, com características descritivas, e contou com a participação de 06 professores e 04 professoras de Educação Física do Núcleo de Pluralidades Esportivas da Escola Parque/Salvador. O instrumento de coleta de dados foi um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, o qual foi devidamente validado. A análise de dados foi feita a partir da análise de conteúdo através de componentes e fatores comuns, através da redução, apresentação e conclusão dos dados. E, como resultado houve a constatação que o corpo docente não teve no seu processo formativo acesso a saberes relacionados as questões de gênero e sexualidade, e que esse fato influencia/ou diretamente na abordagem da temática em aula, impossibilitando os/as docentes de tratar ou até mesmo intervir nas situações de aula relacionadas ao tema. Arelado a falta de domínio do conhecimento, os/as educadores/as apontaram como dificuldade o preconceito dos próprios estudantes, colegas de profissão e familiares. Desta forma, conclui-se que o trabalho pedagógico para o trato sobre gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física na escola, deve ser estruturado em uma tríade, formação docente – estrutura e apoio escolar – necessidades discentes, para que assim exista uma mudança comportamental e



prática das/os estudantes/ professores(as) através do estímulo ao pensamento crítico. Por fim, a pesquisa possibilitou a produção de um caderno de orientação sobre Gênero, Sexualidade e Educação Física.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Sexualidade; Educação Física Escolar; Escola.

ABSTRACT

Gender and sexuality in Physical Education classes: teacher training and perception

The school is a place that builds and promotes debates on human diversity and can contribute to changing thoughts and behaviors or even strengthening the continuity of prejudiced attitudes and positions. Therefore, the school environment is set up to be a political and social fertile ground, capable of providing access to knowledge related to gender and sexuality issues. Physical Education schooling is responsible for teaching/learning the body in/with movement, which is crossed by contentions such as gender identity, sexual orientation, and sexuality: topics that are gaining traction in school spaces and Physical Education classes. This study aimed to identify how gender and sexuality concerns are dealt with in Physical Education classes at the Carneiro Ribeiro Educational Center (CREC) - Escola Parque/Salvador. The research took a qualitative approach, with descriptive characteristics, including the participation of 06 male teachers and 04 Physical Education female teachers from the Escola Parque/Salvador's Sports Pluralities Center. The data collection instrument was a semi-structured questionnaire with open and closed questions, which was duly validated. The data was analyzed in qualitative way, placed in content analysis through components and common factors, through the data's reduction, presentation, and conclusion. As a result, it was found that the teaching staff did not have access to knowledge related to gender and sexuality matters in their training process, and that this fact directly influenced and influences the approach to the theme in class, making it impossible for teachers to deal with or even intervene in class situations related to the topic. In addition to the lack of knowledge, the educators pointed to the prejudice of the students themselves, professional colleagues, and family members as a difficulty. Thus, it can be concluded that the pedagogical work for dealing with gender and sexuality in Physical Education classes at school must be structured around a triad: teacher training - school structure and support -, and student needs so that there is a behavioral and practical change in students and teachers by stimulating critical thinking. Lastly, the research enabled the production of a guideline booklet on Gender, Sexuality, and Physical Education.

KEYWORDS: Gender; Sexuality; School Physical Education; School.



LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição de questões abertas e fechadas no Questionário Investigativo	47
Tabela 2	Coeficiente de Validade do Conteúdo	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Checklist para criação do instrumento psicométrico.....	47
Quadro 2	Participantes da pesquisa.....	52
Quadro 3	Caracterização profissional I.....	54
Quadro 4	Caracterização profissional II.....	55
Quadro 5	Formação inicial.....	56
Quadro 6	Formação continuada	58
Quadro 7	Material de apoio sobre questões de gênero e sexualidade.....	60
Quadro 8	Respostas perguntas abertas sobre gênero e sexualidade.....	63
Quadro 9	Trato pedagógico.....	71
Quadro 10	Planejamento pedagógico e questões de gênero e sexualidade....	72
Quadro 11	Divisão de turma por gênero.....	73
Quadro 12	Estudantes LGBTQIAPN+.....	74
Quadro 13	Discussão dos estudantes sobre gênero e sexualidade.....	76
Quadro 14	Situações de aula relacionadas ao gênero e sexualidade.....	77



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. CONHECENDO GÊNERO E SEXUALIDADE	20
2.1 Debate de gênero e sexualidade: uma construção histórica	24
2.2 Mas afinal, o que é LGBTQIAPN+?	27
3. GÊNERO, SEXUALIDADE E ESCOLA: ENSINAR PARA LIBERTAR	31
4. GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: EMANCIPAÇÃO DE CORPOS E IDENTIDADES	38
5. METODOLOGIA	44
5.1 Universo da Pesquisa	44
5.2 Participantes	46
5.3 Instrumentos de Coleta de Dados	46
5.4 Procedimentos para Coleta de Dados	50
5.5 Análise de Dados	50
6. RESULTADOS	52
6.1 Caracterização Pessoal e Profissional	52
6.2 Formação Profissional	56
6.3 Sobre Gênero e Sexualidade	61
6.4 Trato Pedagógico	70
6.5 Conhecendo os Discentes	73
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS	90
ANEXO I – CADERNO DE ORIENTAÇÃO GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA	90
APÊNDICE	131
APÊNDICE I – AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS	132
APÊNDICE II – TERMO DE LIVRE ESCLARECIMENTO (TCLE)	133
APÊNDICE III – QUESTIONÁRIO VERSÃO I	134
APÊNDICE IV – QUESTIONÁRIO VERSÃO II	138

1. INTRODUÇÃO

A inclusão social como discute Rigo (2022) cada vez mais tem sido discutida em todo o mundo, fazendo com que temáticas sobre a diversidade humana, sejam abordadas em todos os contextos sociais, enquanto a prática da exclusão no meio social ainda é frequente, o que também se apresenta quando se trata de gênero e sexualidade.

Rigo (2022) ainda expõe que a exclusão social pode se apresentar, em algumas situações, por falta de um trabalho educacional emancipador, o que impacta diretamente nas atitudes preconceituosas por falta de entendimento a respeito de determinados assuntos, tais como, as questões de gênero e sexualidade.

Tratar sobre gênero e sexualidade nas instancias sociais é necessária para que estigmas, preconceitos, conseqüentemente, exclusões sociais, deixem de existir, para isto, em um primeiro momento, necessita-se gerar informações.

Goellner (2010) apresenta que, gênero, é uma construção social por meio da qual uma pessoa identifica-se como masculino e/ou feminino. Diferentemente do que se entende por sexo, palavra usada para reconhecer como masculino ou feminino na sociedade (Fernandes et. al., 2015, p. 172).

Contudo, compreende-se que atualmente a categoria gênero pode se ampliar para além da classificação binária feminina e masculina. Gomes Filho e Silva (2021) esclarecem que os processos sociais e históricos da construção do gênero e sexualidade na sociedade, evidenciam que não se pode mais priorizar e considerar apenas a binaridade do sexo e gênero (masculino e feminino), mas uma diversidade de gêneros, assim como a sexualidade pode ser vista para além da heterossexualidade.

Dentre os espaços sociais que pode abordar esta temática, gênero e sexualidade, a escola se apresenta como um local que compõe e suscita saberes, que provê conhecimentos e estes podem contribuir na transformação social e cultural, para um olhar mais inclusivo.

Souza (2015) apresenta a escola como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de princípios relacionados a diversidade, inclusive fomentando discussões acerca da identidade de gênero, orientação sexual, contudo, salienta que apesar dessa capacidade transformadora, quando seus conteúdos não são bem

organizados, a escola pode também figurar como reprodutora de preconceitos e discriminações.

É fundamental que ações pedagógicas sejam planejadas para que em meio ao processo educativo escolar, seja desenvolvido ações de inclusão, enfraquecendo comportamentos e a formação de estudantes preconceituosos e intolerantes.

Nesse sentido, Rigo (2022) apresenta o currículo escolar como o produtor de identidades e subjetividades na escola, sendo capaz de criar condições que proporcionem aos estudantes uma formação que respeite a diversidade e valorize as diferenças.

É partindo desse ponto, que Silva (2017) indica as perspectivas pós críticas sobre o currículo, que valorizam a discussões multiculturais, étnicas raciais, bem como, as relações de gênero e Teoria Queer, onde se problematiza a identidade de gênero e sexual como construção social e cultural, que contesta os limites das epistemes dominantes, baseados em discursos heteronormativos.

Seguindo a ampliação e aprofundamento dos estudos sobre currículo, diversidade, e inclusão, as discussões sobre as questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar tem crescido cada vez mais, como apontam Freitas, Morais e Baião (2020).

Existem indicadores que apontam que vem crescendo o número de situações preconceituosas nos espaços escolares no Brasil, como apresenta Souza (2015) em seu estudo com docentes na Rede Básica de Ensino da Bahia. No presente estudo, são relatados casos de preconceito entre adolescentes em consequência da homofobia.

Em contrapartida é fato, segundo Castro, Abramoway e Silva (2005) aumento de lutas contra a homofobia, e conquistas de direitos da comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Travesti, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersexo, o símbolo +, simboliza outras classificações) no ambiente escolar.

Para Seffner (2020) as escolas públicas brasileiras se apresentam como um espaço contraditório onde se encontra discriminação e violência contra gays, lésbicas, travestis e transexuais, contudo, também é a própria escola capaz de possibilitar conhecimento, que valorize a liberdade de crença, consciência e de liberdade de expressão e manifestação.

A questão do gênero e sexualidade na educação, assim como, raça/etnia,

deficiência, dentre outras, devem ser tratadas na escola, (Goellner, 2010; Louro 2007, 2022)

Por isso, pesquisar sobre gênero e sexualidade é uma ação científica necessária, a qual deve ter como plano de fundo o respeito a diversidade e aos direitos humanos relacionados a condição de existir da forma que desejar.

Considerando ainda que existe muito preconceito, violência em relação as diferenças e diversidade de gênero e sexualidade em nosso país, Louro (2022) indica ser necessário ações educativas e políticas, que conscientizem sobre a importância e significado acerca das diferenças, bem como, implementar estratégias de combate à violência.

Nesta perspectiva, isto é, para mudar este quadro, a Escola enquanto instituição, que produz conhecimento, é um local que deve promover o respeito às diferenças e a igualdade de direitos, desconstruir o preconceito e a desigualdade (Freitas, Morais e Baião, 2020). Nesse sentido, a Escola pode contribuir para o debate e reflexão acerca do respeito a diversidade, a partir da compreensão sobre gênero e sexualidade.

Todavia, como exposto por Silva et. al. (2021), para que estudantes possam refletir sobre sexualidade e gênero, é necessário que os docentes possam estar preparados para a prática educativa, através de um processo formativo sólido, mas o que é possível constatar que os docentes possuem dúvidas e problemáticas, pois para alguns, essa temática é um assunto complexo de se abordar no espaço escolar.

Seffner (2020) apresenta que a preparação dos docentes para tratar sobre as situações que envolve a diversidade de gênero e sexualidade na escola é ponto fulcral para o sucesso da diminuição de preconceito, e para a compreensão do espaço público como local para negociação das diferenças, contudo, movimentos políticos conservadores, falta de conhecimento e formação, torna o assunto difícil de ser abordado na escola.

Poloni e Furlan (2022) após pesquisa realizada com professores de escola pública, apresenta que os mesmos sentem dificuldade para abordar sobre a temática gênero e sexualidade na escola, isso acontece por falta de formação inicial e continuada sobre a temática, o que acaba sendo um empecilho para o trato desse conhecimento junto aos seus alunos.

Por isso, é necessário a preparação e formação dos docentes que atuam na escola, acerca de questões de gênero e sexualidade, isso independente do componente curricular.

A Educação Física Escolar enquanto componente curricular, não está alheia em discutir gênero e sexualidade, principalmente por ser tratar de questões relacionadas ao corpo, e a atividade que muitas vezes é determinada pelo gênero (Mariano et al., 2021, p. 4). Esta área de conhecimento, Dias e Frizzo (2021) esclarecem que está relacionada ao movimento corporal, em que seu vasto repertório, pode fomentar e possibilitar conteúdos atuais, que estimule debates entre os(as) estudantes sobre a relação gênero, sexualidade, diversidade e práticas sociais.

Maldonado (2021) apresenta que no final dos anos 70 e início dos anos 80, meninos e meninas participavam separadamente das aulas de Educação Física, enquanto Matos et. al. (2016), esclarece que na atualidade as aulas passaram a serem mistas, mas ainda se encontra presente, em algumas atividades, a distinção entre a participação de meninos e meninas nas práticas corporais.

Cruz e Palmeiras (2009) debatem que cabe então aos professores de Educação Física, desenvolver atividades que possam propor igualdade e oportunidade para todos, tolerância e respeito às diferenças.

Tendo em vista que, para o desenvolvimento de um pensamento amplo acerca das diferenças de gênero e sexualidade, é necessário a aproximação sobre os seus conceitos, definições, contexto social, processo histórico, dados sociais sobre gênero e sexualidade.

Todavia, Silva et. al. (2021) debate que os(as) professoras de Educação Física Escolar precisam estar preparados para possibilitar o acesso ao conhecimento, precisam ter um mínimo de informação para abordar temas relacionados ao gênero e sexualidade no ambiente escolar, já que estes, são facilitadores e comunicadores em meio ao processo de construção do conhecimento e da transformação social.

Para Seffener (2020) existe um ponto de equilíbrio fundamental para um professor ou professora abordar temas de gênero e sexualidade na escola, que é saber trazer informações científicas ao debate, em consonância a carga moral que estes temas inevitavelmente têm, lidando o(a) professor(a) com a própria posição moral no tema, respeitando a posição de cada estudante, e avançando com valores que dialoguem entre os novos modos de vida e a transgressão e resistência sobre a

heteronormatividade, e binaridade.

A partir deste contexto surge o problema da pesquisa: Estariam os(as) professores(as) de Educação Física Escolar, preparados para desenvolver em suas aulas um conhecimento que é tão eminente na sociedade contemporânea? De que forma os(as) professor(as) de Educação Física da Escola Parque/Salvador tem tratado a questão de gênero e sexualidade em suas aulas? Quais os principais desafios para abordar esse conhecimento nas aulas?

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi verificar como as questões de gênero e sexualidade são tratadas nas aulas de Educação Física da Escola Parque/Salvador. Quanto aos objetivos específicos estabeleceu-se em conhecer as percepções dos(as) professores (as) de Educação Física da Escola Parque/ Salvador acerca das questões sobre gênero e sexualidade; saber quais são os principais desafios em tratar as questões de gênero e sexualidade na prática destes docente; elaborar um caderno orientador, após as reflexões discutidas com os participantes do estudo, sobre as questões de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física, com informações e sugestões de abordagens sobre essa temática.

2. CONHECENDO GÊNERO E SEXUALIDADE

Gênero e sexualidade são duas categorias distintas, contudo para a compreensão de ambas, é necessário o entendimento em paralelo, pois estão diretamente ligadas.

O gênero é uma construção social, que vai além das condições biológicas, isso quer dizer, que o gênero não pode ser definido a partir do gênero biológico ou que podemos chamar de nascimento, mas a partir da formação social de cada pessoa.

Enquanto, a sexualidade a partir de Colling (2018) está ligada a prática sexual das pessoas e como elas se relacionam, se identificam em meio as suas práticas sexuais.

Para Praun (2011), o conceito de gênero enfatiza todo um sistema de relações, que embora considere o sexo, não é por ele determinado, nem determina diretamente a sexualidade.

Gonçalves e Gonçalves (2021), conceituam o gênero a partir de uma desvinculação do sexo genital, mas sobre uma relação com a cultura desde o nascimento, e apresenta que o sujeito mesmo antes de nascer, sofre imposições para que se cumpra as expectativas do contexto social normativo.

O gênero então, está associado a identidade de cada pessoa, e como esta se reconhece no mundo. Significa que essa construção não está ligada apenas a dicotomia feminino e masculino, mas uma gama de identidades, que pode ser permeado por mulheres e homens cis que se identificam com o gênero biológico; mulheres e homens trans, que não se identificam com gênero de nascimento; pessoas queer, que permeiam o gênero masculino e feminino; não-binários: que não se identificam nem com o gênero feminino e nem com o masculino (Colling, 2018). Vale ressaltar que essas identidades de gênero, estão diretamente ligadas a sexualidade, que é a maneira como as pessoas se relacionam com as outras pessoas.

Louro (2007) argumenta ainda, que essa distinção biológica que decorre em uma diferenciação apenas entre homens e mulheres, é uma estratégia de poder que justifica desigualdades sociais, por isso é necessário demonstrar que não são características sexuais que vão formar a identidade de gênero, mas toda a construção

social sobre os sexos. A dicotomia de gênero pode ser então considerada, uma estratégia de controle social, onde cada pessoa que foge ou age de “maneira subversiva” a essa condição pode ser duramente pressionada pelo sistema vigente.

Ainda Louro (2007), esclarece que pode se reconhecer que diferentes instituições e práticas sociais, são alicerçadas pelas questões de gêneros, sendo a justiça, escolas, governos, igrejas, formadas, e engendradas a partir das relações de gênero.

Portanto, o acirramento acerca do engessamento das identidades de gênero, sob uma condição dicotômica, é algo que está diretamente ligada a estrutura social.

Dessa forma, discutir sobre a emancipação das identidades gênero, bem como, orientações sexuais, é debater sobre uma transformação de estrutura social.

Gomes Filho e Silva (2021) apresentam que a construção de gênero e sexualidade na sociedade é atravessado pela manutenção dos ideais heterossexuais, que invadem os espaços educacionais com seus processos de regulação e normatização para os corpos e práticas sexuais.

Focault (2022) também indica que está mesma condição de controle e poder está diante da discussão sobre a sexualidade de cada sujeito, tendo em vista o controle do sexo e da sexualidade é um meio de regular indicadores políticos e econômicos, que passam pelas regras de casamento, organização familiar, taxa de natalidade, virtude dos cidadãos.

A emancipação sexual então, foge ao engessamento da heteronormativa, que aceita socialmente, apenas aqueles que nascem e se reconhecem no sexo biológico, e se relacionam com pessoas de sexo oposto que também nascem e se reconhecem no sexo que nasceu.

Entende-se então, porque pessoas que fogem ao padrão imposto sofrem para garantir sua identidade de gênero e sexual. Foucault (2022), apresenta que as questões de sexualidade e gênero, são condições de disputa social em meio a embates políticos que impõe um padrão normativo, por isso as pessoas que buscam liberdade sexual e de identidade, acabam sofrendo pressão de diferentes instituições, inclusive do Estado.

Então, a partir de Foucault (2022) tratar sobre gênero e sexo, é uma questão de posicionamento político, através da garantia do direito de escolher sua própria

identidade enquanto sujeito social, e não simplesmente aceitar imposições pré-determinadas.

O debate de gênero e sexualidade, segundo Louro (2018) está ligado a identidade de cada pessoa, reconhecendo que o gênero é algo particular, enquanto, a sexualidade é uma condição de relação com o mundo, mas ambas são construções sociais.

O gênero para Praun (2011) é o resultado de diferentes aprendizagens que o indivíduo acumula nas suas relações interpessoais, ao longo de suas experiências de vida dentro de um contexto histórico, político e social, assim cada pessoa constrói sua identidade pessoal, sua identidade de gênero.

A orientação sexual assim como a identidade de gênero também está diretamente ligada com as experiências e relações interpessoais, por isso Butler (2022) indica que gênero e sexualidade não estão desassociados, pelo contrário, para se entender uma, é preciso compreender a outra, contudo a orientação sexual é determinada pelo desejo sexual de cada indivíduo.

É fundamental considerar que na dinâmica da sexualidade e gênero, as identidades são sempre construídas, e não são dadas ou acabadas num determinado momento, como um nascimento, adolescência, mas são na verdade instáveis e passíveis de transformação. (Louro, 2007, p. 21)

Para Colling (2018) a identidade é algo que não se constrói de forma totalmente autônoma, mas a partir de relações, dependendo do outro, das diferenças, e assumi sentido através da linguagem, símbolos, representações que assumimos para nós, a fim de criarmos a nossa própria identidade.

O gênero, portanto, fica repleto de sentido/significado a partir da identidade de gênero, e a sexualidade a partir da orientação sexual, sendo ainda a partir de Butler (2022), compreendidos de maneira plena através da relação gênero, sexo, prática sexual e desejo.

Quando interpretamos que tanto o gênero, quanto a sexualidade, são construções sociais, a partir da individualidade e experiência de cada um, passamos a compreender que não existe um padrão, mas cada pessoa se relaciona da forma que desejar.

Butler (2022) apresenta que o gênero e a sexualidade, são reguladas por uma imposição de identidades a partir de um ideal normativo, e que a coalizão aberta, que

surge em detrimento a desejos e práticas sexuais consideradas alternativas, causam divergências gerando uma repressão social.

Focault (2022) afirma, que o sexo sempre foi tratado nas sociedades modernas como um assunto a ser tratado em segredo, e na obscuridade em caso de práticas que fugissem as convenções impostas pelo padrão social, a censura marcou o controle das práticas sexuais.

Pessoas dentro do padrão normativo então, eram aquelas que seguiam um padrão heterossexual, que são aquelas que se relacionam com o sexo oposto, Butler (2012) define como gênero inteligível.

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios são concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas casuais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos, na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (BUTLER, 2022, p. 44 e 45)

Essas são premissas normativas que alimentam a homofobia, transfobia, e todas as condições de violência em relação as pessoas, que não se enquadram em um determinado padrão social.

Gomes Filho e Silva (2021), explicam que as pessoas que possuem uma orientação sexual e identidade de gênero diferente do padrão normativo, passam por um processo de estigmatização, que é caracterizado como homofobia, transfobia, e pode ser expresso através de comportamentos preconceituosos, discriminação, ofensas, ameaças, constrangimento, agressões físicas, verbais e psicológicas.

Não se podem considerar pessoas heterossexuais como normais, e nem tão pouco as pessoas homossexuais, que se relacionam com o sexo semelhante, anormais. Deve-se considerar e respeitar as diferenças, a partir de uma estruturação social equitativa.

Nesse sentido, é necessário apropriar-se dos conceitos, conhecimentos, acerca das discussões de gênero e sexualidade, para que seja possível reafirmar que as diferenças devem ser respeitadas.

2.1 Debate de gênero e sexualidade: uma construção histórica

O debate sobre gênero nas duas últimas décadas, a partir de Vianna (2017) teve o ponta pé inicial com os movimentos feministas, com as mulheres sufragistas, no final do século XIX e na segunda onda na década de 60, que começaram a lutar por direitos igualitários entre homens e mulheres.

Ainda Vianna (2017) esclarece, o movimento feminista como ponto importante por apresentar a sociedade que as qualidades pessoais, até então determinadas pelo gênero, eram conquistas individuais, e não consolidadas pelo sexo.

A partir das críticas ao determinismo biológico e das críticas feministas, Praun (2011) explica que o conceito de sexo é substituído por conceito de gênero, essa mudança política foi importante para compreender e considerar as diferenças para além das determinações biológicas.

Para Colling (2018) as contribuições dos movimentos feministas permanecem até hoje, o movimento sufragista da virada do século XIX para o XX, estava ligado ao direito de voto das mulheres, enquanto a segunda onda do movimento na década de 60 veio para lutar por direitos igualitários entre homens e mulheres, e deu início a luta e debate de gênero.

Desse ponto em diante, identifica-se a organização de grupos, que decidiram lutar por seus direitos igualitários, o primeiro ato de resistência registrado, foi nos Estados Unidos no final da década de 60, onde Gays, Lésbicas e Travestis, se reuniram para ocupar um bar por tempo indeterminado, para tentar garantir o direito de frequentar livremente o local, sem segregação e repressão policial por conta do seu gênero e sexualidade. (Colling, 2018; Bortollozi, 2019; Ferreira e Sacramento, 2019)

O que ficou conhecido como Revolta de Stonewall, onde travestis, drags e gays, se revoltaram com as insistentes repressões policiais ao estabelecimento onde frequentavam, e confrontaram a polícia durante dias, encerrando a manifestação com marcha nas ruas da cidade de Nova York. (Colling, 2018, p.19)

Com a eclosão do conflito Trindade (2011) explica, que houve a mobilização da organização política de militantes da comunidade LGBT, através da Frente de Libertação Gay, e o dia 28 de junho foi proclamado como o dia do Orgulho Gay.

No Brasil, o grupo Somos que funcionou entre 1978 e 1983, marca o início de movimentos organizados de gays, lésbicas, travestis. Em parceria com as publicações das edições do Jornal Lampião da Esquina, que inspira um conjunto de militantes a escreverem textos pioneiros confeccionados por homossexuais sobre a história política homossexual brasileira, trazendo relatos de organizações, publicações, documentos e eventos do período, proporcionando meios de comunicação e conhecimento acerca da diversidade de gênero e sexual, junto a ampla sociedade. (Colling, 2018; Bortollozi, 2019)

Ferreira e Sacramento (2019) destacam que é importante ressaltar que o movimento no Brasil em defesa de direitos LGBT explodiu como ato de resistência da ditadura militar, que foi marcada por repressão e por ideais conservadores, nesse cenário, de resistência e reconfiguração da esquerda, o grupo Somos iniciou suas atividades na cidade de São Paulo.

Já na década de 80 os movimentos feministas, ganharam mais força, assim como mobilizações de gays e travestis, que em virtude da epidemia de Human Immunodeficiency Virus - HIV, passaram a cobrar ações governamentais de proteção, e direito a assistência pública. (Ferreira e Sacramento, 2019, p. 236)

Bortollozi (2019) esclarece que a epidemia de HIV/Aids nos anos de 1980 – 1990 teve singular importância para a comunidade LGBT, esse período marcou uma perda sistemática de vidas LGBT, em decorrência da transmissão viral, mas intensificou estigmas, discriminação e violência, em meio a um cenário de política conservadora e crise econômica, que tentava sufocar ações políticas progressistas de libertação sexual dos anos anteriores.

O contexto político apresentado nos anos 90 para população LGBTQIAPN+ no Brasil, foi para Gomes Filho e Silva (2021) algo composto por grande violação de direitos, principalmente no que tangia debates acerca de uma cultura e políticas que promovessem a diversidade sexual e de gênero.

O retorno político do Estado democrático e a necessidade de ação acerca da epidemia da AIDS, levou a reorganização do movimento, com uma maior condição de diálogo socio estatal, a partir de novas possibilidades de políticas públicas destinadas

a pessoas LGBT, e movimentos em defesa dessa comunidade (Ferreira e Sacramento, 2019, p. 237)

Temos a partir Colling (2018), no início dos anos 90 a fundação de algumas instituições de apoio a comunidade LGBT, como a associação de Gays, Lésbicas e Travestis da Bahia e a Associação de Gays de Campinas. O Grupo Gay da Bahia que fundado em 1980 é atualmente a associação mais antiga em funcionamento, de defesa de direitos humanos dos homossexuais do Brasil.

A parada do orgulho gay, que hoje tem a adesão de milhões de pessoas, em diferentes Estados do país, surgiu como um movimento político no final dos anos 90, a partir da necessidade de apresentar a representativa de toda a comunidade.

Em 1996 o jornalista Paulo Giacomini, por intermédio do Jornal Folha de São Paulo, fez uma convocatória aos leitores através de uma alusão a Revolta de Stonewall, na qual convidada a comunidade gay para uma mobilização em São Paulo no dia 28 de junho, como forma de globalização da política gay. (Trindade, 2011, p. 77)

A parada do orgulho gay acabou sendo mola propulsora para a militância da comunidade LGBT, pois garantiu uma organização política, bem como, segundo Trindade (2011) propiciou o surgimento de símbolos políticos representativos, como a bandeira com as cores do arco-íris, que representam a inclusão cidadã através do reconhecimento da identidade de gênero e sexual.

Em meio a essa efervescência social, Colling (2018) explica que vinte instituições se reuniram e fundaram a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis - ABGLT, que ainda hoje funciona como uma instituição não governamental com significativa representatividade junto aos órgãos federais, com o objetivo de defender os interesses da comunidade LGBTQIAPN+.

Ao longo dos anos, a mobilização organizada da comunidade LGBTQIAPN+ junto as esferas públicas, conseguiu conquistar direitos constitucionais que preveem prisão e punição a crimes de violência, sejam elas físicas ou verbais, relacionadas ao gênero e sexualidade, as quais estão relacionadas ao feminicídio, homofobia, transfobia.

O Projeto de Lei da Câmara -PLC 122/2006 criminaliza a homofobia, enquanto, no dia 13 de junho de 2019 o Supremo Tribunal Federal, aprovou pelo enquadramento

da homofobia e da transfobia como tipo penal, definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989) até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria. (Brasil, 2019)

Os esforços empreendidos para que a população LGBT goze de direitos plenos conquistou, nas últimas décadas, resultados positivos como a possibilidade da realização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de crianças por casais homossexuais e a retirada da homossexualidade da lista de doenças do então Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) (Ferreira e Sacramento, 2019, p. 237)

É verdade que ainda temos muito a avançar diante dos casos de violência, nesse sentido, é necessário pensar e materializar estratégias de combate a violência dessa comunidade, bem como, ações de fomento ao respeito da diversidade, como também compreender as identidades destas pessoas.

2.2 Mas, afinal o que é LGBTQIAPN+?

Ao falar sobre direitos da comunidade LGBTQIAPN+, é importante reconhecer e conhecer a cada pessoa, respeitando suas identidades e particularidades.

A comunidade LGBTQIAPN+ a partir Moreira (2022) e Bortolletto (2019) se constitui em um grupo com intenção de buscar direitos e dar visibilidade a grupos que antes eram excluídos e abandonados socialmente, proporcionando a inclusão das pessoas que a compõem.

Por isso, é importante considerar que ao compreender que não existe apenas a dualidade de gênero, enquanto masculino e feminino, e nem mesmo apenas uma condição heteronormativa acerca da sexualidade, entender-se-á as diversas construções de gênero e sexualidade.

A formatação fora da condição binária em relação a sexualidade e gênero, nunca foi e continua não sendo aceita plenamente, condição que acaba suprimindo a diversidade quanto a orientação sexual e identidade de gênero, alimentando a intolerância e violências sociais, psicológicas e físicas em relação as pessoas fora da heteronormatividade, (Moreira, 2022, p. 4)

Tratar sobre gênero e sexualidade ainda é um desafio na atual sociedade, contudo, torna-se uma ação necessária para avanços em relação aos direitos humanos.

E, por que argumentar sobre a relação direitos humanos, gênero e sexualidade? Porque o Brasil, é um dos países com maior número de mortes e violências relacionadas a comunidade LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexos, Assexuais, Agênero, Pan, Não-binário e mais), (Moreira, 2022, p.5)

E, onde tramita projetos políticos como a “Escola Sem Partido”¹, que invisibiliza todas aquelas pessoas consideradas como diferentes aos padrões normativos, no caso pessoas heterossexuais (se interessam pelo sexo oposto), e cis.

Em 2020, o total de mortes da comunidade LGBTQI+ registradas, foi de 237, em 2021 foi de 316, e em 2022, foram 273 casos de crimes de ódio, sendo ainda importante ressaltar que esses dados são subnotificados no Brasil em virtude da ausência de maiores informações governamentais, sendo essas mortes são relacionadas a identidade de gênero, e/ou orientação sexual. (Observatório Mortes e Violência LGABTI+ no Brasil, 2023)

Segundo relatório da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, 20 milhões de brasileiras e brasileiros (10% da população), se identificam como pessoas LGBTQIA+, e 92,5% dessas pessoas relataram o aumento da violência contra a população LGBTQIA+. (ABGLT, 2023)

Esses dados mostram que apesar dos avanços sociais quanto os direitos da comunidade LGBTQIAPN+, ainda existe muito preconceito, violência em relação as diferenças e diversidade de gênero e sexualidade em nosso país.

Por isso, Bortoletto (2019) apresenta que em meio a esse contexto social, é que a comunidade LGBTQIAPN+ se organizou como coletivo para sobrepor os desafios que essas pessoas enfrentam na história, inclusive consolidando a sua identidade através da sigla que a representa.

¹ Fernandes e Ferreira (2021) apresentam a Escola sem Partido, como um projeto de desqualificação do papel da escola e dos docentes, através da centralidade da instituição familiar através de um pensamento conservador, que desestimula e engessa o trabalho pedagógico e o desenvolvimento da consciência crítica através da pluralidade de ideias e concepções. Ainda conforme as autoras, o projeto ganhou notoriedade e força política, quando em 2004 se apresentou como proposta de lei federal.

Muitas pessoas alegam ser um exagero a sigla LGBTQIAPN+, contudo, essas siglas vão para além da representação, mas apresenta a identidade e o reconhecimento de todas as pessoas que durante anos foram excluídas, logo, as letras se apresentam como representatividade de luta social. (Moreira, 2022, p.4)

Essa formatação é recente, pois até a década de 90 se utilizava apenas a sigla GLS, que representava Gays, Lésbicas e Simpatizantes (pessoas que não se identificavam o ideal heteronormativo), com o reconhecimento através da luta principalmente de travestis, no início dos anos 2000 foi reestruturado a sigla para LGBT, que estava ligada a Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis. (Bortolletto, 2022; Colling, 2018)

Moreira (2022) explica que a emancipação das pessoas transgêneros, e demais pessoas que desejam reconhecimento quanto sua identidade de gênero e sexualidade, a sigla chegou à formatação de hoje, LGBTQIAPN+, contudo todos os grupos representativos da comunidade, reconhecem que essa formatação pode ser mutável e transitória, tendo em vista que a cada dia as pessoas passam a se reconhecer de formas, desejos e comportamentos diferentes.

Conforme estudos de Colling (2018) e Moreira (2022) a sigla LGBTQIAPN+, indica os grupos mais conhecidos no universo que podemos chamar de identidade de gênero e sexualidade, sendo eles:

L: Lésbicas – mulheres que se relacionam com pessoas de gênero semelhante;

G: Gays – homens que se relacionam com pessoas de gênero semelhante;

B: Bissexuais – pessoas que se relacionam com mulheres e homens;

T: Transgêneros – pessoas que não se reconhecem no sexo biológico, e realizam uma mudança quanto a identidade de gênero, inclusive com intervenções cirúrgicas. As pessoas trans não estão relacionadas diretamente a mudança de desejo sexual. Exemplo: uma mulher que deseja se tornar um homem trans, pode continuar a ter desejo sexual por homens, assim podemos dizer que é um homem trans homossexual, pois deseja gênero semelhante, caso exista a mudança quanto o desejo sexual, podemos considerar a pessoas como homem trans heterossexual;

T: Travestis – pessoas que tiveram o corpo lido como masculino, em detrimento da condição biológica, mas se apresentam e se identificam esteticamente com o universo feminino, isso não significa que se relacionam com o mesmo sexo;

Q: Queer – são pessoas que transitam entre os gêneros, e não se limitam pelos padrões sociais sejam eles para o gênero ou sexo;

I: Intersexo – pessoas que possuem variações biológicas binárias, possuem gônadas masculinas e femininas;

A: Agênero – não se identificam com o gênero masculino e feminino;

A: Assexuais – pessoas que não sentem desejo sexual, o que não quer dizer que elas não sentem desejo de se relacionar, mas não sente vontade de consumir o ato sexual;

P: Pan – pessoas que se relacionam com qualquer pessoa, independente da identidade de gênero e orientação sexual;

N: Não-binário – pessoas que não se reconhecem integralmente nem quanto homens, e nem enquanto mulheres, está ligado principalmente a identidade de gênero, e foge as regras heteronormativas;

+: mais – simboliza todas as outras identidades de gênero e sexualidades que não estão dispostas na sigla.

As siglas representam e simbolizam toda uma comunidade, que ainda é pressionada e violentada pela sociedade vigente, por isso o (re)conhecimento das diversas identidades que estão relacionadas ao gênero e sexualidade, devem ser consideradas, pois elas estão ligadas ao reconhecimento de cada pessoa enquanto ser social de direito equitativo no mundo.

3. GÊNERO, SEXUALIDADE E ESCOLA: ENSINAR PARA LIBERTAR

O debate sobre gênero e sexualidade foi omitido em meio a sociedade ao longo de muito tempo, sendo valorizada a condição homogênea, onde o aceitável era uma identidade enquanto homem ou mulher, hétero.

França e Calsa (2011) dizem que a falta de diálogo e informação acerca dessas questões, acabam por legitimar e justificar desigualdades de gênero e sexualidade, que conseqüentemente são considerados como padrões naturais pelas instituições sociais.

Podemos tomar como exemplo, a Organização Mundial da Saúde – OMS que segundo Martins (2011), considerou como pessoas doentes aqueles que não se enquadravam ao padrão heteronormativo binário, contudo, na última década com o avanço de distintas áreas científicas e sociais, foi deliberado que qualquer orientação sexual e identidade de gênero devem ser consideradas como saudáveis, sendo manifestações do jeito de ser de cada indivíduo.

O desenvolvimento dos coletivos relacionados a comunidade LGBTQIAPN+, e pressões sociais, possibilitaram o reconhecimento das distintas identidades de gênero e orientação sexual.

Entretanto, Martins (2017) considera que apesar do reconhecimento e avanço das políticas sociais, muitas organizações e instituições, ainda possuem reflexos de uma construção histórica sexista (discriminação comportamental pelo sexo ou gênero) e heteronormativa (expressão considerada “normal” e “correta” da sexualidade), isso quer dizer que na sociedade atual ainda é considerado um padrão comportamental para mulheres e homens.

As identidades consideradas “normais” não falam por si, são consideradas naturais, comuns, e colocadas como regra, enquanto as “outras” identidades que pertencem ao diferente, são vistas como exóticas, e representadas como sexualizadas e marcadas como patológicas. (Ferreira, 2015, p. 45)

Por isso, é importante o desenvolvimento de práticas educativas relacionadas ao gênero e sexualidade, para que crianças e jovens possam ter uma formação, capaz de reconhecer e respeitar a diversidade sexual e de gênero.

Isso quer dizer, que no ambiente escolar as questões de gênero e sexualidade devem ser amplamente debatidas, em meios aos conteúdos escolares, e as construções sociais dos estudantes.

Altamann (2003) apresenta que a escola começou a tratar sobre gênero e sexualidade na década de 90, como mecanismo de controle da contaminação do HIV e gravidez precoce, contudo, apesar das transformações e avanços sociais profissionais da educação ainda tem discutido pouco sobre as questões relacionadas a temática.

Promover planejamento e projetos de ensino que ampliem a visão sobre gênero e sexualidade para além das condições de controle de natalidade e doença, são necessários para que estudantes possam se apropriar de conceitos relacionados a identidade, gênero, sexualidade, diversidade, diferenças.

Para Goellner (2010) projetos políticos e educacionais, tem adotado o termo diversidade como lugar comum, pois a perspectiva inclusiva orientada deve reconhecer os sujeitos como diferentes, não somente pelas distintas classes sociais, mas por marcadores identitários, como gênero e sexualidade.

É nesse sentido, que se faz necessário o debate de gênero e sexualidade na escola, através de uma educação emancipadora, que reconheça as diferenças através de uma condição de equidade, e reconhecimento de violências simbólicas.

A Escola considerando Silva (2013) é um lugar sui generis quando se pensa em uma retórica a partir da própria diversidade, repleta de condições, dimensões, conhecimentos, que devem acompanhar a vida em movimento, sejam nos aspectos cotidianos, econômicos, socioculturais, considerando ainda a experiência de vida de todos os alunos (as).

Como instituição formadora, tem por responsabilidade debater junto as(os) alunas(os) questões relacionadas ao conhecimento científico, artístico, literário, através da socialização entre si e com o mundo, sendo capaz de transmitir valores e reforçando ou subvertendo comportamento. (Maldonado, 2021)

Porém, França e Calsa (2011), apresentam que a escola é uma das responsáveis pela reprodução das diferenças e desigualdades, relacionadas ao gênero e sexo, isso porque desde a sua gênese ela tem separados as pessoas através

de classificações binárias, dicotômicas, sem acolher e reconhecer as diferenças, sendo essa ação traduzida e aplicada através de seus currículos e regulamentos.

A Escola como explica Ferreira (2015), na atual conjuntura ainda desempenha funções relacionadas as diferenças de gênero e sexualidade, isso porque ela ainda segue regras de divisão sexual do trabalho, quando propõe atividades específicas para meninas e outra para meninos, ou quando considera alguns exercícios naturalmente masculinos ou femininos, o que gera uma desigualdade de oportunidades.

Enquanto instituição educacional, influencia na formação de identidade, e até mesmo do corpo. Se o corpo é resultado provisório de diversas práticas pedagógicas que o investem e o regulam, é possível indicar então, que as marcas de gênero que nele se expressam são resultado de inúmeras repetições de normas que cada cultura estabelece como pertencente ao masculino e feminino. (Fernandes et. al., 2015, p. 176)

Nesse sentido é importante pensar em práticas pedagógicas na Escola que contribuam para uma formação que possa reconhecer e fomentar as diferentes identidades de gênero e sexualidade, e suas diversas formas de expressão. Para isso torna-se fundamental pensar em estruturas escolares, projetos pedagógicos, currículos, práticas pedagógicas que tenham a diversidade de gênero e sexualidade na sua essência. (Ferreira, 2015, p. 54)

Souza (2015) esclarece que o ambiente e práticas escolares devem contribuir para que estudantes passem a desconfiar de tudo que é naturalizado, principalmente aquelas práticas cotidianas ancoradas em padrões da heterossexualidade, que reforçam a marginalização daquelas pessoas que transitam e optam por formas de expressão e de manifestação da sexualidade e gênero, que não se enquadram aos padrões heteronormativos, que são amplamente legitimados e institucionalizados.

Para Martins (2017) a criação e reprodução de modelos de gênero, raça, religião, classe, dentro da escola podem gerar uma zona de vulnerabilidade e desigualdade, em virtude da não aceitação e reconhecimento as diferenças de identidade de gênero e orientação sexual, o que desencadeia atitudes, prática violentas e preconceituosas.

A própria Escola enquanto Instituição precisa aprimorar conhecimentos e compreender que a sociedade é dinâmica, que caminha em constante transformação histórica e que os aclamados processos educacionais baseados na Teoria da Educação necessitam de práxis social – sem "pragmatismos" forçados – para que ações concretas, eficazes, de diálogos e reconhecimentos de que podemos – e devemos – transmutar o desnivelamento social, cultural e simbólico que ainda "habita" o ensino brasileiro (assim como o todo social) sejam de fato, fatos. (SILVA, 2013, p. 15)

Maldonado (2021) apresenta que não existis mais escolas públicas que separam meninos e meninas, e isso é um ponto importante, mas é necessário reconhecer que ainda existe uma diferenciação na forma como a educação é conduzida para ambos, e essa educação diferenciada afeta o modo como cada uma enxerga a si mesmo, ao outro e as diferenças, chegando a interferir nas escolhas de vida enquanto homens e mulheres.

Considerando ainda, que diante das constantes mudanças sociais, devemos pensar a escola para além do binarismo, mas sob uma óptica que considere as diferenças de gênero e sexualidade.

Essa diferenciação é feita através da linguagem, práticas corporais, discursos, que em muitos momentos são reproduzidos em virtude das estruturas sociais, e que podem inclusive desconsiderar todos aqueles que não se enquadram ao padrão normativo.

Louro (2013) destaca que seja no âmbito comum, ou através de uma linguagem científica, a distinção de gênero e sexualidade, serve para compreender, e até mesmo justificar a desigualdade social.

As Escolas e os sistemas de ensino segundo Souza (2015) , devem considerar o trabalho pedagógico no tocante da formação pessoal e profissional, que busque o enfrentamento de preconceito de forma geral, mas com atenção em relação sexualidade e identidade de gênero, mobilizando múltiplas linguagens nos processos de conhecimento e aprendizagem em sala de aula.

Inclusive, Martins (2017) indica que no campo da educação já existem documentos que amparam a realização de práticas educacionais relacionadas a diversidade sexual e de gênero, objetivando seja a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, como a garantia de direitos humanos, desde 1998, como:

Parâmetros Curriculares Nacionais, Programa Brasil Sem Homofobia e Caderno Gênero e Diversidade Sexual na Escola.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998, foi um marco acerca do debate de gênero e sexualidade na escola, possibilitou que professores pudessem tratar sobre a sexualidade na escola, através do debate e orientação junto aos estudantes, não se remetendo apenas a prevenção de doenças, e orientava a prática equitativa para meninos e meninas. (Brasil, 1998)

O Programa Brasil sem Homofobia lançado em 2004, teve como objetivo promover os direitos da comunidade LGBT², através de ações que combatiam a violência e à discriminação relacionadas ao gênero e sexualidade. (Brasil, 2004)

Pereira (2022) explica que o programa foi um marco relacionado as políticas para a população LGBT a partir do Governo Federal, que apresentou um caráter transversal com ações nos setores de educação, segurança, cultura, e apresentava propostas que não se limitavam apenas ao enfrentamento do HIV-Aids.

O Programa de Gênero e Diversidade Sexual na Escola foi lançado pelo Governo Federal em 2006, através do Ministério da Educação e foi destinado a professores de 5ª a 8ª série do ensino público, auxiliando para o combate a atitudes e comportamentos preconceituosos em relação a gênero, raça e às diversas orientações sexuais. (Brasil, 2006).

Existiu também, o Programa de Capacitação de Profissionais da Educação de todos os níveis de ensino, para combate à homofobia, que foi desenvolvido em 2006, sendo uma ação realizada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), que apoiou financeiramente 15 projetos de capacitação e formação de profissionais de educação para a cidade e diversidade sexual, tendo como objetivo o debate nas Escolas acerca da diversidade sexual, e combate a homofobia. (Brasil, 2006)

Apesar dos avanços quanto as políticas públicas, a sociedade vigente, em especial a escola, podemos considerar a partir de Moreira (2022) que ainda se vive sobre as diferenças entre masculinidade e feminilidade, onde o feminino é ligado a mulher que deve adotar uma postura “recata”, frágil, enquanto a masculinidade está

² Naquele momento histórico, ainda não se utilizava a sigla LGBTQIAPN+.

relacionado ao homem forte e corajoso, considerando apenas o binarismo de gênero e orientação sexual.

Soares e Monteiro (2019), apontam que o enraizamento desse tipo de esteriótipo, bem como, a dicotomia de gêneros e sexualidade é fortalecida quando nos documentos oficiais vigentes para/da educação brasileira, é retirada toda e qualquer menção à palavra gênero, como o atual Plano Nacional de Educação (PNE), e quando se analisa que na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não existe qualquer abordagem sobre a diversidade sexual e de gênero.

Isso não significa que educadores(as) não podem tratar sobre gênero e sexualidade em suas aulas, segundo Martins (2017) podem e devem promover uma política de promoção à igualdade de gênero e sexualidade de forma crítica, onde alunas e alunos devem ser educados(as) para terem a mesma liberdade, cuidados, autonomia, em relação à sua sexualidade e qualquer discriminação proveniente quanto o preconceito de gênero, que sustentam comportamentos violentos e machistas.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. (Louro, 2013, p.20 e 21)

Quando se pensa então, que o gênero assim como a sexualidade é uma condição de construção social, é possível a compreender como é fundamental trazer para a escola, para as práticas corporais, o debate sobre a diversidade, e principalmente a possibilidade de todos os(as) estudantes terem acesso equitativo as práticas pedagógicas, culturais e corporais.

Louro (2007) debate que tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade, as identidades são sempre construídas, e não simplesmente dadas ou acabadas em um determinado momento. As identidades são instáveis, estão sempre se constituindo, e assim são passíveis de transformação.

Gênero é uma categoria de análise e as identidades de gênero podem ser variadas e misturadas. Pensar que só existem duas identidades de gênero é uma operação que exclui outras formas com as quais muitas

peças se identificam na atualidade. Todas as peças possuem um gênero ou uma mistura entre os dois gêneros mais conhecidos. Assim como as nossas identidades culturais outras, nós também não construímos de forma autônoma a nossa identidade de gênero. Aliás, temos muito pouca autonomia para definir qual será a nossa identidade de gênero porque ela já foi determinada antes mesmo antes do nosso nascimento. (Colling, 2018, p.37)

Abandonar a dicotomia entre gênero e sexualidade é um passo importante, em direção ao respeito a diversidade, que perpassa pelas práticas sociais, em especial na escola que é a principal instituição pelo ensino/aprendizado do saber científico e filosófico.

Compreender as identidades de gênero, é perceber que cada grupo social tem construções históricas e necessidades distintas, como é o caso das mulheres³.

É nesse sentido, que Colling (2018) questiona que gênero não é apenas uma ideologia, mas uma categoria de análise útil para identificar e denunciar as relações assimétricas em nossa sociedade.

A escola para Carrara (2009) tem uma missão de formar pessoas com consciência crítica e instrumentos conceituais capazes de se posicionarem em um mundo repleto de diferenças e variações, capazes de compreender os direitos humanos, e respeitar as diferenças.

Por isso, Mariano et. al., (2021) esclarece que as questões de gênero e sexualidade na educação devem ser tratadas e problematizadas na escola, nas disciplinas de forma geral, bem como, na Educação Física Escolar.

Logo, trazer para a Escola e para as aulas de Educação Física o debate de gênero e sexualidade, e especificamente a repressão social sofrida pelas pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ ao longo da história, é permitir que novas construções e arranjos sociais possam ser feitos, bem como, seja possível o aprendizado e prática plena de todos os estudantes independente de seu gênero e/ou sexualidade.

³ Vale ressaltar que a categoria mulher nesse estudo, é considerada a partir da identidade de gênero, e não pelo sexo biológico.

4. GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: EMANCIPAÇÃO DE CORPOS E IDENTIDADES

Desconstruir a dicotomia e a polaridade rígida de gêneros, significa problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um, implica reconhecer as diferenças e proximidades, e transformar o cenário social, através da queda do preconceito e estereótipos. (Louro, 2022)

A Escola como apresenta Saviani (2013) é a instituição responsável pelo ensino do saber científico, bem como, dos elementos e instrumentos desse saber, tem por responsabilidade social possibilitar o acesso ao conhecimento crítico, que pode ser capaz segundo Silva (2013) de contribuir para o desenvolvimento de políticas, ações, comportamentos que considerem o respeito e reconhecimento as diferenças como algo normal e importante, e fortaleça a necessidade de equidade de gênero.

Maldonado (2021) explica que os currículos, normas escolares, atividades, avaliações, materiais didáticos, linguagens, podem fomentar a construção da desigualdade de gênero, sexualidade, etnia e classe dentro do ambiente educacional, que se propagará para fora deste.

Prado e Ribeiro (2010) apresentam que o currículo formal não deve favorecer apenas aqueles conhecimentos que são considerados “apropriados”, pois se isso acontecer o conhecimento vai estar sendo engessado, e os estudantes acabarão por reconhecer como válido apenas aquilo que foi transmitido, dessa forma as diferenças acabam sendo compreendidas como um não pertencimento.

E, o processo de não pertencer ou ser apontado como diferente em meio a um coletivo, acaba sendo uma das molas propulsoras para a violência e discriminação de gênero e sexualidade.

Poloni e Furlan (2022) debatem que a Educação Física assim, como a Escola durante muitos anos reproduziu e fomentou uma educação de segregação de gêneros, e omissão quanto os debates relacionados a sexualidade, através do direcionamento de atividades específicas para meninos e meninas, onde o corpo masculino era considerado viril e forte, permitindo assim modalidades esportivas de enfrentamento para meninos, enquanto as meninas se restringiam aquilo que não

puddesse colocar em questionamento o corpo feminino, e se isentando a violência física e/ou simbólica daqueles(as) que não se enquadravam nessa condição binária.

Desenvolvida através de bases higienista e biomédicas, em virtude da sua relação histórica com as Ciências Naturais a Educação Física para Maldonado (2021), promoveu um movimento considerado machista, e muitas vezes sexista quando realizava aulas divididas para meninos e meninas, restringiam conhecimentos de acordo com o gênero, como as Lutas que só eram permitidas para meninos, enquanto, as danças permitidas apenas para meninas.

Para Prado e Ribeiro (2010) a Educação Física em meio ao seu processo histórico é marcada por diferenciações, onde os sujeitos e corpos eram valorizados quando considerados saudáveis, brancos, masculinos, heterossexuais.

Altamann, Ayoub e Amaral (2011) indicam que a separação de meninos e meninas nas aulas de Educação Física aconteciam inicialmente por conta de normas com bases higienistas, posteriormente a justificativa era atrelada as diferenças de habilidades que eram consideradas inatas a cada gênero, contudo as distintas formas de educar os corpos de meninas e meninos desde a infância, são a base da compreensão desse cenário, que impactam nas habilidades e envolvimento de cada sujeito nas práticas corporais, e nas aulas de Educação Física.

Ferreira (2015) trata que os componentes escolares de forma geral têm um olhar dividido para meninos e meninas, pois categoriza atividades e atitudes específicas para cada gênero, por isso a escola não apenas reflete as concepções e desigualdades de gênero e sexualidade, mas ela produz através da formação de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais.

Então, a Educação Física Escolar fortalece ainda mais essa proposição através do seu enraizamento histórico de valorização de corpos masculinos, saudáveis, heteros, brancos. E, traduziu isso durante muito tempo nas suas práticas através da divisão de atividades específicas para meninos e meninas, através da omissão de debates acerca de questões relacionadas a identidade de gênero, orientação sexual, diversidade cultural.

Prado e Ribeiro (2010) esclarecem, que os professores de Educação Física ao elegerem atividades corporais que melhor se adequam às práticas masculinas e femininas, e reconhecem particulares de gostos, atitudes, movimentos ou vestimentas como inapropriadas para determinado sexo durante as vivências escolares, acabam

por estimular um pensamento dicotômico e binário, e ainda promove um agrupamento de “nichos” de normalidade ou anormalidade.

Desconstruir atividades específicas para meninos e meninas, bem como, considerar diferentes identidades de gênero e orientação sexual, é formar para liberdade de escolha, e desenvolver o pensamento crítico.

No caso da Educação Física, é possibilitar a educação para/pela diversidade através das experiências com e do corpo, sem restringir as atividades por conta do gênero ou sexualidade.

O disciplinamento dos corpos e a normalização da sexualidade acompanharam historicamente a escolarização das mentes. Todos os processos de escolarização sempre estiveram ocupados em vigiar, modelar, corrigir e punir o corpo e a sexualidade de meninos e meninas. (Ferreira, 2015, p. 49)

Debater sobre inclusão na educação dos corpos, dos gêneros e sexualidade, é considerar e afirmar que os sujeitos são plurais, e que isso deve ser valorizado, aceitando ainda suas singularidades, contudo, é necessário rejeitar rótulos que aprisionam e engessam os sujeitos em representações como apto ou inapto, masculino e feminino, heterossexual ou homossexual.

Na área da Educação Física, principalmente na área escolar, esclarecem Prado e Ribeiro (2010), o ensino da cultura corporal tem durante muito tempo sendo ensinado e aprendido através da conformação e domesticação de corpos, instituindo inclusive padrões e estigmatizando práticas que transgridem ao modelo considerado como padrão.

É necessário então, como apresenta Goellner (2010) compreender que práticas como essas reforçam discriminações e exclusões, ao invés de ampliar intervenções junto aos sujeitos, permitindo o acesso a práticas corporais e esportivas, constituindo assim um ser social e livre.

Perceber as pluralidades dos(as) estudantes, através das distintas expressões, identidades, sexualidade, desejos, é necessário para uma educação de emancipação através da Educação Física.

As representações sociais pautadas em questões biológicas, as quais fomentaram/fomentam ainda a Educação Física, acabam por impactar estudantes de forma psicológica, social, histórica e cultural, pois não se pode entender os corpos e

as atividades produzidas pelas pessoas de forma homogênea, mas sim como corpos múltiplos, ambíguos, inconstantes e diferentes. (Balbino, Cardoso e Fonseca, 2021, p. 64 e 65)

Para Carrara (2009) é necessário reconhecer as desigualdades políticas e sociais inscrita nos corpos, pois ser visto como homem ou mulher, torna o processo de socialização diferente, e exatamente por isso, é importante que a escola possibilite aos estudantes desenvolver uma postura crítica em relação as condições éticas e políticas de naturalização das diferenças, para que assim os próprios alunos(as) possam construir sua própria opinião acerca desse debate.

A Educação Física e seus conteúdos que durante muitos anos veio fortalecendo a inferiorização de corpos femininos, diferentes, não hábeis, tem seu papel e funcionalidade social como componente curricular na Escola, sendo capaz de contribuir para o processo de naturalização das diferenças através da prática corporal, sem marginalização do sujeito por conta do seu corpo, que traduz sua identidade de gênero e orientação sexual.

Para Altmman, Ayoub e Amaral (2011) é necessário uma diversificação dos conteúdos nas aulas de Educação Física de modo a potencializar a participação de todos os(as) estudantes, bem como, a forma de abordagem desses conteúdos, essas escolhas e formatações dependerá da organização pedagógica dos(as) professores(as).

Então, professores de Educação Física devem estar preparados para esse trabalho educacional, que visa reconhecer as diferenças através da promoção a equidade e respeito a diversidade de identidade de gêneros e orientações sexuais.

É fundamental como esclarece Prado e Ribeiro (2010) a atenção dos(as) professores(as) de Educação Física em relação a conceitos, conteúdos, técnicas, para que suas interlocuções pedagógicas sobre temas relacionados a identidade de gênero e orientação sexual, possam transgredir marcas históricas que pretendem adequar os corpos a limites biológicos relacionados ao gênero e sexualidade.

O trabalho docente na Educação Física Escolar deve então ter o compromisso de desnaturalizar o que é próprio para o corpo feminino e masculino, e ainda reconhecer que em meio a diversidade de gênero os corpos não podem e nem devem se aprisionar a uma condição binária, onde se anula ou oprimi qualquer outra identidade e escolha.

Altamann, Ayoub e Amaral (2011) questionam que a criação, intervenção e posicionamento docente junto aos planejamentos, é que leva a valorização ou não de determinados conteúdos, as questões de gênero e sexualidade na maioria das vezes são evitados no planejamento de professores por conta das tensões que ocasiona, entretanto, deve ser pensado que os ainda sim elas aparecem nas aulas, seja na forma explícita, velada ou oculta, e a partir disso esses debates devem ser silenciados, proibidos ou ressignificados através de objetos de intervenção pedagógica.

Cabe aos professores(as) construir uma prática pedagógica que a partir do conflito, dúvidas, questionamentos, possa estabelecer um diálogo que desenvolva uma reflexão crítica capaz de desconstruir normatizações de gênero e sexualidade, e apresente as múltiplas representações e comportamentos dos sujeitos. (Goellner, 2010; Louro, 2022)

Sendo assim, quando algum aluno ou aluna se demonstra alheio à determinada atividade ou prática nas aulas de Educação Física escolar, ou não se comporta “adequadamente” como menino ou menina, ele/a pode passar a ser questionado por sua possível não-heterossexualidade, acionando assim mecanismos homofóbicos de demonstração de violência e não reconhecimento social, pois passam a serem considerados como “anormais” (Prado e Ribeiro, 2010, p. 410)

Então, nas aulas de Educação Física os(as) professores(as) tem como compromisso possibilitar o acesso as práticas corporais de maneira equitativa, onde cada estudante em meio ao processo de ensino/aprendizado descobrirá qual a forma, atividade, vestimenta, tem mais afinidade, e principalmente através do saber pleno poderá construir e desconstruir o conhecimento apreendido.

Balbino, Cardoso e Fonseca (2021) discorrem, entretanto, que os(as) professores de Educação Física de forma geral tem uma carência quanto a formação inicial e continuada acerca das temáticas de gênero e sexualidade, sendo necessário a discussão que foquem em uma educação voltada para a diversidade, confrontando a (hétero)normalização do gênero e da sexualidade.

Então, para que professores(as) de Educação Física possam realizar uma construção pedagógica crítica relacionado ao gênero e sexualidade, é necessário que eles(as) enquanto sujeitos sociais possam também estar preparados(as) para as tensões e desafios relacionados a essas questões, e tenham apoio administrativo e

normativo.

Para se tratar de gênero e sexualidade na escola, é importante que se tenham políticas educacionais apropriadas, que possam amparar as ações de toda a equipe escolar, contudo, o ponto fulcral para o desenvolvimento pedagógico dos estudantes é o trabalho docente bem estruturado e consciente.

Nesse sentido, para melhor compreensão sobre as principais dificuldades e dúvidas de professores/as de Educação Física, foi desenvolvido processo de pesquisa investigativa com professores/as da Escola Parque Salvador, para assim desenvolver material de apoio pedagógico em formato de caderno orientador para utilização nas aulas escolares.

Material e dados que podem ser utilizados não somente com os(as) professores da Escola Parque Salvador, mas que possam ser utilizados para aprofundamento e futuras pesquisas, bem como, demais professores/as atuantes no âmbito escolar.

5. METODOLOGIA

Este estudo é de abordagem qualitativa com característica descritivas, o qual Lakatos e Marconi (2011) se preocupa em analisar e interpretar os aspectos mais profundos, e como esclarece Minayo (2014) permitindo descrever a complexidade do comportamento humano, com a pretensão de analisar os fatos.

Gil (2008) apresenta a pesquisa descritiva como aquela que tem o objetivo de descrever as características comuns de uma determinada população ou fenômeno, sendo importante para que possam ser analisadas as relações entre as variáveis.

Nesse sentido, essa pesquisa foi realizada através de uma investigação com os professores/as de Educação Física da Escola Parque Salvador, para que através da coleta de dados pudesse ser identificadas as relações acerca das questões de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física Escolar, buscando reconhecer o processo de formação docente, trabalho pedagógico e dificuldades para tratar acerca do tema em meio as aulas de Educação Física Escolar.

É importante compreender segundo Gil (2008) que as pesquisas descritivas por se preocuparem com a atuação prática, acabam por proporcionar uma nova visão do problema.

Considerando que as questões de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física Escolar, são permeadas por obstáculos sociais e entraves quanto a formação docente, essa pesquisa teve como condição buscar compreender as variáveis em relação a temática, para possibilitar construções de possíveis soluções acerca do problema da pesquisa.

5.1 Universo da Pesquisa

O estudo foi realizado no município de Salvador (BA), que possui uma população estimada de 2.900.319 pessoas, e uma taxa de escolarização de 6 à 14 anos de 95,9%, possuindo 261.686 matrículas no ensino fundamental em 2021 (IBGE, 2022).

E, teve seu desenvolvimento no Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR) – Escola Parque/Salvador, que está situado no bairro Caixa D'água, o qual possui

uma população total de 22.446 habitantes, tendo a maior parte dos residentes se autodeclarando pardos(as) (53,73%) e pretos(as) (29,14%), sendo a maioria do sexo feminino (54,11%), e na faixa etária de 20 a 49 anos (51,53%). No que diz respeito aos domicílios, 1,41% dos responsáveis não são alfabetizados, e apesar de 39,5% estar na faixa de 1 a 3 salários mínimos, a renda média dos responsáveis por domicílio no bairro é de R\$ 1.533,00 (UFBA, 2019).

D'almeida (2018) indica que o CECR é composto pelas Escolas-Classes, que ficam em um raio de distância de 1,5 km da Escola Parque, formando assim um complexo escolar, e dentre as estruturas escolares do complexo a Escola Parque é a mais centralizada e possui a maior área com aproximadamente 42.292 m².

A Escola Parque/Salvador, localizada no bairro da Caixa D'água, possui uma área arborizada e gramada, e consta de sete pavilhões de arquitetura moderna, à base de arcos que permitem perfeita iluminação natural (D'almeida, 2018, pág 7)

Nascimento (2009) esclarece que a Escola Parque/Salvador é uma escola vinculada ao Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Educação, portanto, fazendo parte da Rede Estadual de Ensino, a qual é uma referência na Educação Básica Brasileira por ser a escola pioneira em relação ao ensino em tempo integral.

Anúnciação (2020) explica que no CECR a escolarização é ofertada em um período (matutino ou vespertino), no qual os estudantes adquirem os conhecimentos das disciplinas do núcleo comum da matriz curricular, nas escolas denominadas Escolas-Classes, que são escolas de ensino regular que possuem sedes próprias nas imediações da Escola Parque/Salvador, enquanto no contraturno, os(as) estudantes são direcionados(as) para atividades curriculares complementares, no formato de oficinas, as quais são ofertadas em diferentes núcleos.

Destaca-se dentre os núcleos, o Núcleo de Pluralidades Esportivas (NUPE), que Esteves (2020) apresenta como ser o responsável pelo trato do componente Educação Física através do ensino de Esporte, o qual atende os estudantes do ensino fundamental anos finais das Escolas-Classes, e possui na sua composição as seguintes oficinas: Ginástica Artística, Ginástica Rítmica, Futsal, Handebol, Voleibol, Basquete, Judô, Jiu-Jitsu, Capoeira e Karatê (Esteves, 2020).

5.2 Participantes

Participaram desta pesquisa 04 professoras e 06 professores (Quadro 1) de Educação Física do Núcleos de Pluralidades Esportivas do Centro Educacional Carneiro Ribeiro - Escola Parque/Salvador.

Estabeleceu-se como critérios de inclusão dos(as) Professores(as) de Educação Física: aqueles que atuavam no Núcleo de Pluralidades Esportivas (NUPE) no ano de 2023; que tinha vínculo efetivo na Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia. Como critérios de exclusão dos(as) Professores(as) de Educação Física: que estavam em cargo de gestão; aqueles que não estavam vinculados ao NUPE e os que se encontravam em afastamento.

5.3 Instrumento de Coleta de Dados

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário que a partir Marconi e Lakatos (2003) permite a construção de perguntas investigativas acerca do objeto de pesquisa.

Neste estudo, as perguntas foram objetivadas para a investigação sobre as questões de gênero e sexualidade em relação ao trabalho docente dos(as) Professores(as) de Educação Física CECR – Escola Parque/Salvador, que possibilitou a apreensão de dados para interpretação e conclusão do estudo.

Gil (2008) esclarece que o uso do questionário como técnica de investigação, propõe a elaboração de um conjunto de questões que são aplicadas aos participantes com a meta de adquirir saberes, crenças, sentimentos, temores, dentre outros.

O questionário foi estruturado com perguntas abertas, as quais “solicita-se aos respondentes para que ofereçam suas próprias respostas” (Gil, 2008, pág. 122) e fechadas, onde “pede-se aos respondentes para que escolham uma alternativa dentre as que são apresentadas numa lista” (Gil, 2008, pág. 123).

Para sua construção houve a elaboração de perguntas que estivessem de acordo com os objetivos da pesquisa, sendo utilizado como referência o *Checklist* proposto por Damásio e Borsa (2017), que tem como proposta, orientar e organizar o desenvolvimento de instrumentos de avaliação psicométrico. (Quadro 1)

Quadro 1 - Checklist para criação de instrumento psicométrico

Revisão da literatura	Resposta
Tem segurança na definição do construto?	() Sim () Não
Tem segurança nos aspectos operacionais do construto?	() Sim () Não
Já fez a lista de aspectos operacionais que servirão de base para criação dos itens?	() Sim () Não
Definiu quantos fatores o instrumento teoricamente deve ter?	() Sim () Não
Criação dos Itens	
Criou itens pensando exatamente em qual fator ele deveria se encaixar?	() Sim () Não
Criou um número maior de itens do que o previsto?	() Sim () Não
Construiu itens pensando na faixa-etária/nível educacional da amostra?	() Sim () Não
Evitou regionalismos?	() Sim () Não
Pensou em termos plausíveis para todo o país?	() Sim () Não
Acredita que todos os itens avaliam um único traço?	() Sim () Não
Escreveu os itens em uma única sentença, sempre que possível?	() Sim () Não
Evitou duas negações?	() Sim () Não
Evitou itens que avaliam os antecedentes e consequentes do construto e não o construto em si?	() Sim () Não
Está seguro de que os itens medem exclusivamente o construto de interesse e não construtos correlatos (nem que tangencialmente)?	() Sim () Não
Criou itens fáceis, médios e difíceis?	() Sim () Não

Fonte: Damásio e Borsa (2017)

Dessa forma, após a confirmação de todas as medidas do *checklist* de forma positiva, através de discussão entre pares, foi materializada a primeira versão do questionário (APÊNDICE III), o qual foi composto por 5 dimensões, com um total de 24 questões (8 abertas) e 16 (fechadas). A Tabela 1 apresenta a distribuição das questões nas dimensões do instrumento.

Tabela 1 - Distribuição das questões abertas e fechadas no Questionário Investigativo.

DIMENSÃO	QUESTÕES ABERTAS	QUESTÕES FECHADAS	TOTAL
Caracterização Pessoal e Profissional	2	5	7
Formação Profissional	0	3	3

Sobre Gênero e Sexualidade	6	0	6
Trato Pedagógico	0	5	5
Conhecendo os(as) discentes	0	3	3

Fonte: Autora (2023)

Para que esse instrumento fosse confiável na coleta das informações foi necessário submeter o questionário ao processo de validação semântica e validação de conteúdo.

Pasquali (2007) indica que a validade de instrumento psicométrico tem a condição de medir com maior precisão aquilo que se deseja, buscando assim alcançar interpretações de acordo com o teste aplicado.

Dessa forma, o instrumento passou pela submissão de uma banca de três juízes, composta por docentes com experiência e qualificação na área do estudo.

Os juízes avaliaram as questões a partir dos parâmetros de clareza com base em quão claro as perguntas estavam escritas, e se de fato ofereciam um entendimento apropriado aos respondentes sobre o que estava sendo perguntado, e a partir do item pertinência, seguindo o grau de pertinência em relação aos objetivos do instrumento.

A análise de concordância foi realizada através do Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC) (Hernandez-Nieto, 2002), no qual os juízes utilizaram como parâmetro uma escala de 1 a 4 para os 2 indicadores (clareza e pertinência). O conceito da escala é descrito abaixo:

1. O item não é pertinente/claro
2. O item precisa de maiores revisões
3. O item precisa de pequenas revisões
4. O item é pertinente/claro.

A média calculada para os indicativos foi proposto a partir Hernandez-Neto (2002), que aplicaram uma fórmula para determinar a média de cada item

- $CVC = \text{média}/\text{maior score possível};$
- $CVC_{\text{corrigido}} = CVC - \text{Viés}, \text{ onde viés} = (1/\text{número de juízes})\text{número de juízes}$

- CVC_{Total} = média de todos os itens em cada um dos indicadores
- Ponto de corte = 0,80.

Tabela 2 - Coeficiente de validade de conteúdo

Item	Clareza			Pertinência			Viés	CVC_Clare	CVC_Pert
	Juíz 1	Juíz 2	Juíz 3	Juíz 1	Juíz 2	Juíz 3			
-	Juíz 1	Juíz 2	Juíz 3	Juíz 1	Juíz 2	Juíz 3	-	-	-
1	1	4	4	1	4	4	0,04	0,713	0,713
2	1	4	3	2	4	4	0,04	0,630	0,796
3	4	4	4	4	4	4	0,04	0,963	0,963
4	4	4	4	4	4	4	0,04	0,963	0,963
5	4	4	3	4	4	4	0,04	0,880	0,963
6	4	4	4	4	4	4	0,04	0,963	0,963
7	4	4	4	4	4	4	0,04	0,963	0,963
8	4	4	2	4	4	4	0,04	0,796	0,963
9	4	4	2	4	4	4	0,04	0,796	0,963
10	4	4	2	4	4	4	0,04	0,796	0,963
11	4	3	3	4	4	4	0,04	0,796	0,963
12	4	4	4	4	4	4	0,04	0,963	0,963
13	4	4	4	4	4	4	0,04	0,963	0,963
14	4	4	4	4	4	4	0,04	0,963	0,963
15	4	4	4	4	4	4	0,04	0,963	0,963
16	4	2	3	4	4	4	0,04	0,713	0,963
17	4	4	3	4	4	4	0,04	0,880	0,963
18	4	4	3	4	4	4	0,04	0,880	0,963
19	4	4	3	4	4	1	0,04	0,880	0,713
20	4	4	3	4	4	4	0,04	0,880	0,963
21	4	4	3	4	4	4	0,04	0,880	0,963
22	4	4	3	4	4	4	0,04	0,880	0,963
23	4	4	3	4	4	4	0,04	0,880	0,963
24	4	4	3	4	4	4	0,04	0,880	0,963
CVC TOTAL								0,89	0,94

Fonte: Autora (2023)

A avaliação dos juízes no primeiro momento atingiu uma média geral de aceitação (CVC – clareza de 0,89 e CVC-pertinência 0,94), contudo diante das sugestões e comentários, uma relativa média baixa em algum indicador de questões específicas (1,2,8,9,10,11,16,19), foram feitas alterações e adequações ao instrumento, que gerou uma segunda versão do instrumento (APÊNDICE IV)

Posteriormente as mudanças foram avaliadas novamente pelos juízes, sendo aprovado o instrumento como versão final com 23 questões (8 abertas) e 15 (fechadas).

5.4 Procedimento para Coleta de Dados

Para esta pesquisa realizou-se diferentes etapas, sendo a primeira, a apreciação e aprovação do Projeto de Pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa pela Plataforma Brasil através do registro CAAE: 75419523.0.0000.0055.

Em um segundo momento, foi apresentado o projeto para os gestores do CECR – Escola Parque/Salvador, para conhecimento e aprovação, sendo entregue a Autorização para Coleta de Dados (Anexo 1) para autorização da pesquisa, o qual foi assinado pela Diretora vigente da Escola Parque Salvador

Em sequência foi apresentada a pesquisa aos professores(as) mostrando os objetivos dos estudos, os riscos e desconfortos, a garantia de anonimato, bem como, houve o esclarecimento de possíveis dúvidas.

Após a apresentação foi disponibilizado individualmente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo 2) para autorização da participação na pesquisa através de assinatura do documento.

Todos(as) professores(as) concordaram em participar da pesquisa, e os(as) mesmos(as) foram convidados(as) a responderem um questionário investigativo de forma presencial em sala reservada no próprio CECR – Escola Parque/Salvador, com horários e dias acordados a partir da disponibilidade de cada um(a).

Foram agendados 02 dias para aplicação do questionário, conforme solicitação dos docentes, no qual cada encontro teve uma duração média de 1h30min, composto por 05 min de para leitura das questões pela pesquisadora e o restante do tempo para preenchimento do questionário pelos docentes.

5.5 Análise de Dados

A análise de dados, entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes, a fim de conseguir respostas as suas indagações, e procura estabelecer relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas, que podem ser confirmadas ou refutadas. (Marconi e Lakatos, 2003)

Essa pesquisa foi realizada a partir da análise de conteúdos de Bardin (1977), que busca conhecer aquilo que está por trás das palavras, debruçando-se no objeto de pesquisa através da interpretação dos dados.

A análise de investigativa foi desenvolvida a partir das informações dadas pelos/as os/as respondentes a respeito das questões de gênero e sexualidade na prática e formação docente, sendo feita um levantamento das categorias encontradas em cada item a partir das diferentes respostas.

Para isso, foi realizada a tabulação de dados de todas as respostas, sendo organizadas por participantes, e posteriormente havendo o cruzamento de dados através de comparações condicionadas pelas categorias⁴ definidas.

Esse processo Bardin (1977) argumenta que visa conhecer as variáveis de ordem psicológica, história, sociológica, formativa, e possui ainda a condição de analisar os conteúdos através da interpretação de componentes principais e fatores comuns, permitindo que os resultados obtidos nos levantamentos indiquem a influência exercida por um conjunto de variáveis sobre as outras, o que pode ser chamado de estruturas de encadeamento da associação.

O estudo foi analisado ainda de forma qualitativa, para que fosse possível encontrar as categorias comuns e variantes, enquanto se buscava atender os objetivos da pesquisa, e informações para se chegar a problemática do estudo através da ótica crítica da pesquisadora.

Gil (2008) afirma que a análise qualitativa não ter uma pressupostos e fórmulas prescritivas, mas permite que os dados e categorias possam ser descobertos.

Seguindo os pressupostos de Miles e Huberman (1994) a análise foi realizada a partir da redução dos dados para que fossem definidos mesmo que transitoriamente as categorias⁵, e assim fossem organizadas em sumários de acordo com os objetivos da pesquisa, em seguida os dados foram organizados para que fosse possível identificar semelhanças, diferenças e relações, e por fim a elaboração de conclusão dos dados considerando seus significados, sentidos e especificidades.

⁴ A categoria da pesquisa é validada quando é possível aplicá-la a um conjunto da informação, e produtiva no plano das inferências. (Bardin, 1977, p.55)

⁵ Considera-se categorias transitórias, pois mesmo após a redução de dados elas podem se modificar a partir da análise da pesquisadora, que pode identificar ou excluir novas categorias até a conclusão da pesquisa. (Gil, 2008)

6. RESULTADOS

Os dados foram tabulados para melhor visualização e compreensão das informações encontradas, sendo o estudo dividido em cinco grandes dimensões: 1. Caracterização Pessoal e Profissional; 2. Formação Profissional; 3. Sobre Gênero e Sexualidade; 4. Trato Pedagógico; 5. Conhecendo os(as) discentes.

As dimensões foram desenvolvidas para que houvesse a possibilidade de apreender informações específicas, sobre um determinado aspecto do objeto de pesquisa, e assim fosse possível responder a problemática proposta no estudo.

6.1 Caracterização Pessoal e Profissional

Sobre a dimensão Caracterização Pessoal e Profissional houve a busca sobre informações acerca dos(as) professores(as) participantes do estudo.

Ao se tratar do processo formativo 90% do corpo docente da escola tem idade acima de 50 anos (Quadro 1), e nenhum dos(as) docentes com idade abaixo dos 40 anos.

Quadro 2 - Participantes da pesquisa

Professor(a)	Faixa Etária	Gênero
P1	41 – 45	F
P2; P3; P4; P5; P6	51 – 55	M/F/M/M/F
P7; P8	56 – 60	M/F
P9; P10	61 – 65	M/M

Fonte: Autora (2024)

É possível verificar ainda que existe predominância de professores em comparação a professoras quanto a regência das aulas de esporte na Escola Parque, sendo possível relacionar esse cenário as diferentes condições de oportunidade quando se compara a categoria gênero.

Mariano et. al. (2021) esclarece que a participação das mulheres em alguns setores da sociedade, tais como: trabalho, educação, em cargos políticos, no esporte,

dentre outros, ainda é de difícil acesso.

As mulheres atualmente são mais economicamente ativas que os homens, e isso se traduz também no acesso a escolarização, já que as mulheres possuem mais tempo de educação formal, sendo a maioria entre as pessoas matriculadas no ensino superior, contudo a diferença entre o rendimento médio das mulheres e homens chega a ser de 25%, isso quer dizer que a profissionalização não garantiu acesso igualitário as diferentes ocupações. (Biroli, 2018, p. 45)

Biroli (2018) ainda chama atenção que as mulheres nem sempre foram ativas economicamente e academicamente, pois entre 1970 e o início do século seguinte, esse percentual era de 18,5% e que em somente em 2005 isso passou para 59%.

Desta forma, a educação das mulheres foi estruturada de forma diferenciada, voltada para a sua capacidade procriativa e as considerando como subordinadas. Na atualidade, as mulheres ainda são discriminadas em vários setores da sociedade. No âmbito esportivo, o preconceito de gênero se faz presente há décadas, e a história da mulher no esporte é pautada pela subversão. (Mariano, et al., 2021, pág.2)

Fortalecendo a diferença entre gêneros, Pfister (2004) elucida que o esporte moderno de origem inglesa, em sua fase inicial, foi de domínio exclusivamente masculino, apontando que as mulheres no âmbito esportivo tiveram atuação tardia quando comparadas ao homem.

Portanto, é importante considerar que as professoras para atuação profissional na área esportiva tiveram maiores desafios quando comparado aos professores, tendo em vista que as distintas possibilidades de acesso ao conhecimento esportivo e acadêmico quando comparadas aos homens.

Vale ressaltar que ainda se tratando em direitos constitucionais relacionados ao gênero, somente em 20 de março de 1984, é que foi criado o Decreto-Lei 89.460, o qual apresenta no Art. 1,

Para os fins da presente Convenção, a expressão "discriminação contra a mulher" significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer

outro campo. (Brasil, 1984)

Dessa forma, destaca-se que historicamente as mulheres diferentes dos homens, tiveram maiores tensões quanto a prática profissional, mostrando que a discussão sobre gênero está atrelada as oportunidades diferenciadas de acesso ao conhecimento.

Para Mariano et. al. (2021), a latência do preconceito direcionado as mulheres, os quais estão enraizados por questões históricas, culturais, sociais e legislativas, acabam resultando em falta de oportunidades e formação equitativa entre homens e mulheres.

No quadro (Quadro 3) são apresentados os dados encontrados em relação a caracterização profissional dos(as) professores(as) participantes, e temos um recorte sobre a formação tardia das professoras, quando relacionadas aos professores.

Quadro 3 – Caracterização Profissional I

Escolaridade	
Licenciatura Plena	P1 – 2008 (F)
	P2 – 1995 (M)
	P3 – 1991 (F)
	P4 – 1995 (M)
	P5 – 1995 (M)
	P6 -1998 (F)
	P7 – 1991 (M)
	P8 – 1989 (F)
	P9 – 1985 (M)
	P10 – 1989 (M)

Fonte: Autora (2024)

Vale destacar que o corpo docente da Escola Parque possui em média 30 anos de formação em Educação Física, contudo, quando separado por gênero, as docentes possuem 26 anos, enquanto os docentes têm 32 anos.

Apresentando uma diferença quando relacionado gênero x formação profissional em Educação Física. Cabe ressaltar que a diferença de formação entre

os gêneros não pode ser relacionada a idade, já que segundo Quadro 2, a faixa etária dos/as professores é de 41 a 65 anos, sendo os homens com as idades mais avançadas.

Esses dados também apontam que o corpo docente tem entre 30 e 25 anos de formação inicial em Educação Física, o que mostra que esse professores tiveram na sua formação profissional segundo Castellani Filho (2013) o ensino da Educação Física e do Esporte, pautados entre uma transição em que se valorizada a educação do físico-esportivo e seu rendimento, simulacros da ordem da sociedade brasileira da época, em contrapartida com uma nova perspectiva do ensino e aprendizado da Educação Física que estava relacionada a prática social e cultural, e onde o esporte passava ser um dos conteúdos dessa área do conhecimento.

Vasconcelos e Ferreira (2020) ainda fortalecem que na Educação Física os estudos, assim como o ensino e aprendizagem de gênero e sexualidade foi marcado apenas 1997 quando os Parâmetros Curriculares Nacionais, se apresenta como um apoio inicial as questões e desenvolvido de projetos educacionais da escola, apresentando a orientação sexual e gênero como temas transversais.

Portanto, é possível considerar que os/as professores/as da Escola Parque na sua formação em Educação Física, tiveram um ensino ainda orientado em condições de rendimento físico e esportivo, sem trato em relação ao gênero e sexualidade.

Quadro 4 – Caracterização Profissional II

Qual a maior titulação de Pós-graduação?	
Não possui	P4
Especialização	P1; P2; P3; P5; P6; P7; P8; P9; P 10
Há quanto tempo trabalha na Rede Estadual de Salvador?	
11 à 15 anos	P1
Mais de 15 anos	P2; P3; P4; P5; P6; P7; P8; P9; P10

Fonte: Autora (2024)

Conforme o Quadro 4, deste corpo docente 90% dos/as professores atuam a pelo menos 15 anos na Rede Estadual de Salvador, e também 90% possui formação continuada em Educação Física, tendo em vista que 09 de 10 professores fizeram

curso de especialização.

É possível compreender, os/as professores/as tem uma atuação no ensino básico com mais de 15 anos, o que demonstra uma experiência com o trabalho docente relacionado a Educação Física Escolar.

Os dados ainda aprensetam que ao longo do trabalho docente, os/as professores/as buscaram formação continuada para atuação profissional, o que não significa ou garante que determinados conhecimentos que não foram tratados na formação inicial tenham sido disponibilizados ou acessados, como será possível perceber ao analisar os dados encontrados nas dimensões seguintes.

6.2 Formação Profissional

No processo investigativo sobre a Formação Profissional as perguntas tiveram como objetivo conhecer o processo de formação inicial e continuada dos/as professores/as em relação as questões de gênero e sexualidade

Considerando que a formação inicial dos professores é compreendida como aquela ofertada pelas instituições para capacitar e qualificar os/as profissionais para um processo formal da prática docente em Educação Física, enquanto a formação continuada deve ser entendida como um processo de formação profissional permanente, onde não deve ser alcançada apenas condições técnicas, mas dimensões experimentais. (Castro e Amorim, 2015)

Compreendendo a diferença quanto a formação de professores, nessa dimensão da pesquisa houve uma investigação relacionada a formação básica e continuada de docentes em relação as questões de gênero e sexualidade, Quadro 5.

Quadro 5 – Formação Inicial

As questões de gênero e sexualidade foram abordadas durante a sua formação inicial em Educação Física?	
Sim	P9; P10
Não	P1; P2; P3; P4; P5; P6; P7; P8

Fonte: Autora (2024)

Verifica-se que durante a formação inicial 80% dos professores não tiveram qualquer atividade formativa relacionadas ao gênero e sexualidade, mesmo a professora P1 que tem uma formação mais recente, e mesmo aqueles que apresentaram ter algum processo relativo a temática, relataram que a abordagem estava ligada a condições de natalidade e doenças, como é o caso do professor P10, que afirma que se falava, “A gravidez, os métodos de proteção, como se proteger das doenças.”

Isso corrobora com o que Bortolozzi (2019) apresenta sobre o debate de gênero e sexualidade na década de 80 e 90, onde só existia justificativa para essa abordagem em detrimento ao controle de gravidez precoce, mas principalmente para combate a epidemia do HIV, que era relacionada a comunidade LGBTQIAPN+ e suas práticas sexuais.

Gomes Filho e Silva (2021) esclarecem que a universidade assim como a escola, realizaram com ênfase na década de 90, e ainda hoje realizam, esse tipo de abordagem sobre a sexualidade, em prol de um controle social, mas que isso não aborda o assunto de forma aberta e tampouco se preocupa em tratar conteúdos realmente necessários e críticos em relação ao gênero e sexualidade.

Portanto, presume-se que mesmos os professores que tiveram temas relacionados ao gênero e sexualidade na sua formação inicial, não tiveram acesso ao conhecimento acerca de conceitos, significados e sentidos, mas apenas informações que Ferreira e Sacramento (2019) explicam inclusive terem sido feitas pelos meios de comunicação de forma preconceituosa em relação a comunidade LGBTQIAPN+.

A professora P6 em relação ao processo formativo ainda esclarece: “Na formação inicial pouco se abordava a questão de gênero e sexualidade, na verdade não se abordava.”

Esse cenário demonstra a carência de formação em relação ao debate de gênero e sexualidade, que Soares e Monteiro (2019) explicam ser resultado de trabalhos para o contexto escolar que objetivavam apenas a saúde sexual e reprodutiva, mas que não permitia abordar os diversos aspectos relacionados a sexualidade e gênero, o que culminou em professores/as que se sentem despreparados(as) para abordagem dessa temática.

A carência sobre as questões de gênero e sexualidade no processo de

formação inicial, reflete quanto a compreensão dos/as professores/as acerca dos conceitos, categorias e problemáticas que permeiam o tema, o que pode inviabilizar o trato desses conhecimentos nas aulas de Educação Física.

Os cursos de licenciatura de uma forma geral, durante muitos anos não ofereceram componentes que fossem capazes de contribuir para a formação de professores/as acerca de temas relacionados ao gênero e sexualidade (Souza, 2015; Soares e Monteiro, 2019; Martins, 2017)

É pela carência de conhecimento sobre gênero e sexualidade na formação inicial, que Martins (2019) trata sobre a importância da formação continuada de professores/as, pois durante o trabalho docente o aperfeiçoamento e aquisição de novos conhecimentos em gênero e sexualidade, por meio de experiências e reflexões, pode gerar novas práticas pedagógicas articuladas com conceitos básicos em relação ao tema, história dos movimentos sociais feministas e comunidade LGBT⁶, e pelo fim da desigualdade de sexo e discriminação de gênero.

Quando, se confronta a formação continuada dos/as docentes, conforme o Quadro 3, é possível notar que somente 01 professor não participou de curso em formato de pós-graduação, o que demonstra que a maioria das(os) docentes realizaram algum processo de formação continuada, contudo, somente 03 docentes afirmaram ter acesso a abordagens sobre gênero e sexualidade.

Quadro 6: Formação Continuada

Na sua formação continuada, foram abordadas as questões de gênero e sexualidade?	
Sim	P5; P8; P9
Não	P1; P2; P3; P4; P6; P7; P10

Fonte: Autora (2024)

É ainda importante chamar atenção que mesmo aqueles que tiveram formação continuada acerca do tema, quando questionados/as aonde obtiveram acesso ao conhecimento, indicaram que foi a partir de atividades complementares na Escola Parque, como esclarece a professora P8: “Na Escola Parque tínhamos eventos e

⁶ Está sendo utilizado a sigla como LGBT, conforme o texto e pesquisa da autora.

simpósios referente o tema.”

O professor P5 ainda fortalece essa prerrogativa quando afirma, que passou a conhecer mais sobre gênero e sexualidade, “Nas muitas palestras sobre o tema, que ocorreram na Escola Parque desde o ano de 2002. Tratavam de estudos, respeito e legislação que garante minorias.”

Trabalhos formativos em relação ao gênero e sexualidade são importantes para que os professores possam se sentir preparados para abordar o tema em suas aulas, Soares e Monteiro (2019) em suas pesquisas sobre trabalho docente na escola apontam que professores(as) escolares, apresentam dificuldades e se sentem despreparados para abordar temas correspondente ao gênero e sexualidade, principalmente quando relacionado as condições históricas e sociocultural, por isso, é fundamental reconhecer o corpo docente como pessoas que foram formadas em construções sociais e históricas distintas da que vivemos atualmente, considerando ainda que cada sujeito tem sua própria formação histórica e cultural, por isso possibilitar formações continuadas relacionados a temas contemporâneos, é necessário para os/as docentes possam ter preparo e condições mínimas para desenvolvimento do seu trabalho pedagógico.

Inclusive, os(as) próprios(as) docentes sentem necessidade de maior acesso a informações e conhecimentos, como pode ser visto no recorte com as/os professores/as da Escola Parque, que dos 07 docentes que afirmaram não terem formação continuada sobre gênero e sexualidade, todos indicaram que desejariam ter/tido processo formativo sobre a temática.

Prado e Ribeiro (2010), explicam que a Educação Física transita por territórios onde os corpos e seus movimentos são protagonistas, e isso acaba se relacionando diretamente com gêneros e sexualidades, o que se apresenta como um desafio aos professores, todavia os temas por não serem tão compreendidos pelos docentes em suas complexidades acabam por não ganharem espaços para discussões e abordagens durante as aulas.

Nesse sentido, é importante pensar em possibilidades de instrumentos e condições para conhecimento amplo de docentes, através de cursos formativos, materiais de apoio pedagógico. Mas, no caso dos professores/as da Escola Parque, podemos relacionar ainda, que junto a carência no processo formativo, a falta de

acesso a materiais relacionados ao tema, como é inclusive encontrado nas respostas dadas pelos/as professores/as, quando se questiona sobre o acesso a materiais que tratam sobre sexualidade e gênero, Quadro 7.

Quadro 7 - Material de apoio sobre questões de gênero e sexualidade.

Já teve acesso a algum material de apoio pedagógico para docentes, relacionado a questões de gênero e sexualidade?	
Sim	P2; P5; P6; P7
Não	P1; P3; P4; P5; P8; P9; P10

Fonte: Autora (2024)

Apenas quatro professores relatam ter tido acesso algum material, e mesmo os docentes que responderam ter acesso a material sobre gênero e sexualidade, indicaram que isso aconteceu através de cartilhas e guias, porém com abordagens sucintas, como afirma a professora P8, que cita ter tido “Abordagem muito breve acerca do tema abordado.”

Já o professor P5, quando questionado sobre o tipo de material que teve acesso, afirma que “Durante as palestras⁷ recebemos cartilhas e guias que continham informações sobre respeito e atualizações sobre legislação que garantia o direito a livre expressão das diferenças”.

O professor P2, relatou também, que depois de muitos anos após sua formação em Educação Física, e sem qualquer acesso a material ou curso ligado a gênero e sexualidade, o Governo do Estado da Bahia, disponibilizou material sobre a temática, contudo sem qualquer processo formativo paralelo. O professor P2 ainda afirma, “Após muitos anos da licenciatura por conta da evolução e das leis o governo do estado disponibilizou material”.

É importante chamar atenção, que apesar da disponibilidade de material pelo Governo do Estado citado pelo professor P2 nenhum outro docente indicou saber sobre esse material, o que talvez possa indicar falta de conhecimento em virtude de ampla divulgação e comunicação acerca do instrumento formativo.

⁷ A palestras citada pelo professor são as que foram desenvolvidas pela Escola Parque acerca de gênero e sexualidade.

Diante dos diferentes relatos, que é possível perceber é que nenhum dos/as professores/as cita sobre o material de apoio ter ofertado um conteúdo conceitual, ou que tivesse relação com atividades pedagógicas, mas que a abordagem era de forma sucinta e com viés de legalidade.

Prado e Ribeiro (2010) esclarecem que por se tratar ainda de um tema repleto de preconceitos e paradigmas, os/as professores de Educação Física quando trabalham sobre gênero e sexualidade nas aulas escolares, acabam estabelecendo um diálogo a partir de conflitos, para uma reflexão dos estudantes, todavia, esses docentes precisam estar preparados a partir de domínio de conceitos, significados, práticas pedagógicas. Portanto, somente a abordagem sobre definições e legalidades, podem não suprir a necessidade de professores diante da demanda e desafios do cotidiano escolar.

Esse cenário vai de encontro ao que , Souza (2015) debate, quando cita que as Escolas e os sistemas de ensino precisam desenvolver políticas de formação centradas nas dimensões pessoais e profissionais de professores, que considerem as narrativas e experiências dos/as docentes como eixos de formação, para que assim seja possível construir modos de trabalho e projetos de ensino, que mobilizem múltiplas linguagens nos processos de conhecimento e aprendizagem relacionados ao gênero e sexualidade.

Cabe aos/as professores/as a partir de Martins(2019), a responsabilidade de desenvolver as questões de gênero e sexualidade na Escola, através do aprofundamento acerca do tema, entretanto, é necessário que os mesmos tenham apoio necessário das diferentes esferas de ensino, desde a mais particular representada pela Gestão da Escola onde estão atuando, as mais gerais como as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, e o Governo Federal.

O acesso ao conhecimento sobre gênero e sexualidade de forma ampla, a partir de propostas formativas em paralelo a materiais de apoio a aprendizagem, podem contribuir para preencher a lacuna criada nos processos de formação inicial e continuada desses professores, para que assim seja possível desenvolver de forma crítica e reflexiva a temática nas aulas de Educação Física e Esporte.

6.3 Sobre Gênero e Sexualidade

É fundamental considerar que professores podem ter dificuldade e desafios ao tratarem sobre as questões de gênero e sexualidade na escola, pois como Foucault (2021) coloca, a sexualidade é algo que em toda a história humana não foi discutida, pelo contrário foi sempre sufocada e omitida, o que gerou uma série de paradigmas, indicativo que deve ser considerado também para as questões sobre gênero.

Então, como professores que até recentemente não discutiram e aprenderam sobre gênero e sexualidade, podem tratar sobre essas questões e desenvolver um trabalho pedagógico com estudantes, quando podem ter dúvidas ou desconhecem acerca de conceitos básicos?

Para Martins (2017), existe uma dificuldade de reflexão por parte dos professores, acerca do conceito de gênero e orientação sexual, pois ainda é uma realidade muito distante dos educadores/as, e isso pode ser claramente visto, quando se percebe que na escola ainda não se tem a concepção de masculino e feminino, assim como a normalidade ou não dos comportamentos sexuais e afetivos como construções sociais.

Nesse sentido, foi investigado junto aos professores/as da Escola Parque se os/as mesmos/as tinham domínio sobre os conceitos e significados sobre gênero, sexualidade, identidade de gênero, orientação sexual e LGBTQIAPN+ (Apêndice V) , que são categorias básicas para se tratar sobre gênero e sexualidade em meio aos conteúdos da Educação Física, e situações escolares.

Quando foi perguntado sobre o que é gênero, todos docentes relacionaram gênero ao sexo, mas sem explicar realmente o que é gênero, a professora P6 ainda relacionou a identidade, mas apontou que gênero é, “Diversas identidades de gênero, masculino, feminino, trans, lésbica, etc.”, o professor P7 coloca que, “É o conceito de sexo, que pode ser masculino, feminino ou afins”. Já o professor P5 entende gênero como, “o perfil sexual do qual a pessoa se entende e se enquadra.”

Pode ser percebido que os docentes se confundem sobre os conceitos de gênero e sexualidade, isso pode ser verificado quando os/as professores/as associam gênero a escolhas sexuais, relacionadas ao desejo sexual, como ser lésbica, ou quando indicam que o gênero é um conceito sexual. Porém, Butler (2022) trata que o gênero apesar de estar ligado ao sexo é uma categoria independente, e que está

Quadro 8 – Respostas perguntas abertas sobre gênero e sexualidade

QUESTAO	PROFESSORES/IAS									
	P10 (M)	P6 (F)	P8 (F)	P7 (M)	P2 (M)	P9 (M)	P5 (M)	P1 (F)	P4 (M)	P3 (M)
DIMENSAO	SOBRE GENERO E SEXUALIDADE									
Pergunta	O que é gênero?									
11	Não sei	Diversas identidades de gênero, masculino, feminino, trans , lésbica, etc.	É o meu sexo feminino	É o conceito de sexo, que pode ser masculino, feminino ou afins.	Opção sexual escolhida pelo indivíduo	Refere-se ao sexo do aluno (masculino, feminino, trans , bissexual ...)	É o perfil sexual do qual a pessoa se entende e se enquadra.	Só consigo explicar a partir do binarismo masculino e a negação dele.	Fator biológico do ser vivo inicialmente e identificado por masculino e feminino através do gens .	Sexo fem ou masc ou seja sua origem
Pergunta	O que é sexualidade?									
12	Um ato sexual	Entendo com que a pessoa se relaciona, com pessoas do mesmo sexo ou sexo oposto	Opção sexual	É opção sexual do indivíduo independente do gênero.	Conjunto de comportamento que define seu gênero	A forma de como o aluno se adequa a sua situação sexual.	É a maneira como a pessoa se expressa neste contexto	Orientação do desejo. O que/quem me atrai.	opção ou construção a partir das vivências do indivíduo	Comportamento define a sexualidade, a escolha de cada um
Pergunta	O que você entende ser identidade de gênero?									
13	Eu sou limitado	Entendo como universo, diversidade de uma orientação sexual	Não sei explicar	Entendo como se aceita em determinado padrão sexual	Opção sexual escolhida por um indivíduo	Identificação do seu sexo (masculino, feminino, trans , LGBTQIA +, etc.	É o perfil a que cada pessoa se enquadra em relação a sua sexualidade	Como cada ser humano se percebe dentro do universo de gênero.	É o que o indivíduo se sente ser ou escolha ser	Escolha de cada ser humano

Fonte: Autora (2024)

Quais identidades de gênero você conhece?										
Pergunta									e, hetero, gay, lésbica, trans, etc...	
14	Poucas, homem, mulher	Gay, lésbica, masculino, feminino, trans, pan, bissexual	(Sem resposta)	Masculino feminino, transexual, homossexual, binário	masculino/ feminino/ homossexual / trans.	Todos esses citados acima	Masculino, feminino, transgênero, gênero neutro	Masculino, feminino, não binário, tenho dúvidas sobre trans ser uma identidade ou ser só não pertenciment o ao próprio gênero.	Hetero, (feminino ou masculino), gay, lésbica e bissexual, transexual	Homem, mulher, gay, trans, lésbica
Quais orientações sexuais você conhece?										
Pergunta										
15	Uso da camisinha	homossexual, heterossexual, bi	(Sem resposta)	(Sem resposta)	As citadas acima	Gays, lésbicas, trans...	Não consigo opinar no momento	Lésbica, gay, bissexual, assexual, pansexual, demisssexual, heterossexual, homossexual	Hetero, bissexual, gay e lésbica	(Sem resposta)
Qual o significado da sigla LGBTQIAPN+?										
Pergunta										
16	Não sei	Não conheço todas. Lésbica, gay, bissexual, trans, pan	(Sem resposta)	Não sei descrever toda	Lésbicas + gays + bissexual + trans - o restante não sei	Na verdade não sei o que quer dizer todas essas letras. Só algumas.	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais	Lésbica, gay, bi, trans, queer, I (não sei), assexual, pansexual, N (não sei)	L = Lésbica - G + Gay - B = Bi - T = Trans - P = Pan	Lésbica, Gay Bi, Trans

ligada a como cada pessoa se identifica, apesar do sexo biológico, e que a sexualidade está diretamente ligada ao desejo sexual, e como cada pessoa se relaciona.

Louro (2022) acrescenta ainda que por falta de compreensão, ainda existe uma condição de associar gênero e sexualidade como algo semelhante, todavia é necessário entender as duas categorias como algo distinto, para a partir disso ser possível associar as duas.

É possível perceber que docentes referenciam a categoria através do binarismo com exemplos, a professora P1 apresenta isso claramente, quando coloca que “Só consigo explicar a partir do binarismo masculino-feminino e a negação dele”, enquanto a professora P3 cita que gênero é, “Sexo feminino ou masculino ou seja sua origem.”

Ainda Louro (2018) esclarece que o as multiplicidades vão se emaranhar no que é binário, e isso acaba por criar incoerências que devem ser vistas como produtivas, para a partir desse ponto ser possível reconhecer gênero para além das definições apenas enquanto masculino e feminino.

“É importante também neste momento compreender que os corpos podem ser alterados enquanto suas origens biológicas e que as definições de gênero no momento atual compreendem também o binarismo de transgêneros e cisgêneros⁸.” (Gonçalves e Gonçalves, 2021, p. 2)

Essa compreensão, não se dá de forma simples a partir de Prado e Ribeiro (2010), mas através de uma desnaturalização através de um processo educacional que confronta os padrões de normalização social ao redor do gênero, sexualidade, sexo.

Ao perguntar sobre o que é sexualidade, o professor P7 afirma que, a sexualidade “É opção sexual do indivíduo independente do gênero”, já o professor P2 apresenta que sexualidade é, “Conjunto de comportamento que define seu gênero.” Enquanto, o professor P4 responde que é, “opção ou construção a partir das vivências do indivíduo.”

É possível, notar diante das respostas a confusão em torno da relação gênero-

⁸ Vergueiros (2015, p. 44) explica que cisgênero pode ser compreendido através da cisgeneridade, que pode ser entendida como a identidade de gênero daquelas pessoas cuja experiência individual do gênero, corresponde ao sexo atribuído em nascimento, enquanto, a transgeneridade está relacionada as pessoas transexuais, as quais não suas experiências internas e particulares não estão de acordo com o sexo biológico.

sexo-sexualidade, que estão diretamente ligados, mas não possuem o mesmo sentido/significado.

Afirma-se e reitera-se uma sequência de muitos modos já consagrada, a sequência sexo-gênero-sexualidade. O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. (Louro, 2018, p.140)

Portanto, Gonçalves e Gonçalves (2021) esclarece que as identidades são formadas através do desenvolvimento de cada pessoa, considerando que o gênero está ligado como cada um se identifica, e sua constituição se dá através da identidade de gênero, e a sexualidade está sobre as questões afetivas de como/quem cada pessoa se relaciona.

A professora P1 é a única que faz uma associação acerca do desejo, quando coloca que a sexualidade é “Orientação do desejo. O que/quem me atrai”, esse posicionamento vai de encontro aos estudos de Butler (2022), afirma que a sexualidade toma sentido ao ponto que se compreende como categoria a ser considerada e relaciona, o desejo sexual. Bento (2017) também fortalece que a sexualidade está ligada ao desejo através do corpo, e sua relação com outras pessoas, é nesse sentido que a sexualidade assim como o gênero está ligado a identidade.

Foucault (2022); Butler (2022), explicam a sexualidade como a relação do indivíduo com outros sujeitos a partir do seu desejo sexual, que por sua vez acaba por determinar sua orientação sexual.

Nas nossas vidas concretas, nossos gêneros são sexualizados e nossos sexos são generificados. Mas isso não quer dizer, ao mesmo tempo, que gênero e sexo ou sexualidade são sinônimos, que é tudo a mesma coisa. A sexualidade diz mais respeito às práticas sexuais das pessoas e a como essas pessoas se identificam em relação a essas suas práticas sexuais. (Colling, 2018, p. 38)

É possível entender, que entre os/as professores/as não há uma compreensão clara sobre o que é gênero e sexualidade, apesar de alguns docentes relacionarem em algum momento as duas categorias.

Ao se tratar sobre que é identidade de gênero, os/as docentes associaram a orientação sexual, e a partir de exemplificações, como visto pelo professor P5 que afirmou, “É o perfil a que cada pessoa se enquadra em relação a sua sexualidade, hetero, gay, lésbica, trans, etc...”, o professor P-6 também apresenta explicação similar, quando cita, “Identificação do seu sexo (masculino, feminino, trans, LGBTQIA+, etc.).”

Vale a pena ressaltar, que ao não se compreender realmente o que é gênero, fica difícil de entender o que é identidade de gênero, tendo em vista que para compreensão das identidades, é necessário antecipadamente saber o que é o gênero, como conceito primário.

Colling (2018) que ao se compreender gênero, é possível reconhecer que existem muitas pessoas que transgridem a dicotomia masculino-feminino, a exemplo das travestis, transexuais, transgêneros, pessoas não binárias, que constroem suas identidades de gênero a partir de como se reconhecem, e não pelo determinismo biológico corresponde ao sexo.

Goellner (2010) explica que ao se discutir sobre identidade em relação ao gênero é necessário sair do determinismo e engessamento, mas ir de encontro ao reconhecimento que cada pessoa tem em relação a si mesmo.

O professor P10 e a professora P8, ainda afirmam que não conseguem explicar o que é identidade de gênero, apresentando a falta de domínio e entendimento básico desses conceitos, por outro lado é importante assumir o que não sabem e a partir daí irem em busca de novos conhecimentos.

A professora P1 por exemplo, apresenta identidade de gênero para além do conceito binário de homem e mulher, colocando o não binário, contudo, cita claramente sobre a necessidade de esclarecimento quanto a transexualidade, ao explicitar que, “tenho dúvidas sobre trans ser uma identidade ou ser só não pertencimento ao próprio gênero.”

Assim, é fundamental chamar atenção para um ponto nevrálgico, que não é possível ensinar determinado conhecimento, sem apropriação do objeto deste saber, então, para que se possa tratar sobre diversidade de gênero e orientação sexual, Louro (2022) apresenta ser necessário que professores possam apreender e compreender sobre categorias como, gênero, sexualidade, sexo, diversidade,

identidade, preconceito, homofobia, transfobia, orientação sexual, desejo sexual, estereótipos, homossexualidade, transgênero.

Balbino, Cardoso e Fonseca (2021) tratam que os Professores de Educação Física por exemplo, tem dificuldades em romper com os preconceitos relacionados a identidade de gênero e orientação sexual, bem como, ofertar práticas equitativas para meninos, meninas, mulher e homens bissexuais, mulheres lésbicas, homens gays, travestis, transsexuais e pessoas não binárias, o que mostra a necessidade de problematização e compreensão acerca dessas temáticas e das constantes transformações sociais.

É possível perceber ainda a falta de domínio sobre o tema relacionado a sexualidade, quando na pergunta em que houve o questionamento sobre o que é orientação sexual, os/as professores/as demonstraram não ter conhecimento. Apenas a professora P1 indicou que orientação sexual iria para além da classificação de gays, lésbicas, bissexuais e heterossexuais, todavia, a professora apenas exemplificou, e não discorreu com maiores explicações.

Houve quatro docentes que indicaram que não teriam condições de responder, a exemplo do professor P5 que citou, “Não consigo opinar no momento.”

A falta de domínio sobre a questão relacionada a orientação sexual, pode impactar diretamente no trabalho pedagógico desses educadores/as, tendo em vista que a falta de conhecimento pode desdobrar em uma generalização, que acaba não reconhecendo as identidades e diferenças dos distintos estudantes.

A compreensão quanto a classificação de gênero e sexualidade, não é uma mera lista classificatória, mas um reconhecimento e respeito as identidades e particularidades de cada pessoa, entender a diversidade dessas diferenças e como elas se dão e são construídas, possibilita o debate e trato amplo quanto as questões de diversidade, respeito, direitos humanos, e como esses pontos estão relacionados com a Educação Física Escolar.

Souza (2015) apresenta que nesse sentido é importante desenvolver de forma organizada e bem estruturada, ações e estratégias de formação continuada de professores/as, visando a apropriação acerca do tema, bem como, garantindo suporte para desenvolvimento pedagógico na escola.

A formação de professores é fundamental para o desenvolvimento de práticas

educativas relacionadas a equidade de gênero e sexualidade, seja inicial ou continuada, pois para tratar sobre essas questões é necessário o domínio e compreensão das distintas categorias que as cercam, assim como perceber as múltiplas determinações que exercem pressão sobre esse debate na escola.

Nesse sentido, foi perguntado aos/as docentes, qual o significado da sigla LGBTQIAPN+, para que fosse possível discernir se os/as professores/as reconheciam as siglas a partir das diferentes identidades de gênero e orientação sexual.

Dos dez docentes da pesquisa, seis reconheceram lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, em correspondência as siglas, o que demonstra o reconhecimento e visibilidade das pessoas trans, condição que Silva (2013), esclarece que não seria possível há uma década atrás quando não se discutia ou divulgava amplamente, inclusive nos meios de comunicação em massa, sobre o que é ser trans, e quem são essas pessoas.

Ainda, três docentes indicaram que P estava relacionado a pessoas pansexuais, e a professora P1 foi a única que indicou a letra Q para queer e A para assexual, contudo, os professores P7; P8 e P10 não souberam responder nenhuma das siglas, e nenhum/a professor/a fez indicação sobre as siglas I, N e +.

As respostas apresentam uma realidade na qual os/as docentes ainda estão distantes dos conceitos, sentidos e significados sobre as questões de gênero e sexualidade, todavia esse processo a partir Vasconcelos e Ferreira (2020), foi algo negado na formação inicial e continuada, como demonstrado nas perguntas anteriores relacionadas ao processo formativo, o que dificulta ou até mesmo impossibilita um trabalho mais crítico com os discentes em relação a essas problemáticas durante e através das aulas de Educação Física Escolar.

Orientar sobre educação sexual e de gênero de crianças e jovens, requer uma consolidação de competências didáticas, debates constantes, organização estruturada do trabalho pedagógico, desmistificação de discriminações, preconceitos, estereótipos e padrões sexuais, para que assim possa construir a disseminação do respeito entre os alunos/as e professores, assim como entre alunos e alunas, traduzindo para as/os estudantes o que na contemporaneidade significa ser, querer, escolher, fazer, abordando assim as diferentes sexualidade e identidades de gênero. (Silva, 2013)

Debater sobre gênero e sexualidade através do corpo em movimento e por meio dos conteúdos da Educação Física, é uma responsabilidade das/os docentes e uma necessidade contemporânea dos/as discentes em meio as práticas sociais e vida cotidiana.

6.4 Trato Pedagógico

Nessa dimensão da pesquisa sobre os procedimentos pedagógicos dos/as professores/as em relação as questões de gênero em suas aulas de Educação Física na Escola. Como os/as docentes tratam esse conhecimento nas suas aulas, através de uma perspectiva pedagógica.

Quadro 9 – Trato Pedagógico

Acredita que gênero e sexualidade são questões importantes para serem tratadas durante as aulas de Educação Física Escolar?	
Sim	Todos os(as) professores(as)
Não	Nenhum(a) Professor(a)

Fonte: Autora (2024)

Os professores/as reconheceram que esse tema é importante para que haja respeito às diferenças e escolhas, o professor P4 esclarece que um dos aspectos importantes para o diálogo nas aulas, sobre gênero e sexualidade, é a possibilidade do combate ao preconceito e homofobia”.

Contudo, a professora P1 indica que a abordagem é algo desafiador, e chama atenção para uma preocupação “seria extremamente importante para ajudar adolescentes a lidar com suas dúvidas e questões, no entanto, no cenário atual acho complicado.”

Possivelmente isso corrobora com o que Soares e Monteiro (2019) relatam em suas pesquisas sobre gênero e sexualidade na escola, quando professores/as explicitaram que mesmo com acesso a formação continuada, há dificuldades de desenvolver atividades sobre sexualidade, tais como: a gestão escolar não aprovar a implementação de projetos; restrição por parte das famílias dos/as estudantes sobre

a temática; a não aceitação dos/as professores/as do uso do nome social de estudantes transexuais e travestis; influência religiosa e a postura conservadora de estudantes que não aceitam discutir sobre homossexualidade.

A discussão pelos/as professores/as das práticas consideradas naturais e conservadoras, instaladas pelas instituições sociais como família, religião, e a própria escola, torna-se fundamental para uma mudança de comportamento e pensamento de crianças e adolescentes. A problematização das práticas discursivas consideradas como naturais, permite a não-fabricação de identidades hegemônicas, o que possibilita o ensino através e reconhecendo as diferenças, possibilitando a constituição de maneiras alternativas de ser, agir e pensar de homens e mulheres, através de um trabalho dialético entre professores(as)/alunos(as). (França e Calsa, 2011)

É importante notar que as/os docentes apesar de acharem a temática importante, percebem também entraves e desafios para debate sobre o tema na escola, por isso é fundamental como apresenta Louro (2022) o trabalho pedagógico baseado em conhecimentos relacionados sobre a temática.

Caso contrário, o corpo docente continuará sem tratar sobre o assunto, e com a omissão deste conteúdo os/as estudantes não terão oportunidade de aprender, fortalecendo posturas naturalizadas que fortalecem a homofobia e preconceito.

Quadro 10 – Planejamento pedagógico e questões de gênero e sexualidade

No seu planejamento pedagógico há um direcionamento para a abordagem das questões sobre gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física Escolar?	
Sim	P3; P6; P7
Não	P1; P2; P4; P5; P8; P9; P10

Fonte: Autora (2024)

Isso pode ser acompanhado no quadro 9, quando os/as professores/as são questionados/as em relação a tratativa sobre a temática de gênero e sexualidade nas suas aulas, e o que se encontra, é que apenas três docentes realizam isso na prática em sala.

A professora P6, cita que, “Abordo de forma transparente, conscientizando

sobre respeito ao outro, a diversidade de escolhas, além de termos alunos com diversas orientações e gênero.” Já, o professor P4 indica que, “Explico o antes (antigamente) e depois o hoje. Somos todos iguais e devemos respeitar a individualidade de cada um.”

Importante chamar atenção sobre esse ponto, relacionado a serem todos iguais, pois o reconhecimento as diferenças perpassa por um condição de equidade, ao contrário de igualdade, tendo em vista que a partir Sasaki (2009) a inclusão é um grande desafio da sociedade, sendo um processo no qual os sistemas sociais são adequados para toda a diversidade humana, com a participação de pessoas de distintas etnias, raças, orientação sexual, gênero, deficiência na formulação e execução dessas adequações.

Altmann et. al. (2011), explica que é fundamental deixar de considerar a diversidade das pessoas e suas práticas como um problema, e que sua base não está na oposição, mas na compreensão das multiplicidades de pessoas e possibilidades, contudo, é necessário perceber e enfrentar as problemáticas que dela surgem, discursos velados ou camuflados como o de igualdade se apresentam como um desafio a educação.

Destaca-se também que na pergunta acerca da divisão de meninos e meninas nas aulas, conforme o quadro 10, ainda é possível encontrar docentes que realizaram a separação por gênero, o que Goellner (2010) evidencia ser uma prática de discriminação e exclusão a partir do gênero, que deve ser constantemente problematizada, para que a diversidade de corpos, gêneros e sexualidades, possam ser respeitadas.

Quadro 11 – Divisão de turma por gênero

Durante as suas aulas de Educação Física há divisão da turma em função do gênero, por exemplo, meninas direcionadas para a dança e meninos para o futsal?	
Sim	P10
Não	P1; P2; P3; P4; P5; P6; P7; P8; P9

Fonte: Autora (2024)

Dessa forma, é importante pensar em estratégias que busquem contribuir com

um trabalho educativo junto aos professores/as em relação ao gênero e sexualidade, e isso perpassa pelo reconhecimento e respeito a diversidade. Goellner (2010) esclarece que a Educação Física deve contemplar ações que fomentem a diversidade e não o preconceito.

6.5 Conhecendo os Discentes

A última dimensão do questionário investigativo, teve a prerrogativa de compreender como é a relação discente/docente, sendo os questionamentos direcionados acerca dos/as discentes, seus comportamentos e como as/os docentes realizam suas ações pedagógicas diante das questões de gênero e sexualidade que se surgem durante a prática de aula.

Quadro 12 – Estudantes LGBTQIAPN+

Você tem/teve algum aluno(a) que se identifica como LGBTQIAPN+?	
Não	P10
Sim	P1; P2; P3; P4; P5; P6; P7; P8; P9

Fonte: Autora (2024)

Quando os/as professoras/es foram questionados(as) se tinham estudantes que se identificavam como LGBTQIAPN+ (Quadro 12), nove responderam que tem ou teve algum estudante, e ao serem questionados/as como lidavam com as questões relacionadas a identidade de gênero e sexualidade deste estudante em meio as aulas de Educação Física, sete dos nove professores indicaram que tratavam com naturalidade e respeito.

O professor P2, cita que, “Trato e tratarei sempre com respeito e sem distinção.”, já a professora P3 afirma que trata os/as estudantes com, “Naturalidade, compreensão, ouvir o aluno e respeitar sua individualidade.”

Esse tipo de atitude pode ser visto como ponto positivo já que não houve nenhuma ação de exclusão, contudo, é importante pensar se é o suficiente, afinal não se pode avançar com o pensamento crítico sobre gênero e sexualidade, sem debater

amplamente sobre as práticas, linguagens, posicionamentos dos/as estudantes de forma geral. Prado e Ribeiro (2010) explicam que cabe ao professor/a estabelecer discussões a partir de conflitos, para que possam ser colocados em questionamento as normatizações acerca do gênero e sexualidade, contribuindo para as reflexões dos discentes a partir das múltiplas representações e linguagens. Louro (2007) esclarece que os/as professoras tem o papel de garantir a reflexão dos estudantes através da problematização dos temas, relacionados a sexualidade e gênero, refletindo sobre os comportamentos, linguagens, práticas.

Ainda Prado e Ribeiro (2010) destacam que os professores/as de Educação Física na escola, em muitas situações, não problematizam a dimensão cultural do comportamento e das ações relacionadas a tentativa de padronização das vivências e experiências, o que acaba engessando os corpos, seus comportamentos, suas sexualidades e gêneros.

Ferreira (2015) ressalta que é importante desconfiar do que chamamos de natural, pois na atual conjuntura não basta só respeitar estudantes da comunidade LGBTQIAPN+, mesmo reconhecendo que o respeito é uma premissa fundamental, os/as professores/as devem estar atentos para as práticas cotidianas dos/as estudantes que são consideradas normais, devem questionar e desconfiar. Se faz necessário possibilitar o pensamento crítico dos/as discentes, para que exista equidade social, e assim os/as mesmos/as possam confrontar os dados da realidade.

Bento (2017) apresenta que o processo educativo dos/as educadores/as deve ser compreendido como um forte apoio para o desenvolvimento quanto o respeito e reconhecimento as diferenças e diversidade sexual e de gênero em meio a sociedade, já que as ações pedagógicas da escola, podem reverberar na vida dos discentes, contribuindo para o desenvolvimento político e social desses estudantes acerca dos direitos humanos da comunidade LGBTQIAPN+.

Todavia, para que essa ação possa ser realizada, é necessário que as/os docentes possam ter domínio dos conceitos relacionados ao gênero e sexualidade, pois como saber sobre as dificuldades e até mesmo reconhecer as individualidades dos/as estudantes, para tratar em coletivo através da Educação Física, quando as/os próprios professores não possuem compreensão acerca do tema.

Silva (2013) coloca a ação docente como peça fundamental para o reconhecimento e respeito a diversidade na escola, e suas relações com gênero e

sexualidade, contudo, sendo necessário a apropriação desse tipo de conhecimento junto aos professores/as.

Orientar a Educação Sexual de crianças e jovens requer uma consolidação de competências didáticas, debates constantes, abertura de fóruns, criação de blogs na própria escola, desmistificação de discriminações, preconceitos, estereótipos e "padrões sexuais", construir a disseminação do respeito entre os alunos e professores assim como entre alunos e alunas, indicar o que vem a ser tolerância, diversidades, conceitos de "homo", "hetero", "trans", "bissexuais" e demais orientações sexuais (ou "condição", "desejo", "escolha afetiva"), traduzir para a contemporaneidade o "vir a ser", o ser, o querer, o escolher, o fazer, o esperar e outros anunciados eventos que certamente irão fomentar caminhos saudáveis e plenos de cidadania na Escola, na comunidade, no bairro e na vida de todos os que participarem efetivamente das discussões. (Silva, 2013, p. 17)

É possível, que em detrimento uma carência de conhecimento, o corpo docente naturalize ou não reconheça situações em meio as suas práticas e rotina pedagógica.

Quadro 13 – Discussão dos estudantes sobre gênero e sexualidade

Os(as) estudantes tem a iniciativa de discutir nas aulas de Educação Física sobre questões de gênero e sexualidade?	
Sim	P1; P4; P7; P8
Não	P2; P3; P5; P6; P9; P10

Fonte: Autora (2024)

No questionamento relacionado sobre a iniciativa dos/as discentes discutirem sobre o tema (Quadro 12), os/as professores/as colocam que a maioria dos/as estudantes não procuram se engajar discussão de gênero e sexualidade.

Então, é possível refletir, seria a falta de procura ou talvez, porque exista uma naturalização de algumas práticas, linguagens, comportamentos por partes das/os estudantes que embarreiram e/ou camuflam a aproximação a esse tipo de discussão?

A professora P1 apresenta que, os alunos/as “sem compreender o que estão discutindo, trazem questões como "brincadeira de menina/menino", "coisas de viado", etc”. Isso quer dizer, que os/as estudantes trazem as questões de gênero e sexualidade para as aulas, sem fazerem perguntas diretas sobre o assunto, por isso

é importante compreender que as necessidades do debate vêm as vezes de forma oculta, através de comportamentos ou práticas ditas como normais, naturais.

Quadro 14 – Situações de aula relacionadas ao gênero e sexualidade

Já passou por alguma situação delicada e/ou difícil em suas aulas que tivesse relação com as questões de gênero e sexualidade?	
Sim	P1; P3; P4; P5; P6
Não	P2; P7; P8; P9; P10

Fonte: Autora (2024)

Quando questionadas/os se já passaram por alguma situação delicada em relação ao gênero e sexualidade (Quadro 13), metade do corpo docente afirmou que sim. Neste ponto os/as professores/as relataram situações variadas, como a professora P3 que relata, “Eu já confundi aluno, por estar com comportamento feminino e ser trans. Fico sem saber se me refiro a homem ou mulher.”

Cruz e Palmeira (2009) citam que a imagética social elencada aos papéis sexuais distintos para homens e mulheres, acabam por produzir uma estereotipia sexual, induzindo a entender que existem comportamento pré-determinados, como sensibilidade para mulheres, e força para homens, e isso acaba refletindo na escola.

A professora apresenta ainda o quanto tem dúvidas em relação a questão da identidade de gênero, e por considerar que foi uma situação delicada, pode ser entendimento como um momento de constrangimento.

Já a professora P1, fala sobre um caso de preconceito, quando divide o seguinte relato,

O menino beijou o rosto de um colega do mesmo sexo e a mãe apareceu na escola (a do menino que foi beijado), informei que fiz a intervenção no momento falando sobre consentimento e que mesmo sendo um gesto de carinho, não podemos abraçar, beijar ou tocar o outro quando ele não permite. A mãe berrou comigo na frente da diretora que não existia isso de consentir com o filho dela não, que era absurdo um colega encostar nele e outras coisas sem sentido. (P1, 2023)

Souza (2015) explica que a escola e a família, disciplinam os sujeitos através de postulados homoeróticos, que erotizam a sexualidade, e fortalecem uma sociedade homoerótica, que se baseia em preconceito e padrões de homogeneização e igualdade, assim afirma processos identitários mascarados e reveladores de negação de alteridade.

Ferreira (2015) debate ainda que o disciplinamento dos corpos e normatização da sexualidade acompanha a escolarização das mentes, que tem o objetivo de vigiar, modelar, corrigir, punir o corpo e a sexualidade, assim professores e professoras precisam ficar alertas para evitar atitudes e comportamentos discriminatórios, que consideram como abjetos, obscenos e monstruosos aqueles/as estudantes e situações que não seguem a norma heterossexual.

Focault (2022) explica que a sexualidade não é sinônimo de erotização, mas a sociedade como forma de controle e punição, representada através de suas instituições mais antigas (Igreja, Estado, Família), acaba por apresentar a sexualidade através do erótico, que é o desejo sexual, e assim associa o desejo ao ato sexual, e conseqüentemente articula formas de proibição.

Vergueiro (2017) e Louro (2018), relacionam que o desejo faz parte da sexualidade, contudo, a dimensão sexual é ampla e que deve ser compreendida através da individualidade e identificação de cada pessoa e sua relação com o/a outro/a, sendo o desejo para além da prática sexual.

O que ainda esclarece Foucault (2022) é que é um equívoco comum, mas não ingênuo sempre erotizar o desejo, e fazer sua correspondência a prática do sexo, pois é esse mecanismo que produz a censura, e controla os corpos e as identidades.

A professora P1 apesar de realizar uma ação educativa de forma a conscientizar os estudantes sobre respeito a partir da escolha e limites dos outros, mas sem censura quanto a sexualidade, foi repreendida de maneira contundente pela família.

Isso corrobora, com o que Soares e Monteiro (2019), coloca sobre as dificuldades dos professores em tratar sobre gênero e sexualidade na escola, é o medo confrontar as atitudes familiares, que muitas vezes são desencadeadas por uma concepção equivocada sobre o que é discutir gênero e sexualidade, seja por ainda

assimilar preconceitos em relação a identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual.

É possível constatar através dessa problemática, a importância de pensar em condições e instrumentos formativos relacionados ao gênero e sexualidade, não somente para docentes, mas para as famílias e comunidade escolar, a fim propiciar uma educação sexual e de gênero, capaz colaborar para quebra de preconceitos e paradigmas relacionado ao tema.

A professora P6 ainda apresenta, sobre o preconceito ligado ao gênero relacionado com a atitude de outro professor de Educação Física, quando cita “Na verdade partiu de um colega que discriminou uma turma de futsal feminino. Fiquei indignada e levei a situação a gestão da escola.”

Ferreira (2015) expõe que os professores para conseguirem tratar sobre gênero e sexualidade na escola, é necessário que eles mesmo possam ter uma mudança de pensamento e concepção, caso contrário as ações pedagógicas não existirão ou serão efetivas.

As práticas pedagógicas a partir de Goellner (2010) se fazem através de pessoas concretas, cujo as ações podem fortalecer ainda mais as exclusões, preconceitos, violências, quanto minimizá-las.

Nesse sentido, cabe a cada docente o desafio de conscientizar os/as estudantes quanto o respeito a diversidade, a aceitação das diferenças e o reconhecimento de cada pessoa deve ter seus direitos garantidos, independente de aparência corporal, gênero ou orientação sexual.

A divisão de turmas entre meninos e meninas, ou limitação de prática corporal para um determinado gênero, é um movimento de segregação, baseado em conceitos que limitavam o protagonismo feminismo através do machismo. Posicionamento que não cabe na Educação Física, principalmente na conjuntura atual.

Matos et. al (2016) explica que a não participação das meninas nas aulas de Educação Física e Esporte, são enraizadas historicamente, preconizadas pela sociedade que apenas homens podem praticar esportes, mulheres só podem exercer um papel secundário, o que preestabelece um preconceito de ordem sexual e de gênero.

Ainda sobre as situações em aula, o professor P4 afirma, “Reação preconceituosa e também homofóbica, interrompi a aula e pedi respeito mútuo e que no caso quem praticou pedisse desculpas e que não mais repetisse a ação.”

Situação semelhante é relatada pelo professor P5, quando cita, “Em momentos em que um aluno tratava o outro com adjetivos pejorativos, procurei interferir para pedir respeito e discutimos sobre o tema entre as partes e em roda de conversa quando foi possível. Mediando.”

França e Calsa (2011) apresentam que muitos estudantes carregam consigo atitudes de preconceito, e por isso acabam censurando os debates em relação as questões de gênero e sexualidade.

Então, é nesse sentido que professoras/es devem agir, através de uma organização consistente do trabalho pedagógico, que permita o trato de conhecimentos e metodologias que possibilitem a discussão sobre gênero e sexualidade de forma a estimular os/as estudantes a aprenderem, compreenderem e apreenderem novos conceitos, linguagens, expressões corporais, atitudes, sendo capazes de desenvolverem novos sentidos/significados que irão reverberar nas suas práticas sociais.

Contudo não se pode perder de vista que, é importante perceber com clareza dos desafios frente aos professores, para que assim possam ser investigadas e apresentadas proposições através de estratégias de suporte pedagógico, pessoal, profissional e administrativo.

França e Calsa (2011), inclusive apontam que na atual conjuntura são necessários materiais educativos acerca do gênero e da diversidade sexual na escola, pois mesmo os/as professores/as que desejam trabalhar com esse tema na escola sentem-se desamparados/as pela falta de formação.

Sendo ainda necessário como explica Monteiro e Soares (2019) de aparatos relacionados a políticas públicas em esferas municipais, estaduais e federais que legitimem e garantam o direito, a ações e instrumentos pedagógicos de/para professores/as na escola.

Assim, para que seja possível avançar em frentes sociais de respeito a diversidade, e combate as violências de gênero e sexualidade, é necessário que se trate disso desde a escola, e para isso docentes precisam cada vez mais de formação

continuada, através de cursos, material pedagógico, diálogos constantes, para que possa ser suprido suas carências de conhecimento acerca do tema, e conseqüentemente sintam-se preparados e seguros para o amplo debate e ensino/aprendizado da Educação Física, bem como, possam ter apoio relacionado as gestões escolares, e as normas, e leis que possibilitem a atividade pedagógica plena.

Nesse sentido, e a partir dos pontos de dúvida e incompreensões dos/as docentes da Escola Parque/ Salvador, foi produzida um caderno de orientação sobre Gênero, Sexualidade e Educação Física (Anexo I), que tem como objetivo possibilitar o acesso ao conhecimento sobre conceito básicos em relação ao gênero e sexualidade, bem como, propor possibilidades de trato desse conhecimento através da Educação Física Escolar.

O material produzido não tem a pretensão de sanar todas as dúvidas, pois o processo de formação continuada é algo denso e constante, contudo, é uma ferramenta de apoio pedagógico baseada na realidade atual dos/as professores/as.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa com o corpo docente de Educação Física da Escola Parque/ Salvador, é apenas um recorte para melhor compreensão sobre como os/as professores/as vem tratando sobre gênero e sexualidade nas suas aulas, e o quais são os principais desafios desses educadores/as quando se trata da questão gênero e sexualidade na escola, mas especificamente nas aulas de Educação Física.

Considerando que a Educação Física diferente dos demais componentes do currículo escolar, trata com e através do corpo em/com o movimento sobre expressões culturais, artísticas, políticas, sendo ainda esse corpo uma representação da identidade e produto das relações sociais, que estão diretamente ligadas com o gênero e a sexualidade, é necessário portanto pensar sobre como e se esse debate tão contemporâneo vem sendo abordado na escola e nas aulas de Educação Física.

O que foi possível constatar é que os/as docentes não tratam sobre esse tema em suas aulas, ou mesmo quando abordam sobre essas questões, realizam isso de forma simplista, sem reconhecer as principais categorias, conceitos, significados e

sentidos, e mesmo aqueles educadores/as que tem conhecimento prévio, reconhecem a dificuldade de se abordar esse tema na escola.

Foi possível identificar que os/as professores/as compreendem sobre a necessidade do respeito a diversidade, contudo, não articulam ações pedagógicas para contribuir de forma emancipatória, seja por receio e falta de apoio quanto o trato desse conhecimento perante os seus pares, família e os próprios estudantes, ou por falta de conhecimento que possa garantir o desenvolvimento da temática em aula.

Contudo, para se pensar em um amplo fomento sobre o trato de gênero e sexualidade na escola, em específico nas aulas de Educação Física Escolar, é necessário antecipadamente olhar atentamente para o corpo docente e seu processo formativo, pois como ensinar algo que não sabe, ou que não conhece além da aparência.

Diante dos resultados da pesquisa, ficou claro como é fundamental situar historicamente o processo de formação inicial desses/as professores/as, que tem suas trajetórias marcadas por conceitos e pré-conceitos que foram durante muito tempo considerados normais, e que nos dias atuais são debatidos, contestados, e repreendidos, por se tratarem de atitudes e linguagens preconceituosas.

Esse entendimento foi possível, porque dos dez docentes que participaram da pesquisa, nove tiveram sua formação entre as décadas de 80 e 90, quando se existia um preconceito ainda maior que o momento vigente, relacionado a todas as pessoas que não seguiam o padrão heteronormativo, e onde a sexualidade só era abordada apenas para se falar sobre métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis.

Associado a esse cenário as metodologias de ensino da Educação Física ainda estavam em um processo de desassociação de modelos higienistas e militares, onde as práticas de divisão das turmas entre meninos e meninas, assim como atividades de meninos e meninas, e desempenho físico-esportivo eram tidos como hábitos comuns.

E, porque ressaltar isso? Porque esses conhecimentos podem ser ainda considerados como referências quanto o debate de gênero e sexualidade desses professores/as, como demonstrou a pesquisa.

Vale destacar ainda, que mesmo os conhecimentos apreendidos fora dessa

atmosfera, acerca do gênero e sexualidade apresentado pelos/as professores/as, não se deu a partir das instituições responsáveis pela formação docente, como faculdades e cursos de pós-graduação, o que pode ser um debate necessário quando se trata dos currículos dos cursos de licenciatura de Educação Física, contudo, é necessário o aprofundamento e desenvolvimento de maiores estudos acerca dessas relações.

Nesse sentido, a reflexão sobre o quão é desafiador para os/as professores/as tratar sobre esse assunto, e como é fundamental o processo de formação continuada para apoio pedagógico, é um ponto nevrálgico para que se possa avançar de forma social em relação ao tema, seja dentro ou fora da Escola.

Isto porque o fato de não tratar ou abordar minimamente sobre essas questões nas aulas, não está relacionado a falta de interesse por parte das/os professoras/es ou mesmo ausência de consciência crítica quanto a emergência do assunto em meio a atual conjuntura, mas a falta de conhecimento ou mínimo domínio acerca do tema, em virtude do processo formativo carente relacionado a esse tipo de debate, como também o receio de abordar essas questões na escola, e conseqüentemente serem repreendidos ou mesmo censurados pelas famílias e comunidade.

Considerando, ainda que o debate de gênero e sexualidade é algo recente comparado a toda história humana, e ainda repleto de vários preconceitos, inclusive sofrendo proibição e/ou engessamento por parte de instituições sociais (Família, Religião, e a própria Escola) torna-se um desafio para os professores conciliar a discussão com suas práticas pedagógicas.

Então, não basta a vontade genuína das/os docentes para se discutir sexualidade e gênero na escola, é necessário um apoio quanto a formação profissional, suporte administrativo/pedagógico das diferentes esferas políticas (Municipal/ Estatal/ Municipal), e apoio da comunidade escolar, em especial dos seus pares e gestão.

Desta forma, o trabalho pedagógico deve ser estruturado em uma tríade formação docente – estrutura e apoio escolar – necessidades discentes, para que assim exista uma mudança comportamental e prática das(os) estudantes/professores/as através do estímulo ao pensamento crítico.

Caso contrário os(as) professores continuarão a ter dificuldades ou não tratarão sobre o tema, e não conseguirão identificar os processos de naturalização do

preconceito e violência a diversidade através das linguagens, expressões, comportamentos, práticas realizadas pelas/os estudantes durante as aulas e na escola.

Compreendo os fatores limitantes desse estudo, ressalta-se a necessidade de maiores pesquisas sobre gênero e sexualidade e suas relações com a Educação Física Escolar, Formação de Professores, Conteúdos e Metodologias, Políticas Públicas, bem como, a maior produção de material pedagógico para suporte aos docentes.

Os resultados dessa pesquisa levaram a produção de um caderno de orientação relacionado a Gênero, Sexualidade e Educação Física (Anexo I), que foi produzida a partir dos pontos de incompreensão ou falta de conhecimentos dos/as docentes, tendo como objetivo contribuir como suporte pedagógico de apoio aos/as professores/as de Educação Física Escolar da Escola Parque/Salvador e da rede ensino escolar em geral.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 21, p. 281 -315, 2003.

ALTMANN, H; AYOUB, E; AMARAL, S. C. F. Gênero na prática docente em Educação Física: “Meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 491 -501, maio - agosto 2011.

ANUNCIAÇÃO, L. C. Classe e Parque: dimensões que se completam. In: NASCIMENTO, G. R. do et. al. (ORG.). **Vozes que ecoam um legado**. Goiânia: Kelps, 2020. P. 65-70

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ABGLT. **Relatório de Mortes e Violência**. Disponível em: <https://www.abglt.org/> Acesso em: 15 de dezembro de 2023

FREITAS, C. J; MORAIS, J. F. S. M; BAIÃO, J. C. Questões de gênero e sexualidade na escola: narrativas docentes. **Revista Tempos Espaços em Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 32, p. 01 – 15, jan – dez 2020.

BALBINO, M. A; CARDOSO, P. C; FONSECA, D. C. Violência de gênero, sexualidade e educação física escolar: como essa questão social vem sendo tratada no contexto escolar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 35, p. 63 - 70, junho 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Desporto. **Deliberação nº 7-65, de 2 de agosto 1965**. Baixa instruções às entidades desportivas do país sobre a prática de desporto pelas mulheres. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/deliberacao-n-7-2-agosto-1965/> Acesso em: 09 de novembro de 2022.

_____. Decreto-lei nº 89.406, de 20 de março de 1984. Conselho Nacional De Justiça baixa instruções às Entidades Desportivas do País, para a prática de desportos pelas mulheres. Legislação Sobre Esportes. **Diário Oficial da União**. Brasília. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89460-20-marco-1984-439601-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 09 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Programa Gênero e Diversidade na Escola vai beneficiar mais de mil professores**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas->

[noticias/202-264937351/6330-sp-227339367](#) Acesso em: 28 de dezembro de 2023

_____. Ministério da Educação. **Programa voltado à educação sexual deve formar mais de mil professores.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/5972-sp-502182583> Acesso em: 28 de dezembro de 2023.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate a Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção de cidadania homossexual.** Brasília, 2004.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília, 1998.

_____. **Senado Federal – Projeto de Lei da Câmara nº 122 de 2006, 2019.** Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604> Acesso em: 16 de outubro de 2023.

_____. **Supremo Tribunal Federal – STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa.** Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010> Acesso em: 16 de outubro de 2023.

BORTOLOZZI, R. M. Mosaico de Purpurina: revisitando a História do Movimento LGBT no Brasil. **Revista Eletrônica Comunicação Informação Inovação Saúde**, julho – setembro, 2019.

BORTOLETTO, G. E. **LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade.** Monografia (Especialização). Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Arte, São Paulo, 2019.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade;** tradução Renato Aguiar. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

CARRARA, S. Educação, Diferença, Diversidade e Desigualdade. *In:* BRASIL, Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na Escola: Formação de Professores/as em Gênero, Orientação sexual e Relações étnico-raciais.** Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física, Esporte e Lazer: reflexões nada aleatórias.** Campinas: Autores Associados, 2013.

CASTRO, M. G; ABRAMOVAY, M; SILVA, L. B. da. Os jovens e a sexualidade: um panorama da realidade brasileira. *Estudos Feministas*, v. 13, n. 2, p. 437 – 456, maio – agosto 2005.

CASTRO, M. M. C; AMORIM, R. M. A. A formação inicial e a continuada: diferenças conceituais que legitimam um espaço de formação permanente de vida. **Caderno Cedes**, v. 35, n. 95, p. 37 – 55, 2015.

CRUZ, M. M. S.; PALMEIRA, F. C. C. Construção de identidade de gênero na Educação Física Escolar. **Revista Motriz**, v. 15, n. 1, p. 116 – 131, 2009

COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: Ed. UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

DAMÁSIO, B. F.; BORSA, J. C. **Instrumentos Psicológicos: Manual de desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2017.

D'ALMEIDA, A. O. **Promoção da Cidadania através da educação: A experiência da Escola Parque de Salvador**. Anais – 21ª SEMOC, Salvador, 2018.

ESTEVES, M. C. L. O Ensino da Educação Física e o Esporte na Escola Parque: uma análise entre os anos de 2002 à 2020. In: NASCIMENTO, G. R. do et. al. (ORG.). **Vozes que ecoam um legado**. Goiânia: Kelps, 2020. P. 131-141

FERNANDES, V. et. al. Mulheres em combate: representações de feminilidades em lutadoras de boxe e MMA. **Revista Educação Física/UEM**, v. 26, n. 3, p. 167 - 176, 2015.

FERREIRA, M. C. Currículo, gênero e sexualidade: questões indispensáveis a formação docente. **Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação/ Campus Universitário de Abaetetuba/ Baixo Tocantins/ UFPA**. v. 8, n. 12, p. 37 – 57, jun 2015.

FERREIRA, V; SACRAMENTO, I. Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas. **Revista Eletrônica Comunicação Informação Inovação Saúde**, abril – junho, 2019.

FERNANDES, L. I; FERREIRA, C. A. O movimento escola sem partido: ascensão e discurso. **Revista humanidades em diálogos**, v. 10, 2021.

FRANÇA, F. F; CALSA, G. C. Gênero e sexualidade na formação docente: desafios e possibilidades. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 24, n. 2, p. 111 – 120, jul – dez, 2011.

FOCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**; tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOELLNER, S. V. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 71 -83, mar, 2010.

GOMES FILHO, A. S; SILVA, L. M. Questões de gênero e sexualidade na educação brasileira. **Educationis**. v. 9, n. 1, p. 8-16, 2021.

GONÇALVES, M. C; GONÇALVES J. P. Gênero, Identidade e Sexualidade: Conceitos e Determinações em Contexto Social. **Revista Ciências Humanas Educação e Desenvolvimento Humano**, v. 14, n. 25, 2021.

HERNANDEZ-NIETO, R. **Contributions To Statistical Analysis: The Coefficients of Proportional Variance, Content Validity and Kapp**. 2ª. Ed. Mérida: Universida de Los Andes, 2002.

HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama Salvador**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama> Acesso em: 15 de setembro de 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. ed. 4. Reimp. 4. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MALDONADO, D. T. Por uma Educação Física Escolar Feminista. **COLÉGIO PEDRO II - Revista do Departamento de Educação Física**, v.6, n.1, p. 15 – 38, jan – jun, 2021.

MARIANO, E. R. et. al. Elas podem se machucar: As Lutas no combate ao preconceito de gênero na Educação Física Escolar. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, 2021.

MARTINS, C .F. Gênero e Sexualidade na Educação Contemporânea. **Id online Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v.10, n.33, supl 2, p. 257-270, jan, 2017.

MARTINS, A. M. **A formação continuada de professores/as sobre gênero e sexualidade: contribuições para uma nova prática pedagógica**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-Graduação em Educação, Tubarão, 2018.

MATOS, N. R. et. al. Discussão de gênero nas aulas de Educação Física: uma revisão sistemática. **Revista Motrovivência**, v. 28, n. 47, p. 261 – 277, mai 2016.

MILES, M. B.; HUBERMAN, M. **Drawing valid meaning from qualitative data: toward a shared craft**. London: Educational Researcher, 1994.

MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOIZA. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MOREIRA, G. E. Por trás do monograma do movimento LGBTQIAPN+: vidas, representatividade e esclarecimentos. **Revista Temporis(ação)**. v. 22, n.2, jul – dez, 2022.

OBSERVATÓRIO MORTES E VIOLÊNCIA LGBTI+ NO BRASIL. **O Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil em 2022**. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/>. Acesso em 7 de set. de 2023

PASQUALI, L. Validade dos Testes Psicológicos: Será possível reencontrar o caminho? **Revista Psicologia Teoria e Pesquisa**. v. 23, n. especial, p. 99 -107, 2007.

PEREIRA, M. M. Políticas para LGBTI+ no governo federal: ascensão e queda. **NEXO Jornal**. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/linha-do-tempo/2022/Pol%C3%ADticas-para-LGBTI-no-governo-federal-ascens%C3%A3o-e-queda> Acesso em: 28 de dezembro de 2023.

PFISTER, G. As Mulheres e os Jogos Olímpicos: 1900 - 97. In: DRINKWATER, BARBARAL. (edit.); ANTAS, GLASFIRA (trad.). **Mulheres no Esporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 3 – 15, 2004

POLONI, L. H; FURLAN, C. C. Educação Física escolar e as questões de gênero: a prática pedagógica em foco. *Revista Motrovivência*, Florianópolis, v. 34, n. 65, p. 01 - 22, 2022.

PRADO, V. M; RIBEIRO, A. I. M. Gêneros, sexualidades e Educação Física escolar: um início de conversa. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 2, p. 402 – 413, abr – jun, 2010.

PRAUN, A. G. Sexualidade gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus**. n. 1, p. 55 – 65, jan – abr, 2021.

NASCIMENTO, G. R. **O Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque: Simbologia da Escola viva na comunidade do bairro da Liberdade em Salvador – Bahia**. Dissertação. Faculdade Estácio. São Leopoldo, 2009.

RIGO, N. M. Diferença e Diversidade no discurso da Inclusão Escolar. **Revista e-Curriculum**. São Paulo, v. 20, n.3, p. 999-1021, jul – set, 2022.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2013.

SCHNEIDER, ANGELA. Aspectos Éticos. In: DRINKWATER, BARBARA L. (edit.); TANAKA, SAMIRA (trad.). **Mulheres no Esporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. p. 344 – 352.

SEFFNER, F. Cultura escolar e questões de gênero e sexualidade: O delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, jan – abr, 2020.

SILVA, A. K. L. S. Diversidade Sexual e de Gênero: A Construção do Sujeito Social. **Id online Revista NUFEN**, vol. 5, n. 1, p. 12 – 25, janeiro-julho, 2013.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3ª ed.; 9ª reimp. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

SOARES, Z. P; MONTEIRO, S. S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 20, n. 73, p. 287 – 305, jan - fev 2019

SOUZA, E. C. Direitos humanos e diversidade sexual na escola: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar. **Conjectura: Filosofia, Educação**, Caxias do Sul, v. 20, n. especial, p. 198 - 220, 2015.

THOMAS, J. R e NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TRIDADE, R. O mito da multidão: uma breve história da parada gay de São Paulo. **Revista Gênero**, Niterói, v. 11, n. 2, p. 73 – 91, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). **Observatório de Bairros Salvador: Caixa D'agua**. 2019? Faculdade de Arquitetura – Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/caixa-dagua>
Acesso em: 26 de agosto de 2023.

VASCONCELOS, C. M. T; FERREIRA, L. A. A formação de futur@s professor@s de Educação Física: reflexões sobre gênero e sexualidade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, 2020.

VIANNA, C. S. M. **A reforma sufragista: marco inicial da igualdade de direitos entre mulheres e homens no Brasil**. Orientadora: Mônica Sette Lopes. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ANEXOS

ANEXO I – CADERNO DE ORIENTAÇÃO GÊNERO, SEXUALIDADE E
EDUCAÇÃO FÍSICA

A large, vibrant watercolor splash in the colors of the rainbow (red, orange, yellow, green, cyan, blue, purple) serves as a background for the main title. The text is centered over this splash.

**GÊNERO,
SEXUALIDADE
E EDUCAÇÃO
FÍSICA**

CADERNO DE ORIENTAÇÃO

JOSLEI VIANA DE SOUZA
MARIA CAROLINA LOPES ESTEVES





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
INTRODUÇÃO	04
CONHECENDO GÊNERO E SEXUALIDADE	
O que é gênero?	05
O que é sexualidade?	07
O que é identidade de gênero?	08
O que é orientação sexual?	09
MAS AFINAL, O QUE É LGBTQIAPN+?	
Breve construção histórica	13
Conhecendo conceitos e terminologias	17
Homofobia, Transfobia e	23
Heteronormatividade	
GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA	
Corpos e Identidades	27
Reflexão de Práticas	31
REFERÊNCIAS	37





APRESENTAÇÃO

O caderno de orientação sobre Gênero, Sexualidade e Educação Física, é um material de apoio pedagógico de Educação Física Escolar, que tem como objetivo contribuir para o acesso ao conhecimento básico sobre gênero e sexualidade, através da apresentação dos principais conceitos e categorias acerca do tema, e suas relações com o ensino/aprendizado da Educação Física Escolar.

Esse material é um produto educacional desenvolvido a partir da pesquisa de mestrado intitulada, "Gênero e Sexualidade nas aulas de Educação Física: concepções das/os professoras/es da Escola Parque/ Salvador", a qual foi apresentada ao ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), sob a orientação da Professora Dra. Joslei Viana Souza.

Boa leitura e estudos!





INTRODUÇÃO

Tratar sobre gênero e sexualidade nas instancias sociais é necessário para que estigmas, preconceitos, conseqüentemente, exclusões sociais, deixem de existir, para isto, em um primeiro momento, é necessário a busca de saberes e informações acerca do tema.

Por isso, é necessário ampliar o conhecimento acerca dos conceitos, categorias, classificações, e desenvolvimento histórico sobre gênero e sexualidade.

É fundamental, então, que ações pedagógicas sejam planejadas e pautadas com base no fomento do pensamento crítico acerca deste tema, para que em meio ao processo educativo escolar possam ser desenvolvidas ações de inclusão, enfraquecendo comportamentos e formação de estudantes preconceituosos e intolerantes.



CONHECENDO GÊNERO E SEXUALIDADE

Gênero e sexualidade são duas categorias distintas, contudo para a compreensão de ambas, é necessário o entendimento em paralelo, pois estão diretamente ligadas.

O QUE É GÊNERO?



O gênero é uma construção social, que vai além das condições biológicas, isso quer dizer, que o gênero não pode ser definido a partir do gênero biológico ou que podemos chamar de nascimento, mas a partir da formação social de cada pessoa.

Para Praun (2011), o conceito de gênero enfatiza todo um sistema de relações, que embora considere o sexo, não é por ele determinado, nem determina diretamente a sexualidade.

Gonçalves e Gonçalves (2021), conceituam o gênero a partir de uma desvinculação do sexo genital, mas sobre uma relação com a cultura desde o nascimento, e apresenta que o sujeito mesmo antes de nascer, sofre imposições para que se cumpra as expectativas do contexto social normativo.



O gênero então, está associado a identidade de cada pessoa, e como esta se reconhece no mundo. Significa que essa construção não está ligada apenas a dicotomia feminino e masculino, mas uma gama de identidades, que pode ser permeado por mulheres e homens cis que se identificam com o gênero biológico; mulheres e homens trans, que não se identificam com gênero de nascimento; pessoas queer, que permeiam o gênero masculino e feminino; não-binários: que não se identificam nem com o gênero feminino e nem com o masculino (Colling, 2018)

Vale ressaltar que essas identidades de gênero, estão diretamente ligadas a sexualidade, que é a maneira como as pessoas se relacionam com as outras pessoas.

O GÊNERO ENTÃO, ESTÁ ASSOCIADO A IDENTIDADE DE CADA PESSOA, E COMO ELA SE RECONHECE NO MUNDO.

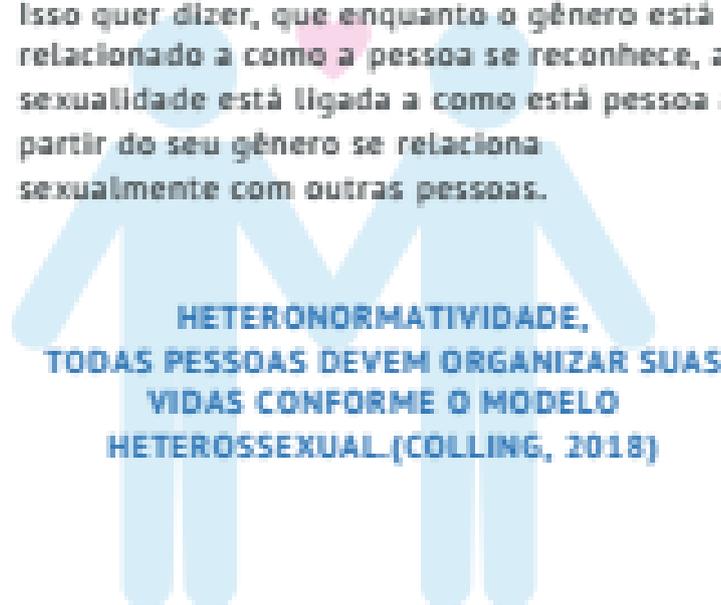




O QUE É SEXUALIDADE?

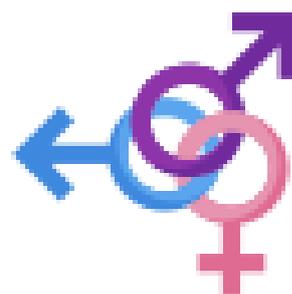
A sexualidade a partir de Colling (2018) está ligada a prática sexual das pessoas e como elas se relacionam, se identificam em meio as suas práticas sexuais.

Isso quer dizer, que enquanto o gênero está relacionado a como a pessoa se reconhece, a sexualidade está ligada a como está pessoa a partir do seu gênero se relaciona sexualmente com outras pessoas.



**HETERONORMATIVIDADE,
TODAS PESSOAS DEVEM ORGANIZAR SUAS
VIDAS CONFORME O MODELO
HETEROSSEXUAL (COLLING, 2018)**

A emancipação sexual então, foge ao engessamento da heteronormativa, que aceita socialmente, apenas aqueles que nascem e se reconhecem no sexo biológico, e se relacionam com pessoas de sexo oposto que também nascem e se reconhecem no sexo que nasceu.





O QUE É IDENTIDADE DE GÊNERO?

O debate de gênero e sexualidade, está ligado a identidade de cada pessoa, reconhecendo que o gênero é algo particular, enquanto, a sexualidade é uma condição de relação com o mundo, mas ambas são construções sociais.

O gênero é o resultado de diferentes aprendizagens que o indivíduo acumula nas suas relações interpessoais, ao longo de suas experiências de vida dentro de um contexto histórico, político e social, assim cada pessoa constrói sua identidade pessoal, sua identidade de gênero. (Praun, 2011)

É FUNDAMENTAL CONSIDERAR QUE NA DINÂMICA DA SEXUALIDADE E GÊNERO, AS IDENTIDADES SÃO SEMPRE CONSTRUÍDAS, E NÃO SÃO DADAS OU ACABADAS NUM DETERMINADO MOMENTO, COMO UM NASCIMENTO, ADOLESCÊNCIA, MAS SÃO NA VERDADE INSTÁVEIS E PASSÍVEIS DE TRANSFORMAÇÃO. (LOURO, 2007)

A identidade de gênero é a maneira como você se enxerga no mundo, e vai para além da sua formação biológica, está ligada a cultural, relações sociais.



O QUE É ORIENTAÇÃO SEXUAL?

A orientação sexual assim como a identidade de gênero também está diretamente ligada com as experiências e relações interpessoais, por isso Butler (2022) indica que gênero e sexualidade não estão desassociados, pelo contrário para se entender uma é preciso compreender a outra, contudo a orientação sexual é determinada pelo desejo sexual de cada indivíduo.

Quando interpretamos que tanto o gênero, quanto a sexualidade, são construções sociais, a partir da individualidade e experiência de cada um, passamos a compreender que não existe um padrão, mas cada pessoa se relaciona da forma que desejar.

O GÊNERO, PORTANTO, FICA REPLETO DE SENTIDO/SIGNIFICADO A PARTIR DA IDENTIDADE DE GÊNERO, E A SEXUALIDADE A PARTIR DA ORIENTAÇÃO SEXUAL, SENDO AINDA A PARTIR DE BUTLER (2022), COMPREENDIDOS DE MANEIRA PLENA ATRAVÉS DA RELAÇÃO GÊNERO, SEXO, PRÁTICA SEXUAL E DESEJO.





IMPORTANTE CONHECER!

Para compreender melhor sobre a diferença de identidade de gênero e orientação sexual, é importante conhecer e reconhecer as suas diferenças e suas expressões.

IDENTIDADE DE GÊNERO

Homem e Mulher CIS: se identificam com o gênero biológico

Homem e Mulher TRANS: não se identificam com gênero de nascimento

Não-Binário: que não se identificam nem com o gênero feminino e nem com o masculino

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Heterossexual: sente atração sexual pelo gênero oposto

Homossexual: sente atração sexual pelo mesmo gênero semelhante

Bissexual: sente atração sexual por ambos os gêneros



PARA CONHECER MAIS!

LIVROS

BUTLER, J. Desfazendo gênero. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

FOCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber; tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

ARTIGOS

SILVA, A. K. L. S. Diversidade Sexual e de Gênero: A Construção do Sujeito Social. Id online Revista NUFEN, vol. 5, n. 1, p. 12 – 25, Janeiro-Julho 2013.

FILMES

DE GRAYATA e unha vermelha. Direção: Dudu Bertholini; Roteiro: Miriam Chnaidermam. [S.l]: Imovision, 2014. (26 min). 1 DVD.

PODCAST

DE LIMA, A. C. Desenrola! Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/21x50XUsY7ZDkjoKlatGPZi-21YU8owHRByg6wKQyHciTA>

MAS AFINAL, O QUE É LGBTQIAPN+?

Em 2020, o total de mortes da comunidade LGBTQI+ registradas pela ONG Observatório Mortes e Violência Igabti+ no Brasil (2023), foi de 237, em 2021 foi de 316, e em 2022, foram 273 casos de crimes de ódio, sendo ainda importante ressaltar que esses dados são subnotificados no Brasil em virtude da ausência de maiores informações governamentais. Essas mortes são relacionadas a identidade de gênero, e/ou orientação sexual.

Segundo relatório da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) **20 milhões de brasileiras e brasileiros (10% da população), se identificam como pessoas LGBTQIA+, e 92,5% dessas pessoas relataram o aumento da violência contra a população LGBTQIA+.**

Esses dados mostram que apesar dos avanços sociais quanto os direitos da comunidade LGBTQIAPN+, ainda existe muito preconceito, violência em relação as diferenças e diversidade de gênero e sexualidade em nosso país.



BREVE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA?

Não se pode considerar pessoas heterossexuais como normais, e nem tão pouco as pessoas homossexuais, que se relacionam com o sexo semelhante, anormais. Devemos considerar e respeitar as diferenças, a partir de uma estruturação social equitativa.

É nesse sentido, que devemos nos apropriar dos conceitos, conhecimentos, acerca das discussões de gênero e sexualidade, para que possamos reafirmar que as diferenças devem ser respeitadas.

Então, para melhor compreensão sobre os direitos, e pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+, é importante conhecer o processo histórico de luta e conquistas ao longo da história.

TRATAR SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE AINDA É UM DESAFIO NA ATUAL SOCIEDADE, CONTUDO, TORNA-SE UMA AÇÃO NECESSÁRIA PARA AVANÇOS EM RELAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS.



Em 13 de junho de 2019 o Supremo Tribunal Federal, aprovou pelo enquadramento da homofobia e da transfobia como tipo penal, definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989) até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria.

(BRASIL, 2019)



LINHA DO TEMPO

15

1 MOVIMENTO FEMINISTA



O debate sobre gênero nas duas últimas décadas, teve o ponta pé inicial com os movimentos feministas, com as mulheres sufragistas, no final do século XIX e na segunda onda na década de 60, que começaram a lutar por direitos igualitários entre homens e mulheres.



2 REVOLTA DE STONEWALL

O primeiro ato de resistência registrado, foi nos Estados Unidos no final da década de 60. O que ficou conhecido como Revolta de Stonewall, onde travestis, drags e gays, se revoltaram com as insistentes repressões policiais ao estabelecimento onde frequentavam, e confrontaram a polícia durante dias, encerrando a manifestação com marcha nas ruas da cidade de Nova York. (Colling, 2018)



Quer saber mais sobre a Revolta de Stonewall? Clique na imagem e acompanhe o vídeo sobre esse movimento que marcou a luta por direitos da comunidade LGBTQIAP+.





3 EPIDEMIA DE HIV

Já na década de 80 os movimentos feministas, ganharam mais força, assim como mobilizações de gays e travestis, que em virtude da epidemia de Human Immun-Deficiency Virus - HIV, passaram a cobrar ações governamentais de proteção, e direito a assistência pública. (Ferreira e Sacramento, 2019)

A epidemia de HIV/Aids nos anos de 1980 - 1990 teve singular importância para a comunidade LGBT, esse período marcou uma perda sistemática de vidas LGBT, em decorrência da transmissão viral, mas intensificou estigmas, discriminação e violência, em meio a um cenário de política conservadora e crise econômica, que tentava sufocar ações políticas progressistas de libertação sexual dos anos anteriores. (Bortolozzi, 2019)



Os preservativos masculinos foram inventados em 1961, mas apenas após a eclosão da epidemia de HIV na década de 90, passaram a ser produzidos com látex, chegando ao modelo atual.

Quer saber mais? Clique na 

4 HOMOSSEXUALIDADE NÃO É DOENÇA!



A Organização Mundial da Saúde – OMS que segundo Martins (2011), considerou como pessoas doentes aqueles que não se enquadravam ao padrão heteronormativo binário, na última década com o avanço de distintas áreas científicas e sociais, deliberou que qualquer orientação sexual e identidade de gênero devem ser consideradas como saudáveis, sendo manifestações do jeito de ser de cada indivíduo.



5 CONQUISTA DE DIREITOS

Após anos de luta, a partir da década de 2010 a população LGBTQIAPN+, passou a ter seus direitos reconhecidos por leis federais, criminalizando a homofobia e transfobia, bem como, sendo permitido o casamento e adoção de crianças por casais homoafetivos.



Os esforços empreendidos para que a população LGBT goze de direitos plenos conquistou, nas últimas décadas, resultados positivos como a possibilidade da realização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de crianças por casais homossexuais e a retirada da homossexualidade da lista de doenças do então Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) (Ferreira e Sacramento, 2019)



CONHECENDO CONCEITOS E TERMINOLOGIAS

Ao falarmos sobre direitos da comunidade LGBTQIAPN+, é importante reconhecer e conhecer a cada pessoa, respeitando suas identidades e particularidades.

A comunidade LGBTQIAPN+ se constitui em um grupo com intenção de buscar direitos e dar visibilidade a grupos que antes eram excluídos e abandonados socialmente, proporcionando a inclusão das pessoas que a compõem. (Moreira, 2022; Bortoletto, 2019)

Por isso, é importante considerar que ao compreendermos que não existe apenas a dualidade de gênero, enquanto masculino e feminino, e nem mesmo apenas uma condição heteronormativa acerca da sexualidade, podemos nos deparar com diversas construções de gênero e sexualidade.

E, podemos falar em construção, porque tanto o gênero quanto a sexualidade são construções históricas, sociais e particulares, e por isso devem ser considerada suas diversas identidades.



A Revolta de Stonewall que teve sua manifestação nas ruas no dia 28 de junho de 1969, marcou a data de 28 de junho como o Dia do Orgulho LGBTQIAPN+

A formatação fora da condição binária em relação a sexualidade e gênero, nunca foi e continua não sendo aceita plenamente, condição que acaba suprimindo a diversidade quanto a orientação sexual e identidade de gênero, alimentando a intolerância e violências sociais, psicológicas e físicas em relação as pessoas fora da heteronormatividade. (Moreira, 2022)

Por isso, Bortoletto (2019) apresenta que em meio a esse contexto social, é que a comunidade LGBTQIAPN+ se organizou como coletivo para sobrepor os desafios que essas pessoas enfrentam na história, inclusive consolidando a sua identidade através da sigla que a representa.

Muitas pessoas alegam ser um exagero a sigla LGBTQIAPN+, contudo, essas siglas vão para além da representação, mas apresenta a identidade e o reconhecimento de todas as pessoas que durante anos foram excluídas, logo se apresenta como posicionamento de luta social.



Essa formatação é recente, pois até a década de 90 se utilizava apenas a sigla GLS, que representava Gays, Lésbicas e Simpatizantes (pessoas que não se identificavam o ideal heteronormativo), com o reconhecimento através da luta principalmente de travestis, no início dos anos 2000 foi reestruturado a sigla para LGBT, que estava ligada a Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis. (Bartoletto, 2022; Colling, 2018)

Com a emancipação das pessoas transgêneros, e demais pessoas que desejam reconhecimento quanto sua identidade de gênero e sexualidade, a sigla chegou à formatação de hoje, LGBTQIAPN+, contudo todos os grupos representativos da comunidade, reconhecem que essa formatação pode ser mutável e transitória, tendo em vista que a cada dia as pessoas passam a se reconhecer de formas, desejos e comportamentos diferentes. (Moreira, 2022)



A sigla LGBTQIAPN+, indica os grupos mais conhecidos no universo que podemos chamar de identidade de gênero e sexualidade.



A bandeira com as cores do arco-íris, representa a inclusão cidadã através do reconhecimento da identidade de gênero e sexual, sendo um símbolo político representativo

L

Lésbicas = mulheres que se relacionam com pessoas de gênero semelhante

G

Gays = homens que se relacionam com pessoas de gênero semelhante

B

Bissexuais = pessoas que se relacionam com mulheres e homens

Transgêneros = pessoas que não se reconhecem no sexo biológico, e realizam uma mudança quanto a identidade de gênero. As pessoas trans não estão relacionadas diretamente a mudança de desejo sexual. Exemplo: uma mulher que deseja se tornar um homem trans, pode continuar a ter desejo sexual por homens, assim podemos dizer que é um homem trans homossexual, pois deseja gênero semelhante, caso exista a mudança quanto o desejo sexual, podemos considerar a pessoas como homem trans heterossexual

T

Travestis = pessoas que não optam pela mudança de gênero, contudo se apresentam esteticamente quanto sexo oposto, isso não significa que se relacionam com o mesmo sexo



Queer – são pessoas que transitam entre os gêneros, e não se limitam pelos padrões sociais sejam eles para o gênero ou sexo



Intersexo – pessoas que possuem variações biológicas binárias, possuem gônadas masculinas e femininas



Agênero – não se identificam com o gênero masculino e feminino



Assexuais – pessoas que não sentem desejo sexual, o que não quer dizer que elas não sentem desejo de se relacionar, mas não sente vontade de consumir o ato sexual



Pan – pessoas que se relacionam com qualquer pessoa, independente da identidade de gênero e sexualidade

Não-binário – pessoas que não se reconhecem integralmente nem quanto homens, e nem enquanto mulheres, está ligado principalmente a identidade de gênero, e foge as regras heteronormativas



Mais = simboliza todas as outras identidades de gênero e sexualidades que não estão dispostas na sigla



PARA CONHECER MAIS!

VÍDEOS

TEMPERO DRAG. LGBTQIA+ e a luta política. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iIKce-G7Ssq>

SITES

PORTAL GRUPO GAY DA BAHIA. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/>

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL. Disponível em: PORTAL GRUPO GAY DA BAHIA. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/>

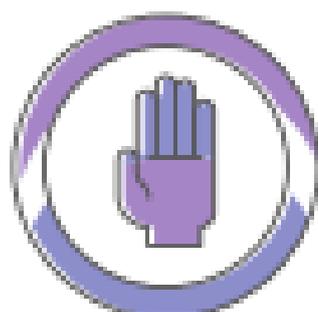


HOMOFOBIA, TRANSFOBIA E HETERONORMATIVIDADE

Acreditar que existe um padrão de comportamento, é suprimir a individualidade e liberdade de escolha de cada pessoa, pois não se pode pensar em uma sociedade igualitária, mas sim, em uma sociedade equitativa, onde se reconhece e legitima as diferenças, e necessidades particulares em meio as construções universais.

Portanto, é importante pensar que não existe um padrão de comportamento, linguagem, escolhas, identidades, orientações, mas uma diversidade.

BUTLER (2022) APRESENTA QUE O GÊNERO E A SEXUALIDADE, SÃO REGULADAS POR UMA IMPOSIÇÃO DE IDENTIDADES A PARTIR DE UM IDEAL NORMATIVO, E QUE A COALIZÃO ABERTA, QUE SURGE EM DETRIMENTO A DESEJOS E PRÁTICAS SEXUAIS CONSIDERADAS ALTERNATIVAS, CAUSAM DIVERGÊNCIAS GERANDO UMA REPRESSÃO SOCIAL.



SAIBA MAIS!

Clicando na imagem, você poderá se aprofundar sobre as questões relacionadas a homofobia e transfobia.

Não se pode considerar pessoas heterossexuais como normais, e nem tão pouco as pessoas homossexuais e bissexuais, anormais. Devemos considerar e respeitar as diferenças, a partir de uma estruturação social equitativa.

É uma violência simbólica formatar um padrão de ser e se relacionar no mundo. No caso do gênero e sexualidade, acreditar na **heteronormatividade** como uma norma, onde se deve aceitar e respeitar apenas quem é hétero cis, é um equívoco social.

Essa premissa normativa alimenta a homofobia, transfobia, e todas as condições de violência em relação as pessoas, que não se enquadram em um determinado padrão social.

As pessoas que possuem uma orientação sexual e identidade de gênero diferente do padrão normativo, passam por um processo de estigmatização, que é caracterizado como **homofobia, transfobia**, e pode ser expresso através de comportamentos preconceituosos, discriminação, ofensas, ameaças, constrangimento, agressões físicas, verbais e psicológicas. (Gomes Filho e Silva, 2021)



Não se pode considerar pessoas heterossexuais como normais, e nem tão pouco as pessoas homossexuais e bissexuais, anormais. Devemos considerar e respeitar as diferenças, a partir de uma estruturação social equitativa.

É uma violência simbólica formatar um padrão de ser e se relacionar no mundo. No caso do gênero e sexualidade, acreditar na **heteronormatividade** como uma norma, onde se deve aceitar e respeitar apenas quem é hétero cis, é um equívoco social.

Essa premissa normativa alimenta a homofobia, transfobia, e todas as condições de violência em relação as pessoas, que não se enquadram em um determinado padrão social.

As pessoas que possuem uma orientação sexual e identidade de gênero diferente do padrão normativo, passam por um processo de estigmatização, que é caracterizado como **homofobia, transfobia**, e pode ser expresso através de comportamentos preconceituosos, discriminação, ofensas, ameaças, constrangimento, agressões físicas, verbais e psicológicas. (Gomes Filho e Silva, 2021)

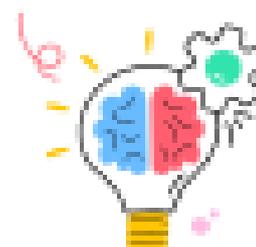


GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA

Promover planejamento e projetos de ensino que ampliem a visão sobre gênero e sexualidade para além das condições de controle de natalidade e doença, são necessários para que estudantes possam se apropriar de conceitos relacionados a identidade, gênero, sexualidade, diversidade, diferenças.

Para Goellner (2010) projetos políticos e educacionais, tem adotado o termo diversidade como lugar comum, pois a perspectiva inclusiva orientada deve reconhecer os sujeitos como diferentes, não somente pelas distintas classes sociais, mas por marcadores identitários, como gênero e sexualidade.

É nesse sentido, que se faz necessário o debate de gênero e sexualidade na escola, através de uma educação emancipadora, que reconheça as diferenças através de uma condição de equidade, e reconhecimento de violências simbólicas.



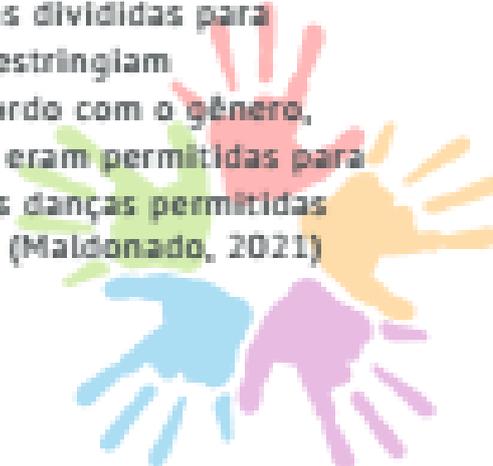


CORPOS E IDENTIDADES

A Educação Física assim, como a Escola durante muitos anos reproduziu e fomentou uma educação de segregação de gêneros, e omissão quanto os debates relacionados a sexualidade, se isentando a violência física e/ou simbólica daqueles/as que não se enquadravam a condição heteronormativa.

Através do direcionamento de atividades específicas para meninos e meninas, onde o corpo masculino era considerado viril e forte, permitindo assim modalidades esportivas de enfrentamento para meninos, enquanto as meninas se restringiam aquilo que não pudesse colocar em questionamento o corpo feminino, fortalecia os padrões normativos.

Desenvolvida através de bases higienistas e biomédicas, em virtude da sua relação histórica com as Ciências Naturais a Educação Física promoveu um movimento considerado machista, e muitas vezes sexista quando realizava aulas divididas para meninos e meninas, restringiam conhecimentos de acordo com o gênero, como as Lutas que só eram permitidas para meninos, enquanto, as danças permitidas apenas para meninas. (Maldonado, 2021)





A Educação Física em meio ao seu processo histórico é marcada por diferenciações, onde os sujeitos e corpos eram valorizados quando considerados saudáveis, brancos, masculinos, heterossexuais. (Prado e Ribeiro, 2010)

Desconstruir atividades específicas para meninos e meninas, bem como, considerar diferentes identidades de gênero e orientação sexual, é formar para liberdade de escolha, e desenvolver o pensamento crítico.

No caso da Educação Física, é possibilitar a educação para/pela diversidade através das experiências com e do corpo, sem restringir as atividades por conta do gênero ou sexualidade.

O DISCIPLINAMENTO DOS CORPOS E A NORMALIZAÇÃO DA SEXUALIDADE ACOMPANHARAM HISTORICAMENTE A ESCOLARIZAÇÃO DAS MENTES. TODOS OS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO SEMPRE ESTIVERAM OCUPADOS EM VIGIAR, MODELAR, CORRIGIR E PUNIR O CORPO E A SEXUALIDADE DE MENINOS E MENINAS. (FERREIRA, 2015)

Falar em inclusão na educação dos corpos, dos gêneros e sexualidade, é considerar e afirmar que os sujeitos são plurais, e que isso deve ser valorizado, aceitando ainda suas singularidades, contudo, é necessário rejeitar rótulos que aprisionam e engessam os sujeitos em representações como apto ou inapto, masculino e feminino, heterossexual ou homossexual.



Perceber as pluralidades dos/as estudantes, através das distintas expressões, identidades, sexualidade, desejos, é necessário para uma educação emancipadora através da Educação Física.

A Educação Física e seus conteúdos que durante muitos anos veio fortalecendo a inferiorização de corpos femininos, diferentes, não hábeis, tem seu papel e funcionalidade social como componente curricular na Escola, sendo capaz de contribuir para o processo de naturalização das diferenças através da prática corporal, sem marginalização do sujeito por conta do seu corpo, que traduz sua identidade de gênero e orientação sexual.

É necessária uma diversificação dos conteúdos nas aulas de Educação Física de modo a potencializar a participação de todos os/as estudantes, bem como, a forma de abordagem desses conteúdos, essas escolhas e formatações dependerá da organização pedagógica dos/as professores/as. (Altamann, Ayoub E Amaral, 2011)



IMPORTANTE CONHECER!

No Brasil até 1979 existia a Lei 5.189, que proibia a participação de mulheres em atividades como as Lutas, Futebol, Rugby. (BRASIL, 2022) Se quiser saber mais, é só clicar no ícone ao lado!



O trabalho docente na Educação Física Escolar deve então ter o compromisso de desnaturalizar o que é próprio para o corpo feminino e masculino, e ainda reconhecer que em meio a diversidade de gênero os corpos não podem e nem devem se aprisionar a uma condição binária, onde se anula ou oprime qualquer outra identidade e escolha.

Cabe aos professores/as construir uma prática pedagógica que a partir do conflito, dúvidas, questionamentos, possa estabelecer um diálogo que desenvolva uma reflexão crítica capaz de desconstruir normatizações de gênero e sexualidade, e apresente as múltiplas representações e comportamentos dos sujeitos. (Goellner, 2010; Louro, 2022).

Então, nas aulas de Educação Física os/as professores/as tem como compromisso possibilitar o acesso as práticas corporais de maneira equitativa, onde cada estudante em meio ao processo de ensino/aprendizado descobrirá qual a forma, atividade, vestimenta, tem mais afinidade, e principalmente através do saber pleno poderá construir e desconstruir o conhecimento apreendido.





REFLEXÃO DE PRÁTICAS

Não existe uma forma única para se tratar gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física, tendo em vista que cada Professor/a organizará seu trabalho pedagógico com base nas suas experiências pessoais e acadêmicas, realidade da escola e estudantes, e escolha dos conteúdos e formas para o ensino/aprendizado.

Contudo, alguns pontos podem chamar a atenção para nossa prática pedagógica e como podemos desenvolvê-la.

É importante compreender que as questões de gênero e sexualidade permeiam as práticas em geral, seja através dos conteúdos ou comportamentos, linguagens dos estudantes.

IMPORTANTE PENSAR!

-  Existe separação da turma entre meninos e meninas?
-  Costuma incentivar meninos e meninas de forma equitativa para todas as atividades?

-  **Considera ter atividade específica de meninos e meninas? Por exemplo, dança para meninas, e futebol para meninos?**
-  **Orienta e realiza estratégias pedagógicas de forma a encorajar as habilidades das(os) estudantes a partir de suas necessidades, e não em detrimento do gênero?**
-  **Procura propor atividades e conteúdos diversificados para os(as) estudantes para que possam conhecer e se identificar com práticas que possuam maior afinidade?**
-  **Quando as(os) estudantes tem comportamento ou fazem piadas sexistas, homofóbica ou transfóbica, paro para debater e explicar sobre essas atitudes?**
-  **Incentivo os(as) estudantes a realizarem debates e perguntas acerca de temas relacionados ao gênero e sexualidade?**

Pensar sobre essas ações é um passo importante, para reconhecer de que forma e como podemos trabalhar as questões de gênero e sexualidade em meio as aulas de Educação Física.

Caso tenha respondido de forma negativa para a maioria das respostas, é fundamental ligar o sinal de alerta, pois é possível que as questões de gênero e sexualidade não estão sendo tratadas ou percebidas durante as suas aulas.

Identificar, compreender sobre as relações e ações relacionadas ao gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física, levam a escolha dos conteúdos e formas para tratativa durante as aulas.

SUGESTÕES DE PRÁTICA!



Realizar a prática de atividades variadas para meninos e meninas, através de diferentes jogos, danças, lutas, esportes, ginásticas. sem engessamento apenas em práticas esportivas clássicas (voleibol, basquete, futebol, handebol)

-  Debater sobre estereótipos em relação ao gênero.
-  Ao discutir sobre o contexto histórico das práticas corporais, apresentar sobre a história das mulheres, que é distinta a dos homens.
-  Debater sobre as diferenças em relação ao gênero nas práticas e eventos esportivos, como diferença de visibilidade na mídia, salários, competições.
-  Trazer para os/as estudantes informações contemporâneas acerca do gênero e sexualidade, como a participação de pessoas transexuais em competições esportivas.
-  Propor e apresentar leituras, vídeos, reportagens que relacionem as práticas corporais em relação ao gênero e sexualidade.
-  Incentivar e realizar as atividades através da participação de todos estudantes de forma mista, sem separação por gênero.



Criar estratégias para participação dos estudantes conscientizando-os/as que as habilidades são desenvolvidas quando existe o processo de ensino/aprendizado. Isso quer dizer, que meninas podem jogar futebol muito bem, desde que sejam encorajadas a aprender, e meninos podem fazer ginástica rítmica.



Tratar nas aulas sobre o corpo e os estereótipos impostos pela sociedade.



Realizar atividades de corporeidade que incentivem o trabalho coletivo, relações sociais, percepção corporal, respeito a diversidade e individualidade.



Promover ações junto a comunidade escolar como amostras de dança, festivais esportivos, exposições, que tenham como tema questões de gênero e sexualidade, e onde todos os/as estudantes participem de forma equitativa.



Discutir com as/os estudantes conceitos e significados acerca de categorias como diversidade, heteronormatividade, homofobia, transfobia, gênero, sexualidade, violência.

As práticas indicadas são sugestões de como podem ser tratadas as questões de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física, contudo, não são receitas engessadas.

Cabe a cada professora/a organizar seu trabalho pedagógico a partir da sua realidade e necessidades específicas, mas sem perder de vista a importância de se tratar sobre gênero e sexualidade na escola.

Afinal, é através da aproximação dos estudantes acerca do tema e desenvolvimento do pensamento crítico, que será possível contribuir para uma sociedade que respeite a diversidade e não tolere a violência seja ela de gênero, sexualidade, raça.



PARA CONHECER MAIS!

VÍDEOS

GÊNERO E SEXUALIDADE NO ESPORTE E NA EDUCAÇÃO FÍSICA - COLEÇÃO 40 ANOS DO CBCE. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=WB1LegaQhzc>



REFERÊNCIAS

ALTMANN, H; AYOUB, E; AMARAL, S. C. F. Gênero na prática docente em Educação Física: "Meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar"? *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 19, n. 2, p. 491-501, maio - agosto 2011.

BORTOLETTO, G. E. LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização. Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Arte, 2019

BORTOLOZZI, R. M. Mosaico de Purpurina: revisitando a História do Movimento LGBT no Brasil. *Revista Eletrônica Comunicação Informação Inovação Saúde*, julho - setembro, 2019.

BRASIL. Decreto Lei 3.199 de 14 de abril de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm Acesso em: 09 de novembro de 2022.



REFERÊNCIAS

BUTLER, J. P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade; tradução Renato Aguiar. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022

COLLING, L. Gênero e sexualidade na atualidade. UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018

FERREIRA, M. C. Currículo, gênero e sexualidade: questões indispensáveis a formação docente. Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação/ Campus Universitário de Abaetetuba/ Baixo Tocantins/ UFPA. V. 8, n. 12, p. 37 – 57, 2015

FERREIRA, V; SACRAMENTO, I. Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas. Revista Eletrônica Comunicação Informação Inovação Saúde, 2019

GOELLNER, S. V. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. Cadernos de Formação RBCE, p. 71 -83, 2010



REFERÊNCIAS

GOMES FILHO, A. S. G; SILVA, L. M. Questões de gênero e sexualidade na educação brasileira. *Educationis*. V. 9, n. 1, p. 8-16, 2021

GONÇALVES, M. C; GONÇALVES J. P. Gênero, Identidade e Sexualidade: Conceitos e Determinações em Contexto Social. *Revista Ciências Humanas Educação e Desenvolvimento Humano*, v. 14, n. 25, 2021

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007

MALDONADO, D. T. Por uma Educação Física Escolar Feminista. *COLÉGIO PEDRO II - Revista do Departamento de Educação Física*, v.6, n.1, p. 15 - 38, jan - jun, 2021.

MARTINS, C .F. Gênero e Sexualidade na Educação Contemporânea. Id online *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, V.10, n.33, Supl 2. p. 257-270, 2017



REFERÊNCIAS

MOREIRA, G. E. Por trás do monograma do movimento LGBTQIAPN+: vidas, representatividade e esclarecimentos. *Revista Temporis(ação)*. V. 22, n.2, Jul - Dez 2022

PRADO, V. M; RIBEIRO, A. I. M. Gêneros, sexualidades e Educação Física escolar: um início de conversa. *Revista Metriz*, Rio Claro, V. 16, N. 2, p. 402 - 413, Abr/ Jun 2010

PRAUN, A. G. Sexualidade gênero e suas relações de poder. *Revista Hêmus*. N. 1, p. 55 - 65, Jan - Abr, 2021

OBSERVATÓRIO MORTES E VIOLÊNCIA LGBTI+ NO BRASIL. O Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil em 2022. Disponível em:
<https://observatoriomorteseviolencliaslgbtibrasil.org/>. Acesso em 7 de set. de 2023

SOUZA, E. C. Direitos humanos e diversidade sexual na escola: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar. *Conjectura: Filosofia, Educação*. Caxias do Sul, v. 20, n. especial, p. 198 -220, 2015

APÊNDICE

APÊNDICE I – AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

Eu, Mônica Bonfim de Santana, ocupante do cargo de DIRETORA do(a) Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque, **AUTORIZO** a coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado Gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física: concepções dos(as) professores(as) da Escola Parque - Salvador, dos pesquisadores Maria Carolina Lopes Esteves e Joslei Viana de Souza após a aprovação do referido projeto pelo CEP/UESB.

Em tempo, asseguro dispormos da infraestrutura e dos recursos necessários para viabilizar a execução do procedimento, conforme explicitado no projeto, em atendimento à alínea “h” do ponto 3.3, e do item 17 do ponto 3.4.1, ambos do título 3 da Norma Operacional CNS nº 001/2013.

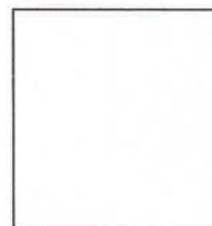
Salvador, 12/09/2023



Mônica Bonfim de Santana
Centro Ed. Carneiro Ribeiro
Escola Parque

Ass. do(a) responsável pelo projeto de pesquisa
Diretor(a) do Centro Educacional Carneiro Ribeiro
Pol. 45492/2023

Carimbo:



Impressão Digital
(Se for o caso)

APÊNDICE II – TERMO DE LIVRE ESCLARECIMENTO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

CONVIDAMOS o(a) senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar de uma pesquisa científica.

Por favor, leia este documento com bastante atenção e, se você estiver de acordo, rubricue as primeiras páginas e assine na linha “Assinatura do participante”, no ponto 8.

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: *Maria Carolina Lopes Esteves.*

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: *Dra Joslei Viana de Souza*

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

2.1. TÍTULO DA PESQUISA <i>Gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física: concepções dos professores da Escola Parque – Salvador.</i>
2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa): <i>É importante a ampliação de novas pesquisas e estudos, que possam reconhecer as principais dificuldades e desafios encarados pelos professores(as) de Educação Física na Escola, para que assim possam ser desenvolvidos processos e instrumentos pedagógicos formativos relacionados a questão gênero e sexualidade, para suporte aos docentes e discentes.</i>
2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos): <i>Para verificar como as questões de gênero e sexualidade são tratadas nas aulas de Educação Física da Escola Parque – Salvador</i>

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO: <i>Será aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas relacionadas a prática docente e as questões de gênero e sexualidade nas aulas de esporte da Escola Parque Salvador.</i> <i>Serão realizados 03 (três) encontros com o grupo focal com duração de 1h30min, onde serão debatidos temas acerca das temáticas relacionadas a gênero e sexualidade</i>
3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO: <i>O questionário será aplicado de forma presencial na Escola Parque, com dia e horário a serem combinados, e em caso de necessidade poderá ser feito através da plataforma digital Google Forms.</i> <i>Os encontros do grupo focal, também serão realizados na Escola Parque, com dia e horário a ser combinado a partir da disponibilidade dos(as) participantes.</i>
3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

No caso do questionário o tempo necessário, para a conclusão de todas as respostas. E nos encontros com o grupo focal, será o tempo estipulado de 1h30min.

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO MODERADO ALTO

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

Poderá sentir desconforto ou constrangimento em relação as perguntas do questionário e/ou dificuldade para responder as questões abertas. Durante os encontros do grupo focal, poderá existir constrangimento durante os debates.

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

As respostas do questionário e gravação dos encontros com o grupo focal ficarão em sigilo, e os registros ficarão arquivados junto as pesquisadoras, sem qualquer identificação dos participantes nos resultados da pesquisa. Será de total responsabilidade das pesquisadoras a manutenção do sigilo mesmo após a conclusão do estudo.

Durante a aplicação do questionário a pesquisadora principal, ficará disponível para o esclarecimento de dúvidas.

Nos encontros com o grupo focal, em caso de desconforto e/ou constrangimento a pesquisadora, irá direcionar novas temáticas ou encerrar o encontro em caso de necessidade.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

Os(as) participantes poderão esclarecer dúvidas acerca do objeto de estudo da pesquisa, e terão acesso as proposições quanto a instrumento e processo pedagógico para trabalho docente.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

Disponibilizará informações a partir da sua realidade, que poderão contribuir para o avanço de novos estudos e pesquisas acerca das questões de gênero e sexualidade na Escola, bem como, o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas que beneficiem docentes e discentes da Escola Parque Salvador e outras Escolas.

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?

R: Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.

6.2. Mas e se você acabar gastando dinheiro só para participar da pesquisa?

R: O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.

6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?

R: Você pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.

6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)

R: Não. Você só precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.

6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?

R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.

6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?

R: Nenhum.

6.7. O que acontecerá com os dados que você fornecer nessa pesquisa?

R: Eles serão reunidos com os dados fornecidos por outras pessoas e analisados para gerar o resultado do estudo. Depois disso, poderão ser apresentados em eventos científicos ou constar em publicações, como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, artigos em revistas, livros, reportagens, etc.

6.8. Os participantes não ficam expostos publicamente?

R: Em geral, não. O(A) pesquisador(a) tem a obrigação de garantir a sua privacidade e o sigilo dos seus dados. Porém, a depender do tipo de pesquisa, ele(a) pode pedir para te identificar e ligar os dados fornecidos por você ao seu nome, foto, ou até produzir um áudio ou vídeo com você. Nesse caso, a decisão é sua em aceitar ou não. Ele precisará te oferecer um documento chamado "Termo de Autorização para Uso de Imagens e Depoimentos". Se você não aceitar a exposição ou a divulgação das suas informações, não o assine.

6.9. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?

R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídas.

6.10. Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?

R.: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Há, também uma cartilha específica para tratar sobre os direitos dos participantes. Todos esses documento podem ser encontrados no nosso site (www2.uesb.br/comitedeetica).

6.11. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?

R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: *Maria Carolina Lopes Esteves*

Endereço: *Avenida José Moreira Sobrinho, s/n - Jequiezinho - Jequié/BA .*

Fone: *(73) 3528 9727 / E-mail: carolina.esteves@gmail.com*

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: *(73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br*

Horário de funcionamento: *Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 17:00*

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

em participar do presente estudo;

com a participação da pessoa pela qual sou responsável.

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

SALVADOR, Clique aqui para inserir uma data.

Página 3

Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)



Impressão Digital
(Se for o caso)

9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

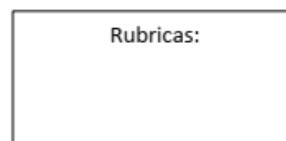
Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

SALVADOR, Clique aqui para inserir uma data.

Assinatura do(a) pesquisador

Página 4

Rubricas:



APÊNDICE III – QUESTIONÁRIO VERSÃO I

Mestrado Profissional em
Educação Física em Rede Nacional (PROEF)



QUESTIONÁRIO

PESQUISA: Gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física: concepções dos professores da Escola Parque - Salvador

CARACTERIZAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL

1. Nome Completo: _____
2. Idade: _____
3. Gênero
() Feminino
() Masculino
() Outros: _____
4. Escolaridade
() Licenciatura Plena em Educação Física Ano de Conclusão: _____
() Licenciatura em Educação Física Ano de Conclusão: _____
() Bacharelado em Educação Física Ano de Conclusão: _____
5. Pós-graduação
() Especialização
() Mestrado
() Doutorado
() Pós Doutorado
() Não possui
6. Há quanto tempo trabalha na Rede Estadual de Salvador?
() 1 à 5 anos

Mestrado Profissional em
Educação Física em Rede Nacional (PROEF)



- () 5 à 10 anos
() 10 à 15 anos
() mais de 15 anos

7. Há quanto tempo atua na Escola Parque-Salvador?

- () 1 à 5 anos
() 5 à 10 anos
() 10 à 15 anos
() mais de 15 anos

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

8. Na sua formação inicial, você teve algum componente curricular que abordou as questões de gênero e sexualidade?

- () Sim () Não

Em caso de resposta afirmativa, qual: _____

9. Na sua formação continuada, participou de algum evento, curso, palestras, dentre outros, que teve como temática questões relacionadas a gênero e sexualidade?

- () Sim () Não

Em caso de resposta afirmativa, qual(is) _____

10. Já teve acesso a algum material de apoio pedagógico para docentes, relacionado a questões de gênero e sexualidade?

- () Sim () Não

Qual: _____

Mestrado Profissional em
Educação Física em Rede Nacional (PROEF)



SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

11. O que você entende sobre gênero?

12. O que você entende sobre sexualidade?

13. O que você entende ser identidade de gênero?

14. Quais identidades de gênero você conhece?

15. Quais orientações sexuais você conhece?

16. Você sabe o significado da sigla LGBTQIAPN+?

Mestrado Profissional em
Educação Física em Rede Nacional (PROEF)



CONHECENDO OS(AS) DISCENTES

22. Você tem algum aluno(a) que se identifica como LGBTQIAPN+?

() Sim () Não

23. Os(as) estudantes procuram discutir nas aulas de Educação Física sobre questões de gênero e sexualidade?

() Sim () Não

24. Já passou por alguma situação durante suas aulas onde houve preconceito e/ou violência relacionada a questões de gênero e sexualidade?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, como procedeu:

APÊNDICE IV – QUESTIONÁRIO VERSÃO II

Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF)



QUESTIONÁRIO

PESQUISA: Gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física: concepções dos professores da Escola Parque – Salvador

CARACTERIZAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL

1. Nome Completo (opcional): _____

2. Idade

() 20 à 25 anos

() 26 à 30 anos

() 31 à 35 anos

() 36 à 40 anos

() 41 à 45 anos

() 46 à 50 anos

() 51 à 55 anos

() 56 à 60 anos

() 61 à 65 anos

() 66 à 70 anos

3. Gênero

() Feminino

() Masculino

() Não Binário

() Outros: _____

Mestrado Profissional em
Educação Física em Rede Nacional (PROEF)



4. Escolaridade

- () Licenciatura Plena em Educação Física Ano de Conclusão: _____
() Licenciatura em Educação Física Ano de Conclusão: _____
() Bacharelado em Educação Física Ano de Conclusão: _____

5. Qual a maior titulação de Pós-graduação?

- () Especialização
() Mestrado
() Doutorado
() Pós Doutorado
() Não possui

6. Há quanto tempo trabalha na Rede Estadual de Salvador?

- () até 5 anos
() 5 à 10 anos
() 11 à 15 anos
() mais de 15 anos

7. Há quanto tempo atua na Escola Parque-Salvador?

- () até 5 anos
() 5 à 10 anos
() 11 à 15 anos
() mais de 15 anos

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

8. As questões de gênero e sexualidade foram abordadas durante a sua formação inicial em Educação Física?

- () Sim () Não

Mestrado Profissional em
Educação Física em Rede Nacional (PROEF)



Em caso de resposta afirmativa, descreva por gentileza, como as questões de gênero e sexualidade foram abordadas na sua formação profissional inicial:

9. Na sua formação continuada, foram abordadas as questões de gênero e sexualidade?

() Sim () Não

Em caso de resposta afirmativa, descreva por gentileza, como as questões de gênero e sexualidade foram abordadas na sua formação profissional continuada:

Em caso de resposta negativa, gostaria de ter tido uma formação acerca da temática?

() Sim () Não

10. Já teve acesso a algum material de apoio pedagógico para docentes, relacionado a questões de gênero e sexualidade?

() Sim () Não

Em caso de resposta afirmativa, poderia descrever, qual(is) o(s) tipo(s) de material(is) (cartilha ou guia, por exemplos) e conteúdos eram abordados nele:

Mestrado Profissional em
Educação Física em Rede Nacional (PROEF)



SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

11. O que é gênero?

12. O que é sexualidade?

13. O que você entende ser identidade de gênero?

14. Quais identidades de gênero você conhece?

15. Quais orientações sexuais você conhece?

16. Qual o significado da sigla LGBTQIAPN+??



TRATO PEDAGÓGICO

17. Acredita que gênero e sexualidade são questões importantes para serem tratadas durante as aulas de Educação Física Escolar?

() Sim () Não

Justifique:

18. No seu planejamento pedagógico há um direcionamento para a abordagem das questões sobre gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física Escolar?

() Sim () Não

Em caso de resposta afirmativa, poderia descrever como aborda essa temática:

19. Para você quais são os desafios para abordar gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física Escolar?

20. Durante as suas aulas de Educação Física há divisão da turma em função do gênero, por exemplo, meninas direcionadas para a dança e meninos para o futsal?

() Sim () Não

Mestrado Profissional em
Educação Física em Rede Nacional (PROEF)



Em caso de resposta afirmativa, como acontece essa divisão e em quais atividades:

CONHECENDO OS(AS) DISCENTES

21. Você tem/teve algum aluno(a) que se identifica como LGBTQIAPN+?

() Sim () Não

Em caso de resposta afirmativa, de que forma lida/lidou com as questões relacionadas a identidade de gênero e sexualidade deste estudante em meio as aulas de Educação Física:

22. Os(as) estudantes tem a iniciativa de discutir nas aulas de Educação Física sobre questões de gênero e sexualidade?

() Sim () Não

Em caso de resposta afirmativa, quais os temas que mais emergem a partir das demandas de estudantes:

23. Já passou por alguma situação delicada e/ou difícil em suas aulas que tivesse relação com as questões de gênero e sexualidade?

() Sim () Não

Mestrado Profissional em
Educação Física em Rede Nacional (PROEF)



Em caso afirmativo, faça uma breve descrição do fato e como você procedeu diante a situação:
